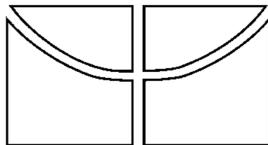


**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

ELEMENTOS PARA UMA EPISTEMOLOGIA DA CIBERCULTURA

Alessandro dos Santos Souza

Brasília
Janeiro, 2014



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ELEMENTOS PARA UMA EPISTEMOLOGIA DA CIBERCULTURA

Alessandro dos Santos Souza

Trabalho apresentado à Banca Examinadora de Defesa de Dissertação como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Linha de pesquisa: Teorias e Tecnologias da Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Christina Pedrazza Sêga.

Brasília
Janeiro, 2014

Alessandro dos Santos Souza

Elementos para uma Epistemologia da Cibercultura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade de Brasília (UnB), em 07 de fevereiro de 2014, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Linha de Pesquisa: Teorias e Tecnologias da Comunicação. Defendida e aprovada pela Banca Examinadora abaixo assinada:

Profa. Dra. Christina Maria Pedrazza Sêga – Orientadora
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Tiago Quiroga Fausto Neto
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Wilton Barroso Filho
Universidade de Brasília

Brasília (DF)
2014

Dedicado a todos aqueles que, como eu, acreditam que a educação seja aquilo que temos de mais precioso e poderoso para a formação de uma sociedade cada vez mais justa, ética e democrática.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, PPP/FAC-UNB, pela oportunidade de aprendizado tão rica, pela possibilidade de dialogar com professores muito qualificados.

À minha orientadora, Profa. Dra. Christina Sêga, pelo dinamismo na forma de trabalhar; pela disponibilidade total para dialogar, corrigir e apoiar; por apoiar minhas ideias e decisões, mesmo nos momentos mais difíceis.

À banca examinadora, pela disponibilidade em participar, pela dedicação na análise aprofundada do trabalho e pelas contribuições fundamentais para minhas reflexões sobre o tema.

Ao Banco do Brasil e aos colegas de trabalho que me apoiaram e permitiram cumprir os créditos e frequentar as aulas do curso.

Aos meus pais que sempre me estimularam a estudar muito e a entender que as horas dedicadas à pesquisa e leitura nunca são perdidas. Também à minha irmã, meus familiares e amigos, meu sogro e minha sogra pelas palavras de incentivo.

Principalmente à minha esposa Fábيا, por seu apoio incondicional, dedicação, amor e estímulo, sem os quais nada disso teria sido possível; e por me fazer querer ser uma pessoa melhor a cada dia.

Agradeço a Deus, por permitir que tantas coisas boas aconteçam na minha vida e por me apresentar pessoas especiais a cada nova fase.

RESUMO

A pesquisa pretende contribuir com elementos para a proposição de uma epistemologia da cibercultura, uma vez que entendemos que esta pode se constituir como campo de investigação privilegiado para a Comunicação, ao relacionar objetos de estudo importantes dessa área, como os meios de comunicação, as interações comunicacionais mediadas e a cultura de massa. Encontrar as aberturas para pensar essa nova epistemologia implica desenvolver um percurso de exposição e reflexão sobre conceitos da epistemologia geral, sobre os objetos e teorias da epistemologia da comunicação, além da circunscrição da cibercultura sob uma perspectiva histórica – mas também crítica – e sua relação com as dinâmicas sociais que a influenciam. Esse posicionamento favorece a problematização dos conhecimentos produzidos em nossa atualidade quanto aos fenômenos comunicacionais advindos com a internet e, conseqüentemente, a “cultura” que se forma a partir da expansão do ciberespaço. A perspectiva é de uma discussão epistemológica, motivo pelo qual privilegiamos analisar os estudos e teorias sobre as comunicações mediadas por computadores (CMC) e a internet, ao invés de analisarmos grupos, comportamentos ou ferramentas específicas. Destacamos essa análise crítica da atualidade como processo necessário para situar o presente trabalho dentro de uma ordem propriamente comunicacional, uma vez que hoje encontramos a CMC como parte constituinte e decisiva das relações humanas, amalgamada com o cotidiano e com as práticas sociais diárias de um contingente cada vez maior da população.

Palavras-chave: Cibercultura, Epistemologia, Comunicação, Internet, Tecnologia.

ABSTRACT

The research intends to contribute with elements to propose an epistemology of cyberculture, since we think that it is a privileged field of research for communications, as it relates to some of its main objects of study (mediated interaction, digital media and mass culture). To think about this new epistemology involves developing a way of exposure and reflection on: general concepts of epistemology, the objects and theories of epistemology of communication, in addition to a characterization of cyberculture from a historical perspective - but also critical - in relation with the social dynamics that have an influence over it. This position takes us toward an understanding of our present, of which we are the protagonists, in order to investigate the communication on the Internet and the "culture" that is formed from the expansion of cyberspace. The prospect is of an epistemological debate, which is why we focus on analyzing the studies and theories of computer mediated communication (CMC) and the internet, instead of analyzing groups, behaviors or specific tools. We highlight that this critical analysis of the current process as being necessary to situate this work within a strict communication order, since in these days we find the CMC as a constituent and decisive part of human relationships, amalgamated with the everyday and the social practices of an increasing contingent of people.

Key-words: Cyberculture, Epistemology, Interaction, Internet, Technology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
OBJETO E PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
JUSTIFICATIVAS.....	17
OBJETIVOS.....	19
Objetivo Geral.....	19
Objetivos Específicos.....	19
METODOLOGIA.....	20
CAPÍTULO I – ELEMENTOS DA EPISTEMOLOGIA.....	25
1. Epistemologia: primeira aproximação.....	25
2. Conceito.....	26
3. Pensadores da Epistemologia.....	29
3.1 Epistemologia clássica.....	30
3.2 Epistemologia contemporânea.....	42
4. A reflexão epistemológica no Brasil.....	48
5. Considerações Finais.....	51
CAPÍTULO II – EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO.....	54
1. Os estudos de comunicação.....	54
1.1 Conceito, campo e estatuto da Comunicação.....	54
1.1.1 O conceito de comunicação.....	55
1.1.2 Campo e estatuto disciplinar da Comunicação.....	57
1.2 Interdisciplinaridade.....	60
1.3 O objeto da Comunicação.....	64
2. As teorias ‘da comunicação’.....	68
3. Considerações Finais.....	72

CAPÍTULO III - CIBERCULTURA: HISTÓRICO E CONCEITOS.....	74
1. Cibernética: a origem.....	74
1.1 Cibernética: da cibernética à ficção científica.....	78
2. Conceitos de Cibercultura.....	82
3. A contribuição da microinformática.....	84
3.1 Microinformática e a ruptura histórica.....	84
4. A internet.....	87
5. A cibercultura no Brasil.....	90
5.1 Cibercultura e epistemologia no Brasil.....	93
6. Comunicação e Cibercultura.....	95
7. Perspectiva cibercultural.....	98
8. Considerações Finais.....	100
CAPÍTULO IV – CIBERCULTURA E ATUALIDADE.....	102
1. Tecnologia.....	103
1.1 O pensamento tecnológico.....	104
1.2 Tecnologia na perspectiva filosófica.....	1055
1.3 Tecnologia: prós e contras.....	111
2. Capitalismo e consumo.....	112
3. Globalização.....	125
4. Considerações finais.....	129
CAPÍTULO V – EPISTEMOLOGIA DA CIBERCULTURA.....	132
1. As aberturas da epistemologia contemporânea.....	133
2. Contraposição.....	136
3. Epistemologia da cibercultura.....	137
4. Considerações Finais.....	141
CONCLUSÃO.....	143
BIBLIOGRAFIA.....	149

INTRODUÇÃO

Um dos poucos consensos existentes entre os pesquisadores da comunicação parece ser quanto à relevância dos fenômenos comunicacionais. É grande a profusão de trabalhos que buscam analisar suas manifestações cotidianas e, nos últimos tempos, um número cada vez maior dessas obras tem conferido especial atenção às interações mediadas por dispositivos tecnológicos.

No decorrer das últimas décadas, sucederam-se algumas tentativas de melhor compreender as relações entre os elementos constituintes do “ato comunicativo”: emissor, meio, mensagem, receptor. Para muitos autores, o surgimento desse interesse em melhor entender o funcionamento dos processos de comunicação já é reflexo das mudanças significativas pelas quais a sociedade, especialmente a ocidental, passou: o crescimento das cidades, o aumento da população, o surgimento de grandes empresas – inclusive de comunicação-, as guerras mundiais. Inicialmente a propaganda militar e o interesse eleitoral e, depois, a publicidade de produtos, foram importantes terrenos de pesquisa sobre os chamados *mass media* (impresso, rádio e tv), contribuindo para que fizesse sentido, pelo menos a princípio, falar de uma Ciência da Comunicação.

Esse é o contexto em que começa também a fazer sentido falarmos em uma epistemologia da comunicação, ou seja, a partir do momento em que começamos a percebê-la como uma disciplina científica que se interessa por alguns objetos específicos relacionados aos processos comunicativos. Bem entendido, a epistemologia não tem seu objeto nos fenômenos cotidianos, mas sim nos conhecimentos científicos produzidos por uma determinada disciplina do conhecimento. Esse percurso, no entanto, não é desprovido de problemas. Como veremos, boa parte dos estudiosos entende que a comunicação é uma área que ainda procura se firmar, estabelecer melhor sua condição teórica e metodológica. Portanto, o debate sobre sua epistemologia da comunicação é permeado por posições que, ao invés de avançar no entendimento dos conhecimentos produzidos pelo campo de estudos, busca antes uma explicitação de suas condições básicas de existência, impedindo que se avance muito em qualquer das direções.

Sob diversos aspectos, a comunicação é uma área que contribui para singularizar a experiência de vida em uma determinada época. É assim que encontramos, na sociedade contemporânea, a forma de comunicação mediada por computadores e redes de computadores como uma das perspectivas centrais de entendimento da realidade, responsável por conferir a especificidade de nosso momento histórico. Momento histórico esse que, como veremos, tem recebido frequentemente a denominação de globalização. E na perspectiva de uma “conexão global”, encontramos uma sociedade baseada na informação precisa, ágil, cumulativa, perene. Noções de tempo e espaço estariam distorcidas e comprimidas pela velocidade das trocas. Não por acaso, as pesquisas em comunicação passam a ter boa parte de sua atenção voltada para essas relações. Entre as diversas formas de caracterizar essa cultura contemporânea que emerge das práticas cotidianas emaranhadas com o aparato tecnológico da comunicação, optamos pelo campo da “cibercultura”, por entendermos que este se constitui numa dimensão mais completa, sendo que teremos a oportunidade de melhor debater essa escolha nos capítulos subsequentes.

Esse é, então, o ambiente no qual situamos o presente trabalho, destacando que ele tem como principais objetivos: o resgate dos aspectos fundantes debatidos pelo que já se convencionou chamar como “epistemologia da Comunicação”, o que consideramos fundamental para situar o presente trabalho a partir da perspectiva dessa área; o estudo sobre a formação e a evolução da cibercultura; e, finalmente, a identificação das aberturas passíveis de serem propostas quanto à epistemologia da cibercultura, além de identificarmos quais as contribuições tal perspectiva poderia proporcionar adicionalmente aos estudos da comunicação mediada por computadores em nossa atualidade.

Segundo Raymond Williams, um dos fundadores dos *Cultural Studies*, as tecnologias, em última instância, sempre são produto de um sistema social e de um contexto histórico, “desenvolvendo-se como um processo de inovação autônoma apenas na medida em que falhamos em identificar e questionar suas reais determinações” (Williams, 1974, p.135). Então, se partirmos desse princípio de que é o homem quem define a utilidade da tecnologia a partir de sua interação social com o mundo, poderíamos afirmar que a internet não é apenas uma nova forma tecnológica de comunicação que permite maior participação ou visibilidade para os interatores; mas sim uma nova dinâmica social em que as pessoas querem expressar suas ideias, compartilhar opiniões e informações, mobilizarem-se para propor mudanças em assuntos relevantes para a

sociedade, além de buscarem entretenimento, qualificação profissional, entre tantas outras manifestações. Essa nova configuração é que, por suas características distintivas, demandaria uma nova forma das pessoas se relacionarem a partir de um aparato tecnológico que abre possibilidades, em diversos sentidos, até então inexistentes. Teríamos, assim, o panorama que consideramos, nessa pesquisa, como o de “partida” para a circunscrição da cibercultura como essa forma múltipla de significados em que se desenvolve a dinâmica comunicacional dos computadores e redes telemáticas.

Acreditamos, assim, que a pesquisa aqui apresentada deve suscitar novas questões, uma vez que mudanças significativas têm acontecido tanto no desenvolvimento da tecnologia como no seu entendimento, na medida em que se observa a gradual integração da vida de um contingente cada vez maior de pessoas com aparatos facilitadores das tarefas cotidianas e da própria existência humana. Se o convívio com as máquinas não é uma novidade, considerando que as primeiras, movidas a vapor e destinadas a fabricar tecidos, surgiram em meados do século XVIII, o relacionamento com os computadores é bem mais recente, especialmente se observarmos que somente na década de 1970 eles passaram a ser “pessoais” e na década de 1980 começaram a fazer parte do cotidiano de um número significativo de pessoas.

Como parte da sociedade e da cultura contemporânea, o fenômeno tecnológico desperta o interesse de um vasto número de disciplinas e áreas do conhecimento, cada qual procurando identificar em seus próprios paradigmas e teorias, o melhor ângulo de entrada para a discussão. Para a Comunicação não é diferente. A partir da popularização do computador e, principalmente, do advento da internet, as novas formas de relacionamento mediadas por esses dispositivos ganharam espaço central na discussão sobre o papel da comunicação como elemento dinamizador da vida em sociedade e aspecto fundamental das mudanças em curso na atualidade. Ou seja, questões como o aumento na velocidade das trocas de informações, o encurtamento das distâncias, a globalização de elementos culturais (como a música, a culinária, os esportes), não passam despercebidas pela discussão teórica do saber comunicacional.

Para debater mais detidamente esses temas, iniciaremos o trabalho situando a temática da epistemologia, sua conceituação e caracterização a partir do ponto de vista de autores que trataram desse assunto sob uma variedade de conceitos, do interior de temas científicos, mas

também de perspectivas históricas e filosóficas. Esse é o esforço de delimitação de uma epistemologia geral, necessário para entendimento da matéria e percepção das aberturas possíveis que nos permitirão avançar em nosso próprio problema de pesquisa.

No segundo capítulo, trataremos dos estudos “de Comunicação”, a problemática de seus objetos e a discussão de sua existência enquanto área. Ou seja, entendemos que a oportunidade para a discussão epistemológica dedicada ao estudo dos fenômenos comunicacionais de nossa atualidade também merece atenção, articulando com os conceitos da epistemologia geral anteriormente citados.

Em seguida, no terceiro capítulo, procuramos resgatar a formação da cibercultura a partir de duas perspectivas. A primeira é histórica, do desenvolvimento tecnológico – e da evolução do pensamento a ele associado: no início, a cibernética (e, logo, a informática), que leva ao surgimento do computador; depois, a ruptura contra o monopólio da informação na década de 1970, que cria os computadores pessoais e as condições para o desenvolvimento de uma “cultura dos computadores”. A segunda perspectiva é da circunscrição conceitual, que ajudará a complementar o entendimento sobre a cibercultura, a partir da visão de outros autores que se dedicaram à investigação do tema.

No quarto capítulo, estabeleceremos a discussão sobre alguns elementos que consideramos fundamentais para a constituição da cibercultura, notadamente problematizando conceitos como capitalismo, tecnologia e globalização, para entendermos de que forma eles influenciam nas formas de interação mediada que presenciamos na sociedade hoje e, assim, constituem-se como objetos destacados do estudo da comunicação em nossa atualidade.

No quinto e último capítulo, a partir da massa crítica desenvolvida no decorrer do trabalho, procuramos estabelecer em que bases seria possível iniciar a proposição de uma epistemologia para a cibercultura. Ou seja, devemos avaliar se é plausível tal proposição, a partir de diversos aspectos como as aberturas da epistemologia geral, a existência da comunicação enquanto área e a vinculação da cibercultura com a comunicação. É neste capítulo que pretendemos completar nosso raciocínio em relação ao problema de pesquisa e as conclusões que devemos ter sobre o trabalho de forma geral.

A pesquisa pretende contribuir com o desenvolvimento desses estudos e a clarificação dos conceitos, mais do que apenas descrever os trabalhos já realizados. Buscamos, então, fortalecer o debate sobre a cibercultura e a comunicação, a partir dos conhecimentos aí desenvolvidos, ao chamar a atenção para esta dimensão trazida pela “tradição” dos estudos sobre cibercultura, numa perspectiva genuinamente da Comunicação.

OBJETO E PROBLEMA DE PESQUISA

O objeto de pesquisa da epistemologia é o progresso do conhecimento científico, frequentemente articulando princípios históricos e filosóficos neste percurso, porém não se restringindo a isso. Na perspectiva de uma epistemologia da comunicação, tenderíamos a colocar como objetos de estudo privilegiados a interação comunicacional e o conhecimento gerado em torno dos meios de comunicação. Ainda que não se constitua de forma alguma como um consenso, essa posição favorece nosso próprio trabalho de definição, além de nos permitir caminhar sem nos determos muito nas contradições e posições divergentes dos pesquisadores em nosso campo. Agora, podemos mais claramente nominar nosso próprio objeto de estudo como sendo a investigação de elementos para a constituição de uma epistemologia da cibercultura, a partir dos conhecimentos gerados pela pesquisa que relaciona comunicação mediada e desenvolvimento da internet. A pergunta fundamental é: “Quais são as aberturas possíveis e qual seu embasamento teórico que nos permitem pensar uma epistemologia da cibercultura?”.

A partir dessa questão inicial, pretendemos entender melhor diversas circunstâncias que a ela se relacionam. Por isso o trabalho debate paralelamente duas temáticas bastante abrangentes: a primeira trata da constituição da Comunicação enquanto disciplina do saber. Para isso, propomos recuperar as principais críticas ao conhecimento gerado em torno dos processos comunicacionais, resgatando elementos da epistemologia da Comunicação e aprofundando as discussões sobre seus objetos de estudo, fundamentos teóricos e a visão que os estudiosos têm em relação a essa área de estudos.

A segunda temática trata da circunscrição da cibercultura, da forma mais completa possível, começando pelo resgate histórico de diversas situações que serviram para forjar o termo e o significado que ele carrega. Assim, podemos problematizar não apenas as diversas acepções que a cibercultura assumiu no decorrer do tempo, mas o pensamento relacionado às tecnologias da comunicação que estava associado a cada novo sentido. Ou seja, a evolução na significação da cibercultura pode traduzir a evolução na forma de relação com as tecnologias da comunicação.

Uma das ideias que começa aqui a ser desenvolvida propõe que os fenômenos comunicacionais engendrados a partir dos meios informáticos e, principalmente, das possibilidades de comunicação advindas com a internet, possuem características que os diferem do que existia até então, de alguma forma refletindo mudanças históricas e sociais com forte impacto nas formas como as pessoas se conectam ao redor do mundo. Buscamos, então, identificar e discutir quais são essas novas dinâmicas e problematizar se a cibercultura poderia ser a representação desse novo movimento, por vezes caracterizado como uma sociedade global e conectada, com desafios que precisam ser interpretados à luz de uma nova disposição de conhecimentos, com paradigmas próprios de nosso tempo; ou seja, uma nova *episteme*.

Naturalmente, essa nova via de discussão epistemológica para a cibercultura estaria intrinsecamente ligada tanto à epistemologia geral, quanto à da Comunicação; mas, ao mesmo tempo, se faria diferente especialmente por dois motivos: primeiro, pela proposta de superação do debate sobre a existência ou não de um saber (ou campo) comunicacional – pois, se estamos discutindo sua epistemologia, fica claro que partimos da premissa de que sim, ele existe. O segundo motivo seria que, ao focar a análise epistemológica nos estudos sobre a cibercultura, seria possível observar e categorizar núcleos temáticos que são tratados pelos autores da área, evitando a constante dispersão de assuntos do campo da comunicação, fato que frequentemente constitui-se como obstáculo ao diálogo entre as pesquisas e à produção de conhecimento. Teremos a oportunidade de debater todas essas questões no decorrer do trabalho.

JUSTIFICATIVAS

A pesquisa se justifica ao sugerir um novo olhar sobre a cibercultura, não preocupado com suas manifestações cotidianas, e sim pelo movimento de constituição de sua significação, circunscrevendo o termo desde o seu surgimento, inspirado pela cibernética, passando pela ampliação de sentido advinda com a revolução da microinformática, até chegarmos ao dia de hoje, em que ao mesmo tempo em que observamos a redução no uso da palavra cibercultura, identificamos uma produção constante de trabalhos e pesquisas relacionadas à internet e às comunicações mediadas por computadores.

Da mesma forma, buscamos integrar a essa dinâmica, uma perspectiva epistemológica à cibercultura, o que nos permitiria, por exemplo, explorar o conjunto de conhecimentos constituídos em torno das interações mediadas por computadores e da evolução da cultura que se forma a partir do advento da internet, enquanto meio de comunicação. Essa atitude, entendemos, está alinhada a uma proposição de epistemologia para a comunicação e, inclusive, reforça seus objetos de estudo, além de nos permitir avançar na construção de um conhecimento em torno do ciberespaço, a partir das teorias e conhecimentos produzidos sobre CMC e sobre as tecnologias da comunicação nas últimas décadas.

A discussão epistemológica favorece a organização dos esforços intelectuais em torno da produção de conhecimento, bem como a identificação de afinidades entre as pesquisas e a rigorosidade crítica inerente ao desenvolvimento do conhecimento científico. É por isso que devemos desenvolver trabalhos que se proponham a lançar uma discussão epistemológica nos temas da comunicação. Outros pontos destacados na pesquisa como a análise crítica de elementos essenciais para a compreensão de nossa atualidade “mediática” (especialmente a tecnologia, a globalização e o capitalismo) nos colocam no centro dos debates atuais sobre a Comunicação, com perspectivas do fortalecimento de uma visão disciplinar para a área, a partir de um ponto de vista genuinamente comunicacional, ou seja, sem a necessidade de acoplamento teórico de conhecimento de outras áreas.

Na dinâmica de desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação – na qual nos inserimos enquanto civilização contemporânea – é válida a problematização que busca gerar

conhecimento e discutir o próprio lugar do saber comunicacional, enquanto interação fundamental e base da sociedade, objetivando entender como ela está situada historicamente, como se relaciona com as questões de nosso tempo e como é influenciada por diversos aspectos de uma perspectiva ‘global’.

Consideramos tratar esse assunto a partir da cibercultura como duplamente promissor: primeiro porque nos permite trabalhar com pensadores que têm dedicado suas pesquisas para entender o processo histórico de desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da forma como a interação das pessoas com esse aparato (e entre si) tem se reinventado; e, segundo, porque permite a reflexão sobre a forma como tem sido pensada a cibercultura numa perspectiva comunicacional, no seu processo contínuo de amadurecimento, de forma a permitir que, agora, seja possível propor o desafio de vislumbrar nesta perspectiva de trabalhos, contribuições epistemológicas para a Comunicação. Nessa “era da escolha da informação”, em que o indivíduo é bombardeado por mensagens cotidianas, muitas vezes não solicitadas, carregadas dos mais diversos interesses, um pouco de luz sobre o espaço público gerado pela internet, enquanto campo de interações comunicacionais afigura-se como de relevância destacada.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Desenvolver estudo investigativo sobre as possibilidades teóricas de proposição de uma epistemologia para a cibercultura, no sentido de que o “fazer científico” pode conferir o rigor necessário para sistematizar e explicar as teorias e conhecimentos gerados em torno dos problemas da comunicação, especialmente a interação mediada por computadores e o desenvolvimento tecnológico dos meios.

Objetivos Específicos

- a) Circunscrever conceitual e historicamente a cibercultura;
- b) Caracterizar a epistemologia geral, correntes, autores, pontos de vista e as epistemologias regionais;
- c) Revisar e refletir sobre os principais aspectos da epistemologia da comunicação;
- d) Identificar, explicitar e organizar as aberturas possíveis para se pensar uma epistemologia da cibercultura.

METODOLOGIA

A preocupação de toda pesquisa científica é produzir conhecimentos válidos, partindo-se de uma situação problemática sobre a qual se deseja ter mais informações ou explicar e seguindo determinados passos, levantando hipóteses sobre como chegar a um estágio de maior conhecimento sobre aquele fato e testando, ou seja, submetendo essas hipóteses às lentes da crítica, da refutação. Nessa perspectiva, o método é um aliado do pesquisador, pois permite guiá-lo, até certo ponto, dentro de padrões consagrados de desvelamento da verdade. Dito isso, destacamos que o método é útil enquanto nos permite avançar a partir de conhecimentos já adquiridos, mas não deve se transformar num limitador ou barreira ao conhecimento. Ou seja, essa construção do conhecimento deve ser apoiada por um método científico, mas isso não deve servir de “receita” para a produção do conhecimento, o pesquisador precisa manter sua capacidade de inovar frente aos problemas encontrados.

Hoje, o debate sobre a construção do conhecimento continua tendo lugar destacado para aqueles que buscam um melhor entendimento da sociedade, pois o turbilhão de informações despejadas sobre as pessoas diariamente coloca sérios desafios para o desvelamento de novas verdades. Por exemplo, qual o espaço para se falar na construção de verdades num ambiente global de circulação de informações, pessoas e mercadorias, em que a partir de qualquer terminal de computador conectado à internet podemos ter acesso ao significado de uma infinidade de verbetes, palavras e matérias, sem que precisemos ser especialistas ou gastarmos muito tempo estudando?

Por outro lado, há uma infinidade de problemas contemporâneos, especialmente surgidos com o rápido crescimento das cidades e das populações, em todos os campos de estudo que se queira imaginar, para tentar produzir mais alimentos, reduzir os impactos da ação do homem na natureza, buscar combustíveis novos e menos poluentes, conhecer as doenças de nossos dias como stress, síndrome do pânico, entre muitos outros. Para a comunicação não é diferente, presenciamos novas manifestações dos velhos problemas como a queda de qualidade dos programas exibidos pelos meios de comunicação de massa, ao mesmo tempo em que vemos surgir novas e pertinentes questões sobre a comunicação mediada por computadores e pela

internet, questões essas que vão desde a colaboração online e o uso de mídias sociais para organização e mobilização política até os recentes debates sobre segurança de informações e privacidade dos dados e comportamentos dos usuários.

Assim, em diversos temas centrais discutidos hoje na sociedade, vemos um terreno fértil para a pesquisa em comunicação e, dessa forma, uma oportunidade para fortalecimento do campo, rumo à sua “disciplinarização”, enriquecendo e objetivando as questões epistemológicas e metodológicas envolvidas. Para esse esforço, entendemos que o método científico tenha muito a acrescentar, pois se constitui ainda hoje como a forma mais confiável de produção de conhecimentos e seu rigor pode ser útil à comunicação, no delineamento de suas fronteiras e clarificação de seus objetos.

Partimos, então, de uma opção metodológica que coloca em primeiro plano a atualidade como condição para o entendimento do mundo e das interações comunicacionais. Assim sendo, nosso referencial teórico deve trazer pensadores que se dedicam ao estudo da sociedade contemporânea e das questões advindas com a modernidade, discutindo como os elementos interagem para a criação de uma identidade determinada, que é a cibercultura. Antes, porém, abordaremos elementos importantes para o debate epistemológico, tanto em relação ao conhecimento científico de forma geral, como no que se refere à epistemologia “regional” da comunicação. É importante destacar que buscamos expandir a reflexão sobre o tema, observando inúmeros posicionamentos diferentes, para a obtenção de uma visão abrangente tanto da epistemologia como da cibercultura.

De maneira mais objetiva, o referencial teórico trará autores inseridos no debate de uma epistemologia geral que tem como seu objeto de estudo o progresso dos conhecimentos científicos. Alguns desses autores partem de visões vinculadas à história e à filosofia das ciências, enquanto outros produzem suas reflexões no interior de disciplinas específicas como a física e a química. Entre as contribuições, passaremos por autores como Karl Popper, Thomas Khun, Ilya Prigogine, Imre Lakatos, Edgar Morin, Karin Cetina, Bruno Latour, entre outros.

Ao aproximarmos nossas reflexões dos objetos de estudo da comunicação, encontramos autores que se dedicam à discussão dos elementos constituintes do que vem sendo chamado de “epistemologia da comunicação”. Entre eles, contaremos as contribuições e reflexões de Maria

Immacolata Vassalo Lopes, Lucia Santaella, Bruyne, Vera França, Luiz Martino, José Luiz Braga, Tiago Quiroga, entre outros.

Também interessa-nos observar os pontos de vista de autores que se ocupam do estudo das relações sociais contemporâneas e do desenvolvimento tecnológico. Entre esses autores, trabalharemos com Baudrillard, Lyotard, Thompson, Giddens e Vattimo. Quanto à globalização e seus efeitos sobre a cultura e a sociedade, contaremos com autores como Warnier, Passet, Sfez, Muniz Sodré e Milton Santos. Sobre tecnologia e comunicação, Val Dusek, A. Feenberg, H. Innis, J. Ellul e A. Leroi-Gourhan.

Da mesma forma, consideraremos as contribuições daqueles autores mais dedicados às pesquisas da cibercultura. Esses autores são: André Lemos, Lucia Santaella, Ciro Marcondes Filho, Eugênio Trivinho, Vera França, Juremir Machado, Christina Sêga, Erick Felinto, Alex Primo, Francisco Rüdiger, Raquel Recuero e Adriana Amaral. No resgate histórico e conceitual, também contaremos, além dos já citados, com apoio de Norbert Wiener, P. Breton, Hilton, Culea, Gibson, Kitchin, Correa, D. Bohm, entre outros.

A pesquisa será de cunho teórico e obedecerá à seguinte estratégia: partirá de uma pesquisa bibliográfica seletiva, com intuito de construir um quadro teórico que possa suportar as discussões sobre a questão epistemológica, tanto geral como da comunicação, fornecendo então as bases para tensionar o problema de pesquisa. A base teórica e conceitual da investigação deverá percorrer formulações e estudos acerca de: epistemologia, metodologia, cibercultura, interação comunicacional, tecnologias da comunicação, capitalismo, globalização, internet. Essas noções não serão estudadas de maneira isolada, mas articuladas para que seja possível compreender e propor explicações para as relações que se estabelecem entre elas, recuperando e estudando os conceitos à luz das do que foi proposto como objeto de pesquisa.

Cabe destacar que a pesquisa bibliográfica não deve ser uma atividade puramente mecânica, com o “empilhamento” exaustivo de todos os livros e artigos a respeito de um assunto. Nem sempre é possível ou conveniente fazer levantamentos exaustivos da literatura sobre um determinado tema, ainda mais se este for excessivamente amplo e genérico. Nossos levantamentos devem ser seletivos e uma primeira maneira de torná-los seletivos é através da demarcação precisa feita em relação ao problema de pesquisa. Devemos fazer, desde as

primeiras etapas da investigação, uma avaliação crítica deste material, rejeitando aquelas informações que são claramente inadequadas.

Realizada a exploração inicial e seleção do material teórico, partiremos para uma análise de conteúdo do que foi publicado acerca das relações entre a construção de conhecimento e os conceitos e princípios da epistemologia (geral e da comunicação) e sua relação ou aplicação na definição da cibercultura enquanto objeto de estudo, verificando não somente o que existe aí de diferente – que caracteriza um novo momento das interações comunicacionais – como também uma avaliação do conhecimento aí gerado e quais as correntes de pensamento dominantes.

Esse seria o quadro metodológico inicial do qual partimos para propor essa investigação, buscando entender a atualidade das comunicações mediadas por computador, notadamente por meio da internet, e porque seria justificável desenvolver a pesquisa na linha de pensamento da cibercultura. Pode a cibercultura ser considerada o paradigma que nos permite enxergar a comunicação pelas lentes da atualidade e por meio dela vislumbrar, a partir de um referencial teórico adequado, as relações que ditam a comunicação atual? Essa é uma das questões que servem para provocar o tema e, de fato, acreditamos que o estudo dos autores da cibercultura fornecerá importantes subsídios acerca do rumo que as pesquisas comunicacionais têm tomado e em que se pode avançar na constituição do conhecimento sobre a comunicação enquanto agente dinamizador da cultura na atualidade.

Por fim, a estrutura deste projeto será, a princípio, da seguinte forma: Capítulo I, em que situamos a temática da epistemologia, sua conceituação e caracterização a partir do ponto de vista de autores que trataram dessa disciplina sob uma variedade de conceitos, do interior de disciplinas científicas, mas também de perspectivas históricas e filosóficas. Esse é o esforço de delimitação de uma epistemologia geral, necessário para entendimento da matéria e percepção das aberturas possíveis que nos permitirão avançar em nosso próprio problema de pesquisa.

No segundo capítulo, trataremos dos estudos “de Comunicação”, a problemática de seus objetos e a discussão de sua existência enquanto disciplina. Ou seja, entendemos que a oportunidade para a discussão epistemológica da constituição de uma disciplina dedicada ao estudo dos fenômenos comunicacionais de nossa atualidade também merece atenção do presente estudo, articulando com os conceitos da epistemologia geral anteriormente citados.

Em seguida, no terceiro capítulo, procuramos resgatar a formação da cibercultura a partir de duas perspectivas. A primeira é histórica, do desenvolvimento tecnológico – e da evolução do pensamento a ele associado: no início, a cibernética (e, logo, a informática), que leva ao surgimento do computador; depois, a ruptura contra o monopólio da informação na década de 1970, que cria os computadores pessoais e as condições para o desenvolvimento de uma ‘cultura dos computadores’. A segunda perspectiva é da circunscrição conceitual, que ajudará a complementar o entendimento sobre a cibercultura, a partir da visão de outros autores que se dedicaram á investigação do tema.

No quarto capítulo, estabeleceremos a discussão sobre alguns elementos que consideramos fundamentais para a constituição da cibercultura, notadamente problematizando conceitos como atualidade, tecnologia e globalização, para entendermos de que forma eles influenciam no estabelecimento das formas de interação mediada que presenciamos na sociedade hoje.

No quinto e último capítulo, a partir da massa crítica desenvolvida no decorrer do trabalho, procuramos estabelecer em que bases seria possível iniciar a proposição de uma epistemologia para a cibercultura. Ou seja, devemos avaliar se é plausível tal proposição, a partir de diversos aspectos como as aberturas da epistemologia geral, a existência da comunicação enquanto disciplina e a vinculação da cibercultura com a comunicação. É neste capítulo que pretendemos completar nosso raciocínio em relação ao problema de pesquisa e as conclusões que devemos ter sobre o trabalho de forma geral.

CAPÍTULO I – ELEMENTOS DA EPISTEMOLOGIA

1. Epistemologia: primeira aproximação

O sucesso da construção expressa no título desta dissertação “Elementos para uma epistemologia da cibercultura” depende, em nosso entendimento, além da fundamentação teórica e organização metodológica, da clareza com que conseguimos expor nossas ideias para uma discussão epistemológica dos conhecimentos gerados acerca da cibercultura. De início, o que fica claro é o espaço polêmico que estamos entrando ao propor uma abordagem epistemológica para o problema da comunicação mediada por computador, que traduzimos aqui como cibercultura, pelos motivos que serão explicitados posteriormente.

Da forma como vemos, e para os objetivos deste trabalho, não pretendemos buscar uma definição precisa ou fechada do que seja a epistemologia, seus objetos e conceitos. Na realidade, preferimos explorar as possibilidades a partir das quais podemos tomar os estudos epistemológicos e as reflexões de inúmeros autores que se dedicaram ao tema da construção do conhecimento – especialmente o científico – de forma bastante diversa, e procuramos compreender como esses podem colaborar em nosso entendimento das atuais dinâmicas teóricas da comunicação. Ou seja, as concepções que exploramos neste capítulo não se colocam em luta para a definição do conceito mais completo ou definitivo sobre a epistemologia. Antes, nos ajudam a ter a noção das aberturas possíveis quando pensamos na evolução do conhecimento científico. Em outros momentos da pesquisa, evidenciaremos os motivos pelos quais entendemos ser adequado problematizar a origem do pensamento epistemológico num trabalho de comunicação e cibercultura, o que muitos certamente considerarão polêmico e outros, impossível.

Na verdade, falar de epistemologia hoje, por si só, é algo que causa desconforto e suscita dúvidas sobre do que se trata o trabalho efetivamente, considerando a diversidade de abordagens possíveis em relação à problemática. Então, para evitar a dispersão de nossas reflexões e fugir das inúmeras polêmicas disciplinares que cercam os estudos sobre epistemologia e que nada acrescentam para esta pesquisa, devemos delimitar nosso âmbito de discussão. Dito isso, é preciso esclarecer que não pretendemos estabelecer aqui um estudo exaustivo sobre a história do

pensamento epistemológico, ou tentar condensar as correntes que buscam estabelecer-lhe os parâmetros de existência. Faremos aqui, uma compilação não exaustiva de ideias colocadas na discussão da epistemologia por muitos dos autores mais referenciados sobre o tema. São filósofos, sociólogos, cientistas, antropólogos, historiadores etc. Temos plena consciência de quão arbitrário é uma tentativa de enumerar alguns autores acerca dessa abordagem. De toda forma, acreditamos que o material aqui selecionado já nos permite refletir sobre as aberturas possíveis em relação à epistemologia, o que pode nos favorecer na proposição de uma epistemologia da cibercultura. Além, disso, sempre que possível, apontaremos as lacunas existentes nas proposições desses autores, na tentativa de construir um quadro referencial mais completo.

Enfim, o que buscamos é sedimentar uma sequência de estudos composta de três partes, a saber: destacar os aspectos iniciais relativos a uma caracterização possível acerca da epistemologia geral; problematizar as principais discussões vigentes na direção de uma consolidação da epistemologia da comunicação; e, por fim, as possibilidades de abertura que, hoje, nos permitiriam propor uma epistemologia da cibercultura. Tais discussões serão feitas, respectivamente, nos capítulos 1, 2 e 5. Nos demais, trataremos de definir e analisar o conceito e a dinâmica da cibercultura.

Para iniciar todas essas questões, consideramos adequado definir os elementos conceituais envolvidos.

2. Conceito

A palavra epistemologia é de origem grega: “episteme” – seria a ciência ou o conhecimento e “logos” – significa teoria ou discurso. Epistemologia seria, então, um campo do saber que se ocupa da constituição teórica das ciências e das implicações daí resultantes. Complementaríamos que a epistemologia seria “o estudo crítico dos princípios, hipóteses, e resultados das ciências já constituídas e que visa determinar os fundamentos lógicos, o valor e o alcance objetivo delas” (Cunha: 1999, p. 308). Entretanto, apesar de uma boa síntese, essa definição não nos serve totalmente, uma vez que não poderíamos dizer que o estudo da cibercultura seja uma ciência constituída. Vejamos, então, outras visões sobre o termo.

Para Manuel Carrilho (1991), a epistemologia guarda certa nebulosidade, de forma que existem duas acepções iniciais:

epistemology, em inglês, que designa a teoria do conhecimento e *epistemologie*, em francês, a filosofia das ciências, de modo que o termo que corresponde a *epistemology* é, na língua francesa, “*théorie de la connaissance*”, correspondendo *epistemologie* à expressão inglesa “*philosophy of science*” (CARRILHO, 1991, VIII).

Ainda segundo este autor, o sentido que se estabiliza na língua francesa encontra-se em outras línguas como italiano e alemão. Essa é uma distinção importante, pois não significa uma simples diferenciação etimológica mas, na verdade, o ponto de diferenciação de duas grandes correntes de estudo que se desenvolveram nas últimas décadas e cuja existência é fundamental para entender as aproximações entre os autores e mesmo suas discordâncias.

Para Carrilho, a epistemologia foi inicialmente tida como reflexão exterior às ciências, interessada por ela na medida em que a ciência se constituía como instância privilegiada de evolução dos conhecimentos e produção de verdades – fortemente influenciada pelo positivismo. Porém, a crise de ciências estabelecidas como física e matemática, entre o fim do século XIX e o começo do século XX, mudaram esse panorama, pois colocaram “em causa seus principais pressupostos, suscitando então um movimento inédito em que são os próprios cientistas que mais incisivamente interrogam os fundamentos não só das suas teorias mas também da sua atividade” (CARRILHO, 1991, VIII). É também nesse momento que, para o autor, começam a surgir as epistemologias “regionais” ou internas a algumas disciplinas científicas, ao lado da epistemologia geral que se ocupa de temas genéricos das ciências.

Para Hilton Japiassu e Danilo Marcondes (2001), a epistemologia pode ser entendida como a disciplina que toma as ciências como objeto de investigação tentando reagrupar: a) a crítica do conhecimento científico – exame dos princípios, das hipóteses e das conclusões das diferentes ciências, tendo em vista determinar seu alcance e seu valor objetivo; b) a filosofia das ciências – empirismo, racionalismo etc.; e c) a história das ciências (JAPIASSU e MARCONDES, 2001, p. 63). Ou seja, este autor busca congrega todas as variações existentes e citadas anteriormente por Manuel Carrilho. Em nossa exploração bibliográfica, vimos que a ideia

predominante, em nossa amostra, trata da construção do conhecimento científico, articulando elementos de história e filosofia das ciências, mas nem sempre evidenciando tão claramente as injunções.

Luiz Martino (2003), afirma que a epistemologia caracteriza-se por questões específicas e não por toda e qualquer relação ao conhecimento. É o estudo do conhecimento científico. Opõe-se à filosofia das ciências ao se ocupar de problemas mais específicos e próprios do conhecimento científico, como os de seu objeto, classificação, método – critérios de validade e operação – e de sua fundamentação lógica e ontológica (p. 69).

Japiassu considera que o problema central da epistemologia, e que define seu estatuto geral, consiste em estabelecer se “o conhecimento poderá ser reduzido a um puro registro, pelo sujeito, dos dados já anteriormente organizados independentemente dele no mundo exterior, ou se o sujeito poderá intervir ativamente no conhecimento dos objetos” (2001, p. 63). Então, percebe-se que a epistemologia se interessa pelo problema do crescimento, acúmulo e progressão dos conhecimentos científicos e, por isso, podemos defini-la como a disciplina que “toma por objeto não mais a ciência verdadeira de que deveríamos estabelecer as condições de possibilidade ou os títulos de legitimidade, mas as ciências em via de se fazerem, em seu processo de gênese de formação e de estruturação progressiva” (Id.). Esse conceito é importante para nossa pesquisa e, de certa forma, traduz uma das perspectivas que consideramos fundamentais e nos serve de pano de fundo: o crescimento, desenvolvimento e consolidação dos conhecimentos científicos acerca da comunicação, pelo entendimento das mudanças sociais e culturais que estão em curso nesse nosso momento histórico singular; ou seja, a constituição de um conhecimento de nosso tempo.

Além disso, procuramos entender como a cibercultura tem se constituído enquanto campo de estudos ainda em formação, a partir da visão de muitos autores sobre as relações entre as forças dominantes de nosso tempo, especialmente capitalismo, globalização e tecnologia e de que forma essas variáveis interferem ou conformam as interações comunicacionais no ciberespaço. Por fim, a definição de Japiassu reforça a escolha metodológica de tomar o presente como objeto de estudo, a partir de uma visão global dos fenômenos contemporâneos que interferem na comunicação.

3. Pensadores da Epistemologia

Essas definições iniciais são importantes, mas insuficientes para dar conta da complexidade em torno do debate sobre a epistemologia. Por isso é necessário investigar o entendimento de autores que têm se dedicado ao seu estudo para conhecer e discutir os principais problemas sobre os quais a disciplina se debruça, de forma que possamos articular com nosso próprio estudo. Reiteramos aqui que o presente esforço de enunciação de alguns autores relevantes para a discussão da epistemologia, constitui-se exclusivamente disso: um trabalho de exposição de pontos de vista, que nos permitam estabelecer um terreno de definições e problemas a ela relacionados, abrindo-nos possibilidades de reflexão articulada ao nosso objeto.

Não pretendemos ser exaustivos e nem mesmo o relato das formas de pensar desses autores significa aceitação de suas premissas. Sempre que a definição ou a discussão se aproximar de nosso objeto, isso será explicitado. Esse esforço, destacamos, visa à produção de uma pesquisa essencialmente “aberta”, no sentido conferido por Humberto Eco em seu livro *Obra Aberta* (1991), ou seja, não nos interessa aqui a constituição de uma dissertação que seja uma “obra-evento” sobre epistemologia; pelo contrário, desejamos que seja vista como uma abertura nas formas possíveis de se pensar a epistemologia de temas de nossa atualidade, pois entendemos que é historicamente nesse momento e lugar que a escolha pela cibercultura nos coloca.

Para esse trabalho de enunciação de algumas das correntes da epistemologia geral, temos como ponto de partida, a sugestão feita por Hilton Japiassu (1986). Segundo o autor,

as epistemologias atualmente vivas e significativas estão centradas sobre as interações do Sujeito e do Objeto: a epistemologia fenomenológica, ilustrada por Husserl; a epistemologia construtivista estruturalista, ilustrada por Piaget; a epistemologia histórica, ilustrada por Bachelard; a epistemologia arqueológica, ilustrada por Foucault; a epistemologia racionalista-crítica, ilustrada por Popper (p. 29).

Não abordaremos a contribuição de Husserl, mas trataremos dos demais autores elencados por Japiassu e expandiremos, ainda, para diversos outros pontos de vista que consideramos também importantes: Thomas Khun, Ilya Prigogine e Imre Lakatos. Para efeitos deste trabalho, estritamente como critério de organização, diremos que os trabalhos desses autores situam-se numa perspectiva epistemológica "clássica" e faremos uma contraposição dessas com outras abordagens que daremos o nome de "contemporâneas". Essa classificação é arbitrária e meramente para facilitar a explanação e ilustrar as aberturas ao estudo da epistemologia que foram sendo pensadas no decorrer do tempo.

3.1 Epistemologia clássica

Começamos por destacar as ideias de epistemologia de Jean Piaget, que baseou boa parte de seus trabalhos no estudo do desenvolvimento cognitivo da criança, tendo vasta bibliografia escrita sobre esse tema e constituindo-se num dos autores mais destacados da psicologia. Importante destacar que a escolha de trabalhar com crianças fazia bastante sentido para Piaget, pois como estava interessado nas formas de aquisição e evolução dos estágios de conhecimento, considerava o indivíduo humano em idade infantil como a chave para entender como tais processos se constituem.

Foi assim que o autor desenvolveu a proposta de uma epistemologia genética, que propõe “por a descoberto as raízes das diversas variedades de conhecimento, desde as suas formas mais elementares, e seguir sua evolução até os níveis seguintes, até, inclusive, o pensamento científico” (PIAGET, 1983, p. 3).

A epistemologia genética era, na visão de Piaget, interdisciplinar. De certa forma, o autor procura reduzir – mas não descartar – a influência da filosofia na constituição de uma epistemologia, por acreditar que aquela não conseguia se justificar como um conhecimento “de fato”, pela ausência de garantias e métodos de controle que assegurassem a progressão dos conhecimentos. Assim, desejando ir além da especulação filosófica, mas também contrário ao empirismo tradicional, o autor defende que toda pesquisa em epistemologia deveria pressupor “a colaboração de especialistas em epistemologia da ciência considerada, psicólogos, historiadores das ciências, lógicos, matemáticos, cultores da cibernética, linguística etc.” (1983, p. 5). Nesse

sentido, a epistemologia genética não se ocupa de uma disciplina científica específica e sim da formação do conhecimento de uma forma geral, em que o saber científico seria um dos níveis mais elevados.

Piaget interessa-se especialmente pelos métodos de análise que procuram entender a evolução do conhecimento científico a partir da sua formação (gênese) e de seu desenvolvimento em duas perspectivas: a primeira relativa a seu desenvolvimento histórico no interior das culturas (que ele chama de sociogênese); e a segunda referente à constituição elementar feita por cada indivíduo durante seu desenvolvimento, ou seja, como ele se apropria desses conhecimentos. A isso Piaget deu o nome de psicogênese e conferiu maior atenção durante sua carreira (1983, p. 6).

Para Hilton Japiassu (1986), a noção do método genético de Piaget contempla a ideia de que toda ciência está em desenvolvimento progressivo e indefinido, marcado por estados sucessivos de conhecimento e tem por objetivo estudar os conhecimentos em função de sua construção real (p. 46). Ainda segundo este autor, o grande mérito de Piaget foi ter criado uma base de experimentação própria para a epistemologia, relacionando os problemas concernentes ao crescimento dos conhecimentos com métodos que ele mesmo criou para experimentação, dentro da perspectiva de sua psicologia genética (JAPIASSU, 1986, p. 53). É assim que ele articula os elementos filosóficos e científicos em seu método, sem se prender meramente à especulação que não possa produzir instrumentos de controle e verificação, nem ficar refém exclusivamente de fatos observáveis (p. 52).

Outro autor com importante contribuição foi Gaston Bachelard. Algumas de suas reflexões buscam dar conta de uma epistemologia que se faz a partir das teorias de ciências específicas como a Física e a Química, mas tendo sempre em mente o movimento do saber das Ciências como um todo. Neste percurso, ele analisa como as teorias são desenvolvidas por complementos e rupturas das noções existentes em cada momento histórico. Além disso, destaca o caráter não-linear e não pré-determinado das “descobertas” científicas, observando o esforço das ciências na construção de seus conhecimentos, a partir de muito trabalho (BACHELARD, 2006, p. 204).

Devido a essa perspectiva de parte da obra de Bachelard, Hilton Japiassú (1986) entende que ele se situa numa corrente epistemológica que “se propõe muito mais a uma análise da

história das ciências, de suas revoluções, bem como das *démarches* do espírito científico” (JAPIASSU, 1986, p. 65). Porém, quanto a essa perspectiva, o próprio Bachelard (1996) faz uma ressalva, destacando a diferença entre o ofício de epistemólogo e o de historiador da ciência.

O historiador da ciência deve tomar as ideias como se fossem fatos. O epistemólogo deve tomar os fatos como se fossem ideias, inserindo-as num sistema de pensamento. Um fato mal interpretado por uma época permanece, para o historiador, um fato. Para o epistemólogo, é um obstáculo, um contra-pensamento (Bachelard, 1996, p. 22).

De fato, Bachelard desenvolveu no decorrer de sua carreira, muitas reflexões acerca dos progressos científicos, como dito, sempre a partir da Física e da Química que então passavam por grandes mudanças à sua época (descoberta de novos “isótopos”, da radioatividade, a Teoria da Relatividade etc.) e essas verdadeiras revoluções eram objeto de análise do autor. A partir, então, dessa perspectiva histórica, Bachelard procura identificar um novo momento para a epistemologia, de ruptura com certezas até então existentes. Nessa nova fase – um novo espírito, como ele chamava – procura desenvolver uma proposta de reflexão epistemológica sobre a ciência que vai contra a existência de sistemas fechados, produtores de dogmas e verdades absolutas no seio da ciência. É nesse sentido que nascem expressões como ruptura epistemológica, para significar sua oposição ao positivismo; e vigilância epistemológica, para afastar tudo aquilo que é alheio às ciências, ou seja, para identificar e eliminar o que há de ideologia na construção do conhecimento científico.

Bachelard reconhecia a importância da filosofia, entretanto, fazia críticas no sentido de que, em sua opinião, os filósofos falhavam em suas argumentações para a construção de uma epistemologia. As falhas eram devido ao desconhecimento da forma como a ciência funciona e, especialmente, pela incapacidade dos filósofos de sua época perceberem que o desenvolvimento da ciência tinha momentos de ruptura, de não-continuidade (BACHELARD, 2006, p. 195).

Para o autor, a história das ciências registra o “resultado” dos embates entre o racionalismo científico e o irracionalismo das escolhas incorretas, do senso comum, por isso a importância dessa perspectiva no estudo do conhecimento científico. É preciso aprender com os erros do passado, não perder tempo com debates superados. Dessa forma,

a história das ciências surgirá, então, como a mais irreversível de todas as histórias. Ao descobrir o verdadeiro, o homem de ciência obstrui um irracional. Sem dúvida, o irracionalismo pode brotar de outro lado qualquer. Mais tem, doravante, certas vias interditas. A história das ciências é a história das derrotas do irracionalismo (Activité, p. 25).

Para finalizar essa breve mostra do pensamento de Bachelard, podemos dizer que, ao mesmo tempo em que insistia numa filosofia mais capacitada para a reflexão sobre a construção dos conhecimentos científicos, o autor se manifestava contra o “empirismo”, ou seja, pela ciência que se mede pela quantidade de experimentos diferentes feitos num determinado período (BACHELARD, 2006, p. 198).

Na continuação de nosso trabalho exploratório, encontramos Karl Popper, um dos mais importantes e influentes pensadores da epistemologia, pelo que revelaram nossos estudos. Sua obra influenciou e continua influenciando parte do debate sobre a construção do conhecimento científico e as “formas” pelas quais ele acontece. Muitas de suas ideias podem ser vistas nas entrelinhas de discussões e métodos atuais das ciências, humanas ou naturais. A propósito deste comentário, faz-se oportuno destacar que não vislumbramos qualquer ganho para nossas reflexões, em separar os autores entre aqueles que tratam a epistemologia a partir de uma perspectiva das ciências naturais daqueles que o fazem no interior das ciências humanas. Essa atitude já demonstra nossa ideia sobre a matéria, apesar de não ignorarmos as especificidades envolvidas em cada abordagem. De toda forma, há diversos trechos que tratam dessa distinção (ou da aproximação das perspectivas “naturalistas” ou “humanistas”) pela visão dos próprios autores. O próprio Popper era crítico do que chamava de naturalismo ou cientificismo, que significava um acoplamento de técnicas de pesquisa empírica nas pesquisas das ciências sociais (POPPER, 2004, p. 17). Não tomamos partido; novamente interessam-nos as aberturas que os pontos de vista distintos nos permitem.

Assim, de acordo com Hilton Japiassu (1986), Popper elaborou sua noção de epistemologia na forma de uma filosofia das ciências, sendo notadamente conhecido por sua oposição ao positivismo – especialmente uma de suas teorias fundacionais, o empirismo lógico – um movimento que pregava, entre outras coisas, a unidade das ciências (JAPIASSU, 1986, p. 86). Algumas das questões centrais colocadas por Popper e que fazem parte de suas

preocupações epistemológicas orbitam em torno de suas críticas ao método indutivo, da necessidade de demarcação entre os objetos das ciências e da metafísica e de sua posição em relação à validade das teorias. É neste último caso, do valor das teorias científicas, que devemos nos ater mais destacadamente por se constituir no aspecto fundamental de sua epistemologia. Nesse sentido, Popper (1991) defendia que o “verificacionismo” vigente em seu tempo estava equivocado, pois não deveriam ser buscadas as confirmações das teorias científicas, e sim a sua “falsificação”, ou seja, a tentativa de sua superação a partir de uma reflexão crítica e racional para o desvelamento das verdades científicas (POPPER, 1991, p. 210).

Nesse sentido, Popper vai levantar suspeitas sobre teorias destacadas de seu tempo, acusando-as de basearem-se somente em evidências irrefutáveis, como as teorias de Freud, Adler e Marx; e, assim sendo, não poderiam ser consideradas científicas, pois não poderíamos indicar nenhuma experiência ou fato capaz de abalá-las. De certa forma, essas questões derivam da crítica que Popper faz em relação à indução: ou seja, para ele, não é válido pensar que fatos observáveis (mesmo empiricamente) possam justificar a criação de leis universais, pois não há garantias de que esses fatos podem se repetir no futuro. E, ainda, qualquer teoria é simples conjectura e, dessa forma, é válida até que seja superada. Dito de outra forma, nenhuma quantidade exhaustiva de testes empíricos pode, segundo Popper, verificar uma teoria. Mas, por outro lado, quanto mais uma teoria puder ser falsificável, melhor, pois ela será enriquecida pela superação das tentativas de invalidá-la. Assim, na visão dele

A atitude do falsificacionista é diferente. Para ela, a ciência consiste em arriscarem-se hipóteses explicativas – arriscar no sentido em que essas hipóteses afirmam tanto que facilmente se podem revelar como falsas. E dá o melhor de si para as criticar, esperando detectar e eliminar candidatos defeituosos ao estatuto da teoria explicativa, esperando também, através disso, alcançar mais compreensão (POPPER, 1991, p. 250).

Há diversas outras questões ligadas à epistemologia de Popper que poderiam ser abordadas, como seu debate com Adorno e as controvérsias daí surgidas, ou mesmo a sua proposta de explicação do avanço científico sob a perspectiva da seleção natural – em paralelo com a teoria biológica. Contudo, finalizaremos este trecho com uma ideia também de importância destacada. Para ele, “o progresso da ciência – ou, ao menos, progresso notável – é

sempre revolucionário” (POPPER , 2004 p. 67). Isso porque as teorias novas precisam conflitar com as anteriores em seu processo de descoberta e avanço, afastando-se de uma perspectiva que seja meramente cumulativa. Nesse sentido, Popper conclui ser possível estabelecer um critério racional de avaliação do progresso científico, comparando uma nova teoria com sua predecessora e verificando se consegue melhores resultados (Ibid., p. 68). E finaliza dizendo que na ciência apenas as teorias progressistas são consideradas interessantes e, conseqüentemente, a história da ciência é uma história do progresso (Ibid., p 69).

Michel Foucault é mais um dos autores que se dedicaram a refletir sobre esses assuntos. Hilton Japiassu o insere, ao lado de Bachelard e Canguilhem, no que considera ser uma das correntes epistemológicas mais destacadas que é a epistemologia histórico-crítica, interessada em elucidar a produção das teorias e dos conceitos científicos a partir de uma análise da própria história das ciências.

Em Foucault, Japiassu observa um caso mais específico ao qual atribui o nome de epistemologia arqueológica, que busca o fundamento não do homem, mas das Ciências Humanas,

espécie de epistemologia à la Piaget, mas transportada do elemento do sujeito individual estudado em seu devir mental ao elemento do sujeito coletivo representado por uma população pensante em devir histórico e por uma espécie de gerações sucessivas interessando mais pelas etapas filogenéticas do que pelas ontogêneses individuais de formação coletiva do saber (JAPIASSU, 1986, p. 126).

A proposta de Foucault é de investigação de um dos três períodos nos quais divide a história da episteme ocidental, batizada por ele de época clássica da ciência, entre os séculos XVII e XVIII, estudando entre outros, alguns conceitos-chave de Descartes e Kant, e dedicando-se a temas como representação, signos e sugerindo normatizações para o estudo da epistemologia (Ibid., p. 120).

O próprio Japiassu desenvolve diversas críticas acerca dessa posição epistemológica de Foucault, questionando, por exemplo, a redução que este faz do campo epistemológico a três positivities: vida, trabalho e linguagem; deixando de fora disciplinas científicas constituídas

como física e matemática (Ibid., p. 128). Outra crítica é que na filosofia de Foucault, o homem não passa de um conceito, o que interessa de fato é o pensamento, sendo que “em todas as épocas, a maneira como as pessoas refletem, escrevem, julgam, falam, experimentam as coisas, todo o seu comportamento é dirigido por uma estrutura teórica, por um sistema que muda com as épocas e as sociedades” (Ibid., p. 132). Por fim, Japiassu acaba questionando se a epistemologia arqueológica não seria na verdade uma filosofia ambígua, por ignorar que é o homem o verdadeiro sujeito da história.

Poderíamos citar, ainda, outros autores que tiveram grande influência na constituição e evolução do conceito de epistemologia no decorrer das últimas décadas. Começamos por Thomas Khun, físico, historiador e filósofo da ciência. Mais conhecido por sua obra *A estrutura das revoluções científicas* (1962), em que introduz o conceito de mudança de paradigma. Nessa obra expõe suas ideias e atesta que o desenvolvimento das ciências não acontece de forma linear, e sim, pela sucessão de paradigmas.

Estar num paradigma “dominante”, para Kuhn, significa que há certo consenso entre os pesquisadores daquela ciência ou disciplina, momento em que se pratica a “ciência normal” e, em geral, são obtidos muitos resultados e a produção de conhecimento é acelerada. Entretanto, em algum momento, começam a aparecer anomalias que não podem ser explicadas pelo paradigma vigente e isso pode levar a uma “revolução” e à substituição – total ou parcial – por um novo paradigma (KUHN, 1998. p. 125).

Ele desenvolveu, ainda, o conceito de incomensurabilidade entre diferentes paradigmas dominantes, propondo que aceitar um deles, significa não aceitar o outro. É com respeito a este conceito que residem, ao que nos parece, algumas das principais críticas feitas à Kuhn, uma vez que seus opositores consideram que se tal ideia fosse válida, isso levaria à uma escolha irracional ou subjetiva entre os paradigmas, o que além de ferir alguns princípios das ciências, foi objeto de explicações do autor, após 1962.

Thomas Kuhn fez suas contribuições em relação ao desenvolvimento da ciência a partir de seus estudos em física teórica, motivo pelo qual a epistemologia se constituía uma de suas reflexões. Foi exatamente para buscar melhor entender sua área de formação que ele passou a dedicar-se à Filosofia das Ciências e, a seguir, à História das Ciências (KUHN, 2011, p. 28). Ele

era, inclusive, defensor de que essas duas ramificações fossem mantidas separadas, por acreditar terem objetivos específicos e de ordem muito distintas: a história como construção de uma narrativa plausível e a filosofia como busca das verdades em determinada época (Ibid., p. 29).

Destacamos, então, que Kuhn entende o estudo do desenvolvimento da ciência como sendo dividido entre essas duas “matérias”, História das Ciências e Filosofia das Ciências e defende que seja na perspectiva de paradigmas que se operem esses estudos e que a ciência consiga avançar.

Outro autor que consideramos importante para a construção deste quadro geral das concepções “clássicas” da epistemologia é Ilya Prigogine, um físico-químico que nasceu na Rússia, mas se naturalizou Belga. Ganhador do Prêmio Nobel de Química em 1977, por seus estudos em processos termodinâmicos irreversíveis, ele é um dos autores a colocar claramente a necessidade de entendimento da complexidade envolvida nos mais diversos sistemas da natureza, desde as interações químicas até o corpo humano. E trata-se exatamente dessa complexidade que, em sua visão, a ciência atual precisa dar conta, fugindo de posições determinísticas para uma melhor compreensão da realidade.

Em *O fim das certezas* (1996), Prigogine apresenta reflexões em torno das novas descobertas da física que contradizem premissas determinísticas que estão na base de boa parte do conhecimento gerado por esta disciplina até hoje – desde Newton, até Einstein – e que, segundo o autor, permite que possamos “situar-nos hoje num ponto crucial dessa aventura, no ponto de partida de uma nova racionalidade que não mais identifica ciência e certeza, probabilidade e ignorância” (PRIGOGINE, 1996, p. 14).

A forma de construção dessa nova racionalidade proposta pelo autor é possível porque

assistimos ao surgimento de uma ciência que não mais se limita a situações simplificadas, idealizadas, mas nos põe diante da complexidade do mundo real, uma ciência que permite que se viva a criatividade humana como a expressão singular de um traço fundamental comum a todos os níveis da natureza (Id.).

E a forma como o autor traduz esse novo momento da ciência se faz pela discussão de diversas novas teorias propostas e discutidas na física, e sua interação com a matemática e as

probabilidades, como os processos de não-equilíbrio, o princípio da irreversibilidade, entre outros. Acima de tudo, Prigogine fala de uma ciência “em evolução” e, dessa forma, procurou levar suas reflexões acerca da instabilidade, do caos e do indeterminismo para outros campos como biologia e meteorologia. Com isso, imaginamos que ele queria mostrar que há um movimento de complexidade tanto na natureza como na vida humana e noutros sistemas, não limitado por disciplinas e objetos de pesquisa. Dessa forma, ele contribuiu com uma reflexão filosófica das ciências, não num sentido positivista de unidade de leis científicas, mas com intuito de abrir novas perspectivas que permitissem outras áreas contestar ou ponderar as visões determinísticas que resistem em suas próprias teorias.

Prigogine faz uma distinção entre ciência clássica e moderna e afirma que na passagem de uma concepção para outra aconteceu verdadeira metamorfose do objeto das ciências, de forma que “não estamos mais no tempo em que os fenômenos imutáveis prendiam a atenção. Não são mais as situações estáveis e as permanências que nos interessam antes de tudo, mas as evoluções, as crises e as instabilidades” (PRIGOGINE, 1991, p. 5).

Partilhando de uma visão original da ciência e a explicitando enquanto cientista que atribui papel importante à experimentação (não como mero empirismo, claro), Prigogine faz uma breve crítica a certos argumentos da filosofia da ciência: para ele, ao definirem seu progresso em termos de ruptura, de corte ou de negação, alguns filósofos das ciências apenas traduziram o que foi a situação histórica da ciência clássica, negando aquilo para o qual não conseguia dar resposta. Ainda assim, essas questões negadas e declaradas ilegítimas não desapareceram e foi justamente sua insistência que acabou gerando a instabilidade e posteriormente a metamorfose progressiva em direção à ciência moderna (Ibid., p. 12).

É importante, ainda, destacar que este autor compreendia que a ciência é um empreendimento com forte interação com a cultura e, dessa forma, evidentemente ligado ao estágio de desenvolvimento das sociedades em cada período. Sua visão era de uma ciência em evolução, tanto de suas técnicas (matemáticas, por exemplo) como de suas formas de indagação da natureza. Uma ciência criativa e rica na proposição de novos problemas. Apesar de desenvolver suas reflexões “de dentro” das teorias físicas que buscam explicar a realidade, não ignorava que a ciência moderna se interessa por perguntas em diversos outros campos, inclusive

aqueles relacionados aos comportamentos sociais, destacando as possibilidades de abertura que essa nova ciência proporcionava, permitindo ir “além” das fronteiras estabelecidas pela ciência clássica e exigindo uma “reflexão mais completa sobre a ciência na sociedade” (Ibid., p. 9).

Para finalizar essa breve exposição de formas possíveis de entender e trabalhar a epistemologia, ou seja, formas como através das últimas décadas cientistas, filósofos, historiadores destacados contribuíram com suas visões sobre o desenvolvimento das ciências, acreditamos ser preciso abordar, ainda que brevemente, as ideias de Imre Lakatos. Em meio a uma vida bastante conturbada, em que precisou por duas vezes fugir para salvar sua vida – uma dos nazistas e outra dos comunistas – este matemático e filósofo das ciências produziu muitas ideias relevantes para nos ajudar a pensar a epistemologia.

Entre as questões colocadas por este autor, há duas que são mais destacadas, centrais, e que se inter-relacionam para formar sua tese principal: a ideia das provas e refutações e a proposição do programa de pesquisa científica, considerada por ele mesmo uma proposta metodológica para o desenvolvimento científico. Lakatos considerava as proposições filosóficas de Popper como as mais importantes do século XX (Lakatos, 1989; p. 180) e se alinhava a ele na defesa de que as mudanças científicas deveriam ser baseadas no racionalismo, no mundo das ideias (Ibid., p. 122). E, apesar da visível influência das ideias de Popper, especialmente o “falsificacionismo”, Lakatos não deixou de considerar as críticas que aquele recebera de Kuhn e de Feyerabend.

A ideia expressa em seu livro *Proofs and refutations* (1976) é basicamente ligada à filosofia matemática e refere-se à posição de Lakatos de afirmar que não há teoremas – na matemática informal – que sejam perfeitos. A sua validade vai até que apareçam contra-exemplos ou casos não previstos, que levam a um ajuste do teorema. Ele usa como exemplo um teorema de Euler, sobre as propriedades dos poliedros. Ainda nesta obra, Lakatos propõe um “método de provas e refutações” composto por regras heurísticas para avaliar a validade de uma teoria.

No entanto, o autor se destaca mesmo ao propor a avaliação do crescimento do conhecimento científico a partir das mudanças (progressivas ou regressivas) das teorias científicas, estruturados na forma de “programas de pesquisa”. Este programa é caracterizado por

um “núcleo duro”, formado por teorias e/ou hipóteses que ficam provisoriamente protegidas da refutabilidade. Esse núcleo é dificilmente descartado quando do aparecimento de anomalias. O mais comum é que hipóteses auxiliares (cinturão protetor) sejam refutadas ou ajustadas para manter a coerência da tese central (Lakatos, 1989, p.230).

Ainda nessa linha, o autor desenvolve a ideia de uma “heurística positiva”, que de certa forma orienta o trabalho dos cientistas e impede que qualquer anomalia ou contra-exemplo de uma teoria provoque mudanças no núcleo duro do programa, ou como ele mesmo afirma "a heurística positiva consiste num conjunto parcialmente articulado de sugestões ou palpites sobre como mudar e desenvolver as variantes refutáveis do programa de pesquisa, e sobre como modificar e sofisticar o cinto de proteção refutável" (Lakatos, 1979, p. 165).

A ideia do programa de pesquisa leva ao entendimento de uma ciência crescente em complexidade, como que se buscasse “fechar o cerco” sobre as teorias auxiliares em busca de uma depuração. Essa noção pode ser relacionada com diversos outros autores que trabalharam a epistemologia. Essa busca por um estágio de maior racionalidade tem muito a ver com os estudos de Popper. Por outro lado, poderíamos dizer que conforme a teoria evolui, chegamos a novos estágios de conhecimento, o que Piaget já considerara em seus estudos. Ou ainda, o acúmulo de conhecimentos, neste estágio, pode se aproximar da ciência normal apontada por Kuhn. Ao mesmo tempo em que o rompimento do “núcleo duro” do programa de pesquisa poderia levar a uma mudança de paradigma dominante para determinada ciência ou disciplina. Visão esta que também está em linha com as metamorfoses estudadas e defendidas por Prigogine.

Ainda que Lakatos não tenha tido a intenção de congregiar todas essas ideias, elas estavam convivendo com uma diferença temporal pequena, sendo então natural que possamos, sob nosso ponto de vista, propor essas aproximações que de fato nos auxiliam a traçar uma linha de raciocínio entre todos esses conceitos colocados aqui até o momento e o cerne da preocupação e dos objetos da epistemologia.

A relação de autores que tomamos como “clássicos” poderia se estender ainda muito mais. Apenas para ilustrar tal afirmação, em *Epistemologia: posições e críticas* (1991), Manuel Carrilho cita diversos outros autores que, inclusive, influenciaram ou dialogaram (ainda que de forma crítica) com aqueles que fizeram parte de nosso estudo e foram aqui abordados.

Poderíamos, brevemente, citar: Duhem (*Teoria física e explicação metafísica*, 1906), Alexandre Koyré (*Perspectivas sobre a história das ciências*, 1966), Canguilhem (*O objeto da história das ciências*, 1968), Norwood Hanson (*A irrelevância da história da ciência para a filosofia da ciência*, 1962), Gerald Holton (*Os temas do pensamento científico*, 1978), Quine (*A epistemologia naturalizada*, 1969), Putnam (*As teorias que não são*, 1975), Donald Davidson (*Uma teoria coerencial da verdade e do conhecimento*, 1986), Richard Rorty (*A ciência natural é uma espécie natural?*, 1988). Além desses, por nossa conta, poderíamos adicionar Max Weber (*Sobre a teoria das ciências sociais*, 1977) e autores da Escola de Frankfurt, com sua perspectiva crítica.

Por outro lado, Tiago Quiroga em seu *Pensando a episteme comunicacional* (2013) opta por trabalhar com as reflexões de Bourdieu em relação à epistemologia, aproximando a perspectiva desse autor com os estudos de comunicação. Para Tiago, os postulados apresentados Bourdieu sintetizam o projeto moderno que procurou pensar boa parte da produção do conhecimento científico a partir dos pressupostos de autonomia da razão, modelo que baliza os critérios de aferição do valor de verdade da produção científica ao objeto. Ou seja, o sociólogo francês era adepto da perspectiva defensora da constituição de tema de estudo específico como condição pela qual se deve reconhecer em determinada prática científica a chancela de disciplina na ordem do conhecimento (2013, p. 400). Tiago entra na discussão epistemológica – voltada para a Comunicação – a partir da noção de campo e das múltiplas questões relacionadas a esse conceito, destacando os aspectos históricos e de produção do conhecimento científico (Idem, p. 31). Tal opção ilustra a variedade de pontos de vista e de autores que se dedicaram a estudar a produção do conhecimento no decorrer das últimas décadas. Os três autores – Japiassu, Carrilho e Quiroga – que introduzem o pensamento de clássicos aqui citados, tem suas próprias considerações sobre o estudo da epistemologia que são, elas mesmas, boa fonte de reflexão tanto da epistemologia geral como a que se discute para a comunicação.

Todos esses pontos de vista são muito interessantes, autênticos, resultado de anos de pesquisas, reflexões e interações entre disciplinas e, de alguma forma, contribuem para nossa própria discussão. Entretanto, não é nosso objetivo aqui – se é que tal empreendimento é possível – ser exaustivo quanto às discussões da epistemologia. Como dito, para a presente pesquisa é mais relevante a contribuição que tais posições nos agregam em relação à coerência na

interpretação do objeto da epistemologia e, ainda, a ilustração das possibilidades de aberturas fornecidas pela prática desses pesquisadores, a partir de suas próprias formações acadêmicas, bem como de seus momentos históricos e culturais particulares.

3.2 Epistemologia contemporânea

Há, ainda, algumas abordagens que desejamos problematizar e que fazem parte do que chamaremos de uma “epistemologia contemporânea”. Colocaremos nessa perspectiva os seguintes autores: Karin Cetina, Jonathan Dancy, Edgar Morin e Bruno Latour.

Agora temos a possibilidade de explicar melhor os motivos pelos quais dividimos esses autores, aparentemente de forma arbitrária, entre clássicos e contemporâneos. Para quem propõe a categorização, ela sempre parece a mais lógica, mas a explicação neste caso é fundamental. No decorrer de nosso estudo prospectivo quanto às obras que tratam da cibercultura e do trabalho de cruzamento de referências e leitura das obras, pareceu-nos que os autores se agrupavam entre aqueles que estavam ainda desbravando o mundo da epistemologia, produzindo seus alicerces – mesmo que questionáveis – e aqueles que basicamente tratavam o tema como “boa parte do que havia para ser dito já o foi, agora é hora de organizar as ideias, refletir e seguir em frente com uma epistemologia de nosso tempo, mais complexa e aberta”. É preciso destacar duas expressões entre o que acaba de ser dito: “nosso tempo” e “complexa”. Embora haja traços desses elementos nos autores classificados aqui como clássicos (apenas para citar, vemos muito sobre complexidade em Prigogine), é nesses autores contemporâneos que tais preocupações se entrelaçam definitivamente nas proposições.

Em seu livro *Epistemologia Contemporânea* (1985), Jonathan Dancy argumenta que “a epistemologia é o estudo do conhecimento e a justificação da crença” (p.13). Destacando que sua abordagem é proveniente da concepção anglo-americana de epistemologia, afirma que essa tradição permitiria duas abordagens distintas. Uma teria raízes em Descartes, e introduziria o desafio do ceticismo e a afirmação de que o conhecimento é algo impossível. A outra abordagem sustenta que essa primeira visão distorce conceitos filosóficos e que, na verdade, deveríamos investigar a natureza do conhecimento e, a partir dos resultados, tirar conclusões sobre as possibilidades de se conhecer (p.14).

O autor opta pela primeira via, justificando que em sua percepção, o ceticismo renasceu e seria então necessário dar-lhe atenção e buscar responder ao seu desafio. Dessa forma, sua obra contém discussões sobre o ceticismo, o que inevitavelmente nos faz lembrar do célebre debate Popper-Adorno, que era para ser um aguardado embate de ideias entre dois grandes pensadores do século passado, mas pela posição “crítica” de Adorno, acabou obrigando Popper a recuar até os princípios do que seria uma discussão epistemológica e de que premissas seriam necessárias para tal empreendimento. Luiz Martino escreveu dois artigos que buscam analisar esse posicionamento no campo da comunicação: *Ceticismo e inteligibilidade do pensamento comunicacional* (2003) e *Ceticismo e interdisciplinaridade: paradoxos e impasses da teoria da comunicação* (2005).

Dancy estabelece um percurso metodológico de exposição das ideias ligadas ao ceticismo e as principais críticas que essa corrente faz às possibilidades de conhecimento. Depois, expõe algumas teorias que segundo ele estão ligadas ao conhecimento e à justificação – percepção, memória, sentido, fundacionismo, holismo, dentre outros. – e que poderiam servir para enriquecer a discussão epistemológica, sempre centrada no debate filosófico. No final, o autor se pergunta se “Será a epistemologia possível?”. Ele conclui – passando por Hegel e Quine – que sim, embora apoiado num “coerenticismo” que defende ser possível a obtenção de conhecimento empírico sem uma base sólida de apoio e afirmando que o argumento cético (argumento a partir do erro) ainda não foi derrubado.

Seguindo adiante, temos as contribuições de Karin Cetina, socióloga austríaca que propõe em seu *Epistemic Cultures: how the sciences make knowledge* (1999), uma análise do conhecimento a partir do conceito de “culturas epistêmicas”, que ela mesma define como sendo “os amálgamas de arranjos e mecanismos – ligados por afinidade, necessidade e coincidência histórica – e que, em um determinado campo, definem como nós sabemos o que sabemos” (CETINA, 1999, p. 1, tradução nossa).

A referida autora destaca que a ciência continua sendo a principal fonte de conhecimento e se lança no desafio de melhor entender seu funcionamento no interior de culturas das sociedades globais ocidentais, altamente especializadas e dependentes de tecnologia (Id.). Além disso, interessa-se por analisar se o conhecimento que temos sobre as ordens sociais tradicionais

pode ser simplesmente extrapolado para explicar as estruturas e o dinamismo desses novos sistemas de conhecimento globais (Id.). Os problemas centrais que ela destaca são: a falta do entendimento das questões ligadas à forma contemporânea de conhecimento – sua diversidade e dinâmica; e, por outro lado, a passagem das sociedades contemporâneas para sociedades de conhecimento. Colocado dessa forma, vemos que para a autora a construção do conhecimento seria fator de base para o desenvolvimento da sociedade.

É em termos de “culturas epistêmicas” que Cetina propõe a compreensão do desenvolvimento das ciências, pois esta seria uma forma mais adequada de se discutir seus processos no interior das sociedades de conhecimento, especialmente em comparação com conceitos tradicionais como disciplina e especializações, por conta da complexidade das relações e das representações nas instituições atuais (Idem, p. 2). Neste sentido, seu interesse não é na forma como o conhecimento é produzido e sim na construção do “maquinário” de produção de conhecimento e, nessa abordagem, revelam-se as fragmentações da ciência contemporânea. Ou seja, vislumbra-se a variedade de culturas epistêmicas.

Ainda segundo essa autora, os debates epistemológicos ainda consideram, em sua maioria, a existência de um único empreendimento científico, sendo que as discussões acabam se restringindo apenas às questões metodológicas e teóricas dominantes. É a partir desse ponto de vista que, como socióloga, ela trabalha dois exemplos para suas considerações, notadamente conferindo um pano de fundo que dá ênfase ao “campo de pesquisa”, no sentido de Bourdieu: a física experimental de altas energias e a biologia molecular (Ibid., p. 4). Com isso ela pretende destacar a desunidade das ciências naturais contemporâneas em suas estruturas de geração de conhecimento.

Cetina argumenta que seu trabalho também deve ser entendido num contexto mais amplo, que é a transmutação da modernidade em formas institucionais, intrinsecamente emaranhadas com sistemas e processos de conhecimento. Como desdobramento dessa perspectiva, a autora vai associar a ideia de um sistema de conhecimento na atualidade globalizante, com a própria forma de ser da sociedade ocidental. Essas sociedades passam a ser baseadas em conhecimento, pesquisa, desenvolvimento, alterando as relações sociais, econômicas etc.

Por fim, entendemos que a noção de *epistemic cultures* está mais prontamente relacionada com o “fazer científico”, em sua prática, ou seja, tudo que está envolvido na produção de conhecimento em determinadas ciências. Tal aspecto teria, dessa forma, uma grande composição metodológica em sua análise (CETINA, 1999, 246).

Edgar Morin, em seu *O método 3: o conhecimento do conhecimento* (1999), discute a questão do conhecimento a partir de alguns pontos de vista (ou metapontos de vista, como ele mesmo afirma) que se direcionam para outras perspectivas além da epistemologia. Sua preocupação principal é discutir a formação do conhecimento a partir de uma visão multidimensional, articulando não apenas filosofia e ciência, mas também tendo em mente que o fenômeno do conhecimento é, ao mesmo tempo, “físico, biológico, cerebral, mental, psicológico, cultural, social” (p. 18).

Para este trabalho, interessa-nos especificamente sua noção de epistemologia complexa que, na visão do autor, tem uma “competência mais vasta do que a epistemologia clássica, sem todavia dispor de fundamento, de lugar privilegiado, nem de poder unilateral de controle” (Ibid., p. 31).

Morin acredita ser possível iniciar a discussão do problema do conhecimento pela análise crítica e articulada dos conceitos de “ciências cognitivas” – conjunto de saberes que se ocupam do estudo do conhecimento – e epistemologia, de forma a cobrir os pontos de vista das diversas disciplinas que se ocupam de tal problema, não somente a epistemologia, como também: a psicologia cognitiva, a inteligência artificial, a sociologia do conhecimento etc. Dessa forma, seria possível constituir um metaponto de vista, em direção ao estudo do conhecimento do conhecimento.

Para Morin, essa nova epistemologia complexa deverá estar

aberta para certo número de problemas cognitivos essenciais levantados pelas epistemologias bachelardianas (complexidade) e piagetiana (a biologia do conhecimento, a articulação entre lógica e psicologia, o sujeito epistêmico). Propor-se-á a analisar não somente os instrumentos do conhecimento, mas também as condições de produção (neurocerebrais, socioculturais) dos instrumentos de conhecimento (MORIN, 1999, p. 31).

Ainda nessa mesma linha, o autor afirma que o conhecimento do conhecimento deve discutir especialmente o conhecimento científico, pelo fato deste ser o único capaz de se sustentar frente à prova da “verificação-refutação”, fornecendo dados mais seguros, com a ressalva de que o conhecimento do conhecimento não aceita esses aportes passivamente, mas sim procura “refletir sobre os conhecimentos científicos auto-elaborando-se como epistemologia complexa” (Ibid., p. 36).

Morin destaca que a epistemologia complexa não tem fundamentos. Isso porque todas as tentativas de conferir teorias de base para a epistemologia foram superadas e cita o Círculo de Viena – e seu positivismo lógico – como uma das tentativas que se mostraram insuficientes para dar conta e abraçar as implicações e complexidades dos desenvolvimentos científicos. É preciso, segundo o autor, aceitar que nem mesmo a epistemologia pode ser o “centro da verdade”, mas que a epistemologia complexa

gira em torno do problema da verdade passando de perspectiva em perspectiva e, tomara, de verdades parciais em verdades parciais... É, como veremos, na e através dessa rotação que se pode tentar realizar uma rearticulação/reorganização do saber, ele mesmo inseparável de um esforço fundamental de reflexão (Ibid., p. 32).

Bruno Latour inicia seu livro *Ciência em ação* (1998) afirmando que sua entrada no mundo da ciência e da tecnologia “será pela porta de trás, a da ciência em construção, e não pela entrada grandiosa da ciência acabada” (LATOURE, 1998, p. 17). Com isso ele quer diferenciar que o debate sobre a construção do saber científico tem momentos distintos. Num deles, há efervescência nas discussões entre os cientistas, argumentos, refutações, críticas: é a “ciência em construção”. Quando uma tese prevalece sobre as demais ou quando se perde o interesse no estudo ou na crítica de determinado argumento ou afirmação, teríamos a “ciência acabada”, que ele também chama de “caixa-preta” (Id.).

Para o autor, daqueles que pretendem ingressar no mundo da ciência e tecnologia é exigido que se deixe de lado os pré-conceitos sobre a dialética entre o saber e o contexto em que este é produzido, ou seja, é necessário entender que fatos externos às questões estritamente científicas podem influenciar na forma como se faz ciência.

Latour propõe que a aproximação em relação à ciência em ação parta “de fora” e que a passagem da ciência em construção para a ciência acabada seja acompanhada a partir das discussões e dos cientistas. Nesse processo, as descobertas científicas são colocadas em interação com as mais diversas instituições que vão dos especialistas, pares cientistas, institutos de pesquisa, agências governamentais e de fomento à pesquisa e a população em geral. Ao final, o conhecimento emerge fortalecido, contextualizado relacionado a diversas outras instâncias do cotidiano (p. 35). O autor afirma que esses contornos caóticos da “ciência em ação”, encontra resistência de muitos daqueles que falam sobre a ciência e que preferem os “contornos organizados do método e da racionalidade científica” (p. 34).

Observando a biografia de Latour, compreende-se o motivo de sua crítica: como filósofo e sociólogo, ele foi responsável por diversos estudos etnográficos na América e na África, e também se dedicou a análise das situações mais práticas envolvidas no trabalho dos cientistas, como o cotidiano dos laboratórios. Suas experiências estão parcialmente traduzidas na teoria ator-rede – elaborada conjuntamente com Michel Callon e John Law – e que aponta que, “em uma determinada ação, sujeitos humanos e não humanos, assim como a rede que os compõem, são atores, actantes na produção da experiência” (LEMOS, 2010).

Latour defende a ideia de um campo de estudo chamado “ciência, tecnologia e sociedade”, para destacar sua perspectiva de que o conhecimento extrapola as fronteiras das ciências em sua interação com a sociedade. Ao mesmo tempo, ele critica a fragmentação do estudo das ciências e as divisões entre disciplinas e, dentro dessas, os diversos objetos de estudos. Para ele, isso enfraquece o impacto das ciências, pois fazem com que seus “produtos” não sejam compreensíveis para a maior parte da população, que é leiga nos temas das ciências (1998, p. 34).

A proposta deste autor seria, portanto, não de uma epistemologia tradicional, que tem sua preocupação principal no conhecimento científico gerado no interior de disciplinas específicas e sim o estudo das práticas de cientistas e engenheiros, em seu trabalho de desenvolvimento dos trabalhos, teorias e experimentos científicos ou tecnológicos e a consequente interação com as diversas instâncias da sociedade.

4. A reflexão epistemológica no Brasil

Hilton Japiassu (1986) acredita que definir o estatuto da epistemologia atual é tarefa delicada, pois “os limites do domínio de investigação dessa disciplina são muito flutuantes. Além disso, não existe sequer um acordo quanto à natureza dos problemas que ela deve abordar” (p. 23). Ainda segundo o autor, “o estatuto do discurso epistemológico, como duplo, é ambíguo: discurso sistemático que encontraria na filosofia seus princípios e na ciência seu objeto (p. 24)”.

Para Tiago Quiroga (2010), à epistemologia, poderiam ser atribuídas duas atividades: uma normativa, responsável pela valoração, pelos critérios de existência e legitimidade de uma determinada prática científica; a outra atividade da epistemologia seria heurística e historiográfica e, neste sentido, constitui-se como

“modalidade de reflexão, que corresponde às prospecções em torno da natureza embrionária de um fazer científico, em vias de se construir enquanto tal, isto é, enquanto atividade que, possivelmente, pode suscitar novas descobertas, dependendo dos métodos utilizados e relações conceituais estabelecidas em dada área do conhecimento que, nesse caso, encontra-se em progressiva estruturação (p. 144).

Percebe-se quanto essa definição, que entendemos bastante aderente aos objetivos de nossa pesquisa, se alinha com a definição conceitual explicitada no início deste capítulo, conforme formalizado por Hilton Japiassu, em relação às ciências *em vias de se fazerem*.

Martino (2003) destaca que engajar-se num debate epistemológico

significa aceitar certos pressupostos que são aqueles mesmos sobre os quais se funda a ciência: a possibilidade de conhecer o real a partir de certos critérios de investigação, entre os quais a reflexão crítica, a objetividade, a produção da verdade pela argumentação e comprovação (p. 70).

Este autor faz uma analogia entre a epistemologia e a filosofia e afirma que qualquer tentativa de fornecer um panorama das epistemologias contemporâneas seria temerária. Isso porque, para ele, nenhuma visão sobre esse tema pode ser alcançada a partir da exterioridade da

tradição epistemológica, pois só existe visão sobre a epistemologia que seja ela mesma integrante de sua tradição de estudo e de suas correntes de pensamento (p.72).

Nessa linha Martino destaca a existência de duas epistemologias: uma geral, que se preocupa com o estudo do conhecimento científico como um todo; e outra local ou aplicada, que se dedica ao estudo do conhecimento de cada disciplina científica em particular. Assim, continua, num sentido amplo,

a epistemologia sem dúvida encontra a filosofia e se desenvolve como disciplina filosófica, mas em um sentido mais estrito, quando a tomamos como saber “aplicado”, a epistemologia se apresenta como parte integrante e inalienável de cada disciplina científica (MARTINO, 2003, p. 81).

É nessa perspectiva – a de uma epistemologia aplicada – que nossas reflexões estarão centradas, ainda que seja discutível a qualificação da Comunicação como ciência e, da mesma forma, tenhamos consciência de que a vinculação de todos esses princípios com a cibercultura ainda esteja “por fazer”. De toda forma, entendemos que a epistemologia seria a parte reflexiva necessária para qualquer disciplina científica em seu exercício de explicação do mundo, complementarmente aos aspectos metodológicos que lhe são inerentes, na busca do aperfeiçoamento de seus próprios resultados e da produção de conhecimento.

Martino conclui que, dessa forma,

inverte-se a relação pela qual definíamos a epistemologia (definição geral), e vemos a epistemologia ser deslocada da filosofia para a ciência, não como disciplina à parte, mas como parte desta última: todo trabalho científico comporta uma dimensão epistemológica. Daí a razão da inter-relação profunda entre ciência e epistemologia (p. 82).

Antecipando um debate que se aprofundará no próximo capítulo, vemos que para Martino (2003), há uma escassez de trabalhos de epistemologia aplicada à comunicação, sendo necessário recorrer à epistemologia geral para tentar situar o saber comunicacional. Contudo, afirma o autor, que os trabalhos de epistemologia geral hoje são muito direcionados às ciências naturais, especialmente à Física, sendo questionável que contribuição pode ser aportada por esses estudos

em nossa discussão e, ainda, como podemos localizar a comunicação “no espaço das epistemologias globais” (2003, p. 82).

Entretanto, o pior diagnóstico feito por Martino é quanto a pouca sensibilidade existente na área da Comunicação em relação aos problemas da fundamentação dos conhecimentos aí produzidos. Para ele, propaga-se a ideia de que a comunicação como ciência aplicada, “no sentido em que seu saber e sua cientificidade são derivados de outros saberes” (p. 83). Ou ainda, afirma-se que a comunicação é apenas um campo de estudo, sem ter reunido ainda material teórico suficiente para se constituir como saber autônomo, fato que tornaria menos proveitoso se falar numa epistemologia da Comunicação. Entretanto, Martino finaliza dizendo que essa situação não está pré-determinada, ou seja, “nem a epistemologia das ciências humanas se encontra desprovida de trabalhos de qualidade, nem há verdadeiramente necessidade de se opor a visão da Comunicação como um campo à ideia desta como ciência” (idem). Teremos possibilidade de retomar essa discussão mais a frente.

Para o professor Wilton Barroso Filho (2003), a epistemologia, enquanto disciplina filosófica, “desenvolve-se através de uma interação muito forte com as temáticas das ciências, tanto do ponto de vista de suas práticas, quanto dos seus discursos e problemas” e acredita que as dificuldades para sua caracterização não estão na polissemia do termo, mas sim pela diversidade de e complexidade das problemáticas tratadas pela disciplina. Entre as problemáticas que considera mais fundamentais para a epistemologia, o autor destaca

a reformulação e a renovação da Filosofia das Ciências provocadas pela crise de fundamentos ocorrida na Matemática e na Física; a necessidade elucidativa das proposições científicas suscitadas pela nova atenção à linguagem e à matematização da Lógica; e a diversificação de epistemologias ligadas particularmente à uma ciência e refratárias à conceituação geral (BARROSO FILHO, 2003, p. 1).

Para entendimento de sua própria tese, Wilton propõe a configuração de uma epistemologia destacada, que valorize a multiplicidade temática e que priorize seu objeto e a perspectiva histórica, para depois poder propor uma abertura para sua “epistemologia do

romance”. Em sua caracterização da disciplina, privilegia o caminho que entende a epistemologia como Filosofia e História das Ciências.

A perspectiva do professor Wilton é importante para nossa própria proposta de abertura para uma epistemologia da cibercultura. Por isso, retomaremos essa ideia no capítulo 5, em que efetivamente refletiremos sobre essa possibilidade. Por hora, passaremos às Considerações Finais em que pensamos poder sintetizar os fundamentos do que foi aqui exposto.

5. Considerações Finais

Neste capítulo, começamos a discutir as questões referentes ao estudo daquilo que se tem denominado como uma epistemologia geral, conceitualmente definida como a disciplina que se preocupa com o estudo do progresso do conhecimento científico, e toma por objeto especialmente as ciências em via de se fazerem, em seu processo de formação e de estruturação progressiva. Essa definição destaca o aspecto dinâmico da epistemologia, ponto destacado por diversos dos autores aqui indicados, de que o conhecimento está em movimento constante, seja por acúmulo, oposição, revolução, refinamento etc.

A dificuldade maior na caracterização da epistemologia não reside tanto numa indefinição conceitual, mas sim na diversidade dos objetos por ela abordados. Essa diversidade deriva de inúmeras situações que estão na origem dos estudos sobre a ciência e o conhecimento científico e se relaciona com uma certa nebulosidade inerente ao estudo do conhecimento, uma vez que a epistemologia não é a única disciplina preocupada com o seu progresso, sendo frequentemente necessário delimitar sua área de atuação face outras disciplinas como a sociologia do conhecimento, a teoria do conhecimento, a filosofia das ciências, a história das ciências e a psicologia das ciências. Não entramos no mérito deste detalhamento aqui, mas face a essas correntes, delimitaríamos basicamente a epistemologia como uma disciplina filosófica que toma as ciências como objeto (conforme Martino), em seu processo contínuo de construção de

conhecimento. É nesse contexto que se definem as epistemologias locais de cada disciplina científica e se aprofundam nos estudos de suas especificidades, numa perspectiva que se faz importante para nossos estudos, uma vez que dedicaremos reflexões à análise das possibilidades, primeiro de uma epistemologia da comunicação e, depois, de aberturas possíveis para pensar uma epistemologia da cibercultura.

Falando sobre os autores aqui abordados, estabelecemos uma classificação, para melhor compreensão e favorecimento do tratamento das informações, como clássicos e contemporâneos. Mais importante que essas categorias, são as contribuições de cada um para nossa compreensão da amplitude de objetos debatidos sob a epígrafe da epistemologia. É assim que encontramos abordagens que tanto se dedicam ao estudo da epistemologia geral, como também desenvolvem reflexões dentro das preocupações de disciplinas específicas como a psicologia, a física, a química, a sociologia, com apoio da matemática, filosofia e história, entre muitas outras. Destacamos, ainda, importantes autores brasileiros com suas contribuições para a melhor caracterização da epistemologia. Não são os únicos, mas são destacados dentro da bibliografia selecionada para o capítulo. Como apontado desde o começo do capítulo, seria impossível sintetizar de forma adequada a complexidade envolvida na definição dos objetos abordados pela epistemologia. É por isso que nosso objetivo está em considerar todos esses pontos de vista como possibilidades de refletir a dinâmica de progresso dos conhecimentos científicos e relacionar todo esse conteúdo com nosso próprio objeto. Podemos dizer que a prospecção foi muito válida e nos fornece elementos para que possamos seguir com nossa pesquisa em bases teóricas sólidas.

Assim, do ponto de vista explicitado pelo professor Martino, este capítulo tomou o rumo “temerário” de propor uma enumeração de correntes (ou autores, ou conceitos) da epistemologia contemporânea. Na verdade, fomos ainda mais temerários ao propor uma divisão entre autores “clássicos” e autores “contemporâneos”. Contudo, enxergamos o nosso esforço no sentido exatamente oposto. Sendo esta uma pesquisa com um objeto que agrupa dois grandes conceitos – epistemologia e cibercultura – o trabalho de resgate histórico das contribuições sobre a conceituação e a caracterização da “disciplina” epistemologia cumpre uma função de fundamentação de nossas reflexões e constituição de uma massa crítica de pontos de vista para nossas problematizações. Mais do que isso – e aqui reside o mais relevante para nossa proposição – ela nos permite entender até onde os autores que tratam deste tema foram e que

caminhos podem ser seguidos para criar condições de abertura para a epistemologia da cibercultura. Permite observar a forma de relacionar os conhecimentos científicos com a reflexão filosófica, interação que permite expandir o entendimento sobre as disciplinas científicas e relacioná-las com o movimento das ciências de forma geral.

De todas essas abordagens e proposições, encontramos inspiração para seguir com nossa proposta na epistemologia do romance de Wilton Barroso e na perspectiva de um conhecimento de nossa atualidade, conforme definido pelo professor Tiago Quiroga. Essas são, portanto, perspectivas que serão retomadas mais adiante, quando tivermos elementos para propor a referida abertura.

Como Martino coloca, e como foi visto aqui, muitas das reflexões epistemológicas estão centradas em áreas das ciências naturais como a Física e a Química. Assim, de fato, não é uma tarefa fácil entender que contribuições podem agregar ao debate de uma epistemologia da comunicação. Esses aportes teóricos, contudo, favorecem e agregam ao aspecto reflexivo e criativo de nossa investigação, novamente expandindo os limites dentro dos quais podemos pensar a abertura da epistemologia. No próximo capítulo, avançaremos nas discussões sobre a existência e fundamentação da epistemologia local da comunicação, bem como a perspectiva de uma epistemologia da cibercultura.

CAPÍTULO II – EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO

A partir da caracterização abrangente realizada no capítulo anterior acerca da epistemologia geral e das possibilidades de pensar o tema tanto numa perspectiva filosófica e histórica das ciências, como numa perspectiva interna a determinadas disciplinas científicas, nossas preocupações se voltam agora na definição de uma epistemologia da comunicação e todas as discussões envolvidas nesse empreendimento.

1. Os estudos de comunicação

A diversidade dos fenômenos, práticas e representações da comunicação resulta numa delimitação problemática de seu campo de estudos, bem como na dispersão de temáticas e na frágil sustentação teórico-epistemológica da disciplina. O vigor embrionário de assuntos de interesse - que em outras circunstâncias serviria para oxigenar a área com novas ideias e debates, tem se constituído principalmente como motivo de dispersão, na ausência de um arcabouço teórico de fundamentação para os estudos, de certa organização das discussões em torno de temas “chave” e de uma reflexão mais apurada.

Por isso, ainda que a importância e a diversidade da pesquisa atual em comunicação sejam inegáveis, é no plano da fundamentação teórica que residem importantes críticas a esse domínio de conhecimento. Neste capítulo, procuramos abordar as discussões e problemas envolvidos na constituição de um saber comunicacional. Discussão importante, uma vez que situamos o presente estudo na área da Comunicação, sendo necessário refletir sobre o que significa esta localização e como a pesquisa se relaciona com as teorias deste saber.

1.1 Conceito, campo e estatuto da Comunicação

Basicamente, falamos aqui sobre a produção de uma *episteme* própria para a Comunicação. Ou seja, do que estamos falando ao propormos um estudo, como este, de comunicação? Ou, dito de outra forma, o que significa a comunicação como um objeto de estudo

para um saber? Existem objetos de estudo definidos ou, ao menos, preferenciais para a Comunicação? A resposta a esses questionamentos iniciais passa pela definição e discussão de temas centrais para a constituição do saber comunicacional, tais como: a caracterização do seu campo de estudos, a definição de seu objeto de pesquisa, a existência de teorias a partir das quais esse saber articula e desenvolve esses objetos, além da discussão epistemológica que envolve e resulta de todas essas questões.

É nessa linha de argumentação e problematizações que pretendemos seguir, com a proposta de abordar, ainda, o debate sobre o estatuto disciplinar da Comunicação.

1.1.1 O conceito de comunicação

Consideramos adequado situar mais precisamente o termo fundamental do presente estudo: comunicação. Ou seja, o que se entende por comunicação, atualmente, nos estudos dedicados ao tema? Num primeiro momento, parece que este se coloca como uma evidência dos processos comunicativos empreendidos cotidianamente. Dessa forma, no entanto, não passaria de sinônimo da definição do senso comum, o que não é suficiente como ponto de partida para nossa investigação.

Existe certa dificuldade de conceituar precisamente do que se trata a comunicação, tamanha a quantidade de acepções vinculadas ao termo. O principal problema que disso decorre é a falta de consenso em torno de alguns conceitos, o que permitiria a evolução em determinadas discussões. A diversidade, num primeiro momento, serve aos propósitos das ciências em vias de constituição; contudo, o estado atual de dispersão na definição da comunicação tem se colocado como sério obstáculo para sua delimitação e elaboração de bases teóricas mais sólidas.

Para Martino, a comunicação é um bom exemplo de polissemia e

a carga semântica do termo, tal como o encontramos em uso pelo senso comum e em outras áreas de conhecimento, comporta um número demasiado grande de acepções, o que praticamente inviabiliza qualquer estudo que se sirva diretamente do termo comunicação sem antes proceder uma análise crítica (MARTINO, 2001, p. 54).

Vera França entende que “não apenas a palavra comunicação é recente, como é sobretudo a partir do século XX (mais particularmente na sua segunda metade), que ela começa a ser dita à exaustão”, ganhando centralidade e substituindo o uso nominal das práticas – linguagem, retórica, jornal etc (FRANÇA, 2010, p. 41). Ao perguntar se “o rótulo comunicação querará dizer algo a mais do que a nomeação da prática ou do elemento específico já diz?” (FRANÇA, 2010, p. 42), parece entender que essa crescente opção pelo uso da comunicação (em substituição às diversas práticas) já é, em si, uma busca por agregar um fator reflexivo e uma fundamentação teórica ao termo, uma vez que “o objeto da comunicação não são os objetos ‘comunicativos’ do mundo, mas uma forma de identificá-los, de falar deles – ou de construí-los conceitualmente” (FRANÇA, 2010, p. 42).

Buscando uma definição mais precisa, Martino afirma que “comunicar é simular a consciência de outrem, tornar comum (participar) um mesmo objeto mental (sensação, pensamento, desejo, afeto)” (MARTINO, 2001, p. 57). E complementa que, para melhor circunscrever o termo, é adequado investigar “o lugar da comunicação em relação aos outros saberes constituídos” (MARTINO, 2001, p. 58). Isso porque

apesar de guardar o sentido que nos interessa, a definição de comunicação como relação de consciências se aplica ao campo da Filosofia e indistintamente ao das Ciências do Homem (Humanas e Sociais) como um todo. O que revela as limitações de uma tentativa de definição do campo e do objeto de estudo da disciplina Comunicação unicamente através de uma análise formal. (MARTINO, 2001, p. 58)

Ou seja, da questão inicial colocada, da multiplicidade de significados atribuídos ao termo comunicação, este autor acredita que o problema “se desloca então para uma análise da possibilidade da Comunicação constituir um saber específico, ou se ao contrário, se trataria apenas de um campo atravessado por saberes diversos” (MARTINO, 2001, p. 59).

Uma discussão mais abrangente sobre os significados do termo comunicação, inclusive suas origens etimológicas, pode ser vista na obra de Martino, *De qual comunicação estamos falando?* (2010, pp. 11-25). Há, também, um considerável levantamento de definições feito por Lucia Santaella em seu livro *Comunicação e Pesquisa* (2010, pp. 13-17).

Devido a essa grande diversidade de sentidos atribuídos ao termo, muitas vezes sem a correta explicitação e fundamentação dos motivos de seleção, é que para Martino “o levantamento dos significados de comunicação não pode constituir um expediente confiável” para a delimitação do domínio de estudos da comunicação (2006, p. 49). Ou seja, a partir dessas definições iniciais, é preciso empreender alguns passos adicionais para os objetivos deste estudo. O primeiro deles diz respeito à delimitação do campo da comunicação.

1.1.2 Campo e estatuto disciplinar da Comunicação

O próximo passo que pretendemos empregar para melhor circunscrever o termo comunicação e, ao mesmo tempo, seguir na composição de um panorama teórico de partida para nossas reflexões, é identificar as discussões mais atualizadas sobre a constituição da Comunicação: se disciplina, ciência ou campo de estudos. Esses são os estatutos mais comumente encontrados nas produções dos autores brasileiros que se dedicam a discussões epistemológicas e metodológicas da área.

Na bibliografia dedicada ao tema, entende-se que existiria uma hierarquia entre essas acepções: o campo seria a percepção mais inicial e abrangente, com as fundamentações teóricas menos densas e com menos consenso sobre os objetos de estudo; a disciplina seria um estágio mais evoluído, no qual já haveria certo consenso – pelo menos quanto aos objetos de estudo e às teorias de fundo. Já a comunicação como ciência seria o estágio mais completo; ambiente frutífero para o desenvolvimento de pesquisas, partindo de pressupostos ou teorias gerais, com uma consistente bibliografia e referencial teórico vasto, bem como clareza nas questões epistemológicas e metodológicas. Considerando o atual estágio das discussões teóricas da comunicação, muitos autores consideram essa última posição utópica. Para os que investem na sua defesa tratam a comunicação como uma ciência em seu estado de afirmação, ou seja, em vias de se fazer.

Uma dificuldade que encontramos ao principiar essa discussão é que não fica claro de onde essa “classificação” parte e quais foram os parâmetros para tal divisão. Por mais que haja um esforço de localização histórica dos momentos em que os termos teriam seu uso mais frequente, não se discute se essa classificação seria válida. Em outros momentos, observa-se

ainda que os pesquisadores, ou não fazem distinção dessas três vias, sendo indiferentes a qualquer hierarquia entre elas, ou alegam que é perda de tempo discutir qualquer diferenciação neste sentido. Feitas essas ressalvas, com as dificuldades que elas nos colocam para avançar sobre a adequação dos termos, podemos buscar entender essas divisões pelas contribuições dos autores.

Tiago Quiroga entende que “somente após o surgimento de diversos modos e suportes de um determinado tipo de comunicar, seguido pela consolidação de práticas de ensino e reflexão dedicadas a pensar o fenômeno, é que começa, então, a germinar a necessidade de se fundar uma ciência da comunicação” (2010, p. 140). Para o autor, é a globalização – como ápice de um processo de desenvolvimento histórico – que coloca a necessidade de elaboração de uma *episteme* comunicacional na ordem do dia. Contudo, uma das problemáticas centrais, hoje, na constituição de um saber comunicacional é, justamente, o “vácuo entre o que seria sua caracterização, enquanto círculo de estudos e sua possível constituição como disciplina na ordem do saber” (QUIROGA, 2010, p. 148).

Martino, por sua vez, observa que a Comunicação Social oscila entre os estatutos campo e ciência há muito tempo, dividindo as opiniões dos estudiosos. Ao atribuir-lhe, inicialmente, o crivo de ciência, o autor justifica que se trata de uma posição mais coerente, pois a epistemologia se aplica melhor ao estudo de disciplinas científicas e, além disso, considera que essa

também seja uma postura mais vantajosa, pois se sob o crivo da crítica ela não puder ser sustentada, ainda assim não seria inteiramente vão gerar elementos para situar a Comunicação em relação ao espaço científico, tal como fazem outros saberes já citados” (MARTINO, 2001, p. 63).

Vera França questiona se “o elenco de estudos que compõem o que chamamos de teoria ou teorias da comunicação pode começar a ser visto como uma nova disciplina ou campo científico particular”. E, em oposição às perspectivas anteriores de Tiago Quiroga e Martino, a constatação da autora é de que não alcançamos tal estatuto, pois ainda não teríamos constituído uma tradição de estudos capaz de “estabelecer um objeto próprio e métodos específicos de abordagem” (FRANÇA, 2010, p. 50). E mais: a autora situa a comunicação como um domínio

ou espaço interdisciplinar, pois o “pequeno patrimônio de conhecimentos específicos sobre a comunicação” trazem a marca de suas disciplinas de origem (FRANÇA, 2010, p. 50).

Com uma abordagem particular, Braga (2001) considera ocioso o debate sobre o estatuto acadêmico do campo da comunicação e destaca que o mais importante

é a constatação inarredável, na presente situação histórico-social, da objetivação de um espaço de estudos, reflexões e pesquisa percebidos largamente como relevantes, espaço este que, ao ser nomeado pelo termo “Comunicação” ou pela expressão “Comunicação Social”, encontra forte consenso quanto ao de que se está falando – ainda que o contorno e a organização interna desse espaço estejam longe de ser consensuais (BRAGA, 2001, p. 11)

Para Maria Immacolata (2006), a origem de campos de estudos – como a Comunicação – está na conjunção de dois fatores, sendo o primeiro “um movimento interno da própria ciência, que é de convergência e de sobreposição de conteúdos e metodologias, e que se faz notar de forma crescente no desenvolvimento histórico recente das Ciências Sociais” e o segundo que seriam as circunstâncias de rupturas históricas, que constituem ambiente propício para a contestação das estruturas epistemológicas vigentes. Para a autora, hoje, a circunstância histórica característica é aquilo que se convencionou chamar de “processo de globalização” e é ele que instaura a centralidade da Comunicação nos processos sociais (LOPES, 2006, p. 16). Aqui percebemos uma aproximação com o posicionamento anteriormente apresentado por Tiago Quiroga, de que a globalização seria esse processo que realmente ‘põe em destaque’ os fenômenos comunicacionais e é responsável pelo aumento do interesse em seu conhecimento, alcance e fatores de influência. Consideramos essa perspectiva de fato importante, de forma que haverá um momento no capítulo 4 para analisarmos especificamente a globalização.

Com intuito de detalhar as formas de classificação que a área recebe, Martino (2006) identifica duas acepções de campo: a mais corrente importa a noção de campo da sociologia, baseada em Bourdieu, na qual a discussão se concentra na ação dos agentes sociais na construção dos valores institucionais de certa atividade social. A segunda, entendida pelo autor como a mais relevante, seria a noção de campo em termos epistemológicos, que tem sua fundamentação em teorias e na forma como essas articulam e constroem os objetos de estudo e, dessa forma,

contribuem para a constituição de um domínio do conhecimento humano – em nosso caso, um saber comunicacional (MARTINO, 2006, p. 36).

Podemos complementar com a observação de que, ao abordar a comunicação como um campo de estudos, duas são as características a ele atribuídas de início e sobre as quais percebemos uma concentração do debate: a diversidade das abordagens possíveis e a sua pretensa natureza interdisciplinar. Sobre o primeiro aspecto, o da excessiva amplitude e diversidade do ‘campo’, conforme anteriormente abordado, é válido complementar que, para Martino, tal representação existe praticamente desde o início da tentativa de fundação de uma ciência da comunicação, no começo do século passado, devido às diferentes matrizes teóricas que animavam os primeiros experimentos voltados para os processos comunicacionais. Para ele, as dificuldades encontradas para uma representação mais precisa da área levou a um

certo consenso construído em torno da ideia de diversidade do campo, mas principalmente porque, abordado sem distanciamento crítico, sem uma investigação da significação teórica disso que aparecia como uma evidência irrefutável, essa interpretação resultará num excessivo alargamento do círculo das iniciativas de fundação da “ciência da comunicação” e da extensão mesma do domínio de conhecimento (retórica, cibernética, semiótica, linguística), pouco afeito a precisões (MARTINO, 2006, p.37).

Sobre a outra característica muitas vezes atribuída ao campo da comunicação, dedicaremos um item específico para discussão.

1.2 Interdisciplinaridade

Quanto ao aspecto interdisciplinar, Martino também se manifesta. Para o autor, a partir da década de 1980, surge uma versão de interdisciplinaridade que passa a dominar a reflexão epistemológica da área, de forma que “o saber comunicacional passa a ser identificado com a interdisciplinaridade, a ponto de serem tomados como sinônimos” (2006, p. 43). Este marcaria o momento do declínio da preocupação com as questões epistemológicas, “aparentemente resolvidas por discursos cheios de argumentos incultos e despropositados contra a ciência,

deixando-se levar por análises muitas vezes superficiais sobre a novidade do mundo contemporâneo” (MARTINO, 2006, p. 43).

Braga recusa a explicação do campo da comunicação como interdisciplinar. Ele identifica três sentidos atribuídos ao termo. O primeiro deles seria a interdisciplinaridade como sinônimo de um campo de estudos que seja “atravessado por dados, conhecimentos, problemas e abordagens concebidos e desenvolvidos em outras disciplinas” (BRAGA, 2001, p. 12). O segundo significado que ele identifica para a interdisciplinaridade é de um espaço de interfaces, “em que um determinado âmbito de conhecimentos se faz na confluência de duas ou mais disciplinas estabelecidas” (BRAGA, 2001, p. 12).

Quanto à primeira acepção, ele responde que os campos de conhecimento não tem existência isolada, sendo todos interdisciplinares; por isso, tal debate seria ocioso e sem sentido. Em relação ao segundo aspecto, a confluência de disciplinas, o autor entende que sua validação se constitui uma tarefa difícil, pela necessidade de se estudar as disciplinas envolvidas, “sobretudo as vinculações e encadeamentos que fazem interagir estes fornecimentos” para somente depois tirar conclusões sobre a pertinência de tal abordagem (BRAGA, 2011, p. 63).

Mas há, ainda, um terceiro sentido, aquele advindo da metáfora de Schramm, da comunicação como “encruzilhada”, espaço atravessado por diversos saberes, mas sem uma adequada fundamentação de nenhuma parte. Em escritos mais recentes, entretanto, o autor acredita que a interdisciplinaridade já não tem se apresentado dessa forma, como uma maneira frouxa de explicar o campo e, da mesma forma, “já não se aceita que qualquer coisa possa ser alegada como um estudo de comunicação” (2011, p. 63). A partir daí, abre-se um espaço para discussão de interfaces, que ele entende ser um âmbito bastante relevante de estudos com potencialidade para produzir avanços do conhecimento sobre fenômenos comunicacionais, desde que não se perca de vista a necessidade de se identificar o que há de comunicacional nessas interfaces (ex: comunicação e política, comunicação e cultura etc.) (BRAGA, 2011, p. 63).

Martino também faz uma avaliação dos sentidos atribuídos à interdisciplinaridade, ao afirmar que

de um lado, emprega-se a interdisciplinaridade como 1) o concurso de várias disciplinas científicas que se debruçam sobre uma “matéria” comum e empírica (objeto empírico); e de outra parte, o termo se refere à 2) constituição de uma disciplina com objeto de estudo singular a partir de várias contribuições de outras disciplinas (MARTINO, 2001, p. 59)

A primeira definição ilustraria uma postura defensiva ou de prudência de alguns pesquisadores devido ao estágio (precário) da fundamentação da cientificidade da comunicação, mas que essa acepção equivale apenas a enunciar que determinado fenômeno humano pode ser tratado sob diferentes prismas – e que Braga afirma ser um debate ocioso.

O segundo sentido identificado por Martino para a interdisciplinaridade, por sua vez, diz respeito à dependência mútua entre certos saberes específicos, o que não significa a imediata redução de um determinado saber a outro. Como exemplo ele cita a Geologia, que se apoia em postulados da Física e da Química, sem que isso abale sua autonomia. E destaca que

o apoio que a disciplina Comunicação encontra em outros saberes (Psicologia, Sociologia...) não representa, por si só, argumento contra a autonomia dessa disciplina, mas apenas indica a necessidade de uma formulação, precisa, do que viria a ser este saber meta no caso de uma disciplina Comunicação (MARTINO, 2001, p. 62).

Maria Immacolata observa que uma das críticas feitas à interdisciplinaridade é a de que “não obstante reconhecer-se que se constituiu numa forma de abordagem criativa, não teria implicado uma frutuosa fertilização recíproca entre as disciplinas, condição única que faria a interdisciplinaridade merecedora de um maior aprofundamento e desenvolvimento” (LOPES, 2006, p. 21).

Observando tal fragilidade do conceito interdisciplinar e destacando a problematização da atual divisão das disciplinas constituídas (em que são considerados mais os aspectos de efeito prático ou institucional do que a coerência epistemológica) a autora destaca que o conceito de campo favorece uma abordagem menos “rígida” das estruturas disciplinares, ou seja,

os campos de estudo aparecem como um novo padrão emergente a que se pode chamar transdisciplinarização ou pós-disciplinarização, quer dizer, um

movimento para a superação dos limites entre especialidades fechadas e hierarquizadas, e o estabelecimento de um campo de discurso e práticas sociais cuja legitimidade acadêmica e social vai cada vez mais depender da profundidade, extensão, pertinência e solidez das explicações que produza, do que do prestígio institucional acumulado (LOPES, 2006, p. 22).

Tiago Quiroga reconhece um vigor embrionário cujo potencial poderia ser explorado na perspectiva da interdisciplinaridade, contudo condena a forma como ela tem sido praticada e entende que

na verdade, em detrimento de uma ciência interdisciplinar, o que teríamos, hoje, seria uma ampla aceitação da abordagem que legitima uma perspectiva instrumental da comunicação, em que ela aparece, quase sempre, como instrumento, utensílio, aporte de outras disciplinas, o que acaba por circunscreve-la como “lugar de passagem” (QUIROGA, 2010, p.147).

Ainda segundo este autor, “o problema diz respeito à ausência de ontologia própria que faz com que a comunicação, enquanto disciplina, permaneça como rebatedora de fundamentos teóricos de áreas distintas, circunscrita nesse caso à condição de instrumento metodológico” (Idem, 2013, p. 33).

A explicitação desses pontos de vista aponta os questionamentos básicos trazidos pela discussão de campo da Comunicação, tema que está intimamente ligado, em princípio, com o próprio questionamento sobre uma cientificidade possível de ser atribuída ao saber comunicacional.

E, apesar das dificuldades, para efeito do presente estudo, entendemos a comunicação como uma disciplina e acreditamos que há material suficiente nas teorias, discussões e pesquisas realizadas até aqui para seu embasamento. Procuraremos contribuir com o ponto que entendemos – como muitos dos teóricos da matéria – ser o ponto mais fraco: a organização das discussões.

Para Martino “tanto os problemas suscitados pela discussão da polissemia, como aqueles relativos à natureza interdisciplinar da comunicação, passando pela questão de sua cientificidade, todos convergem para o problema da definição de um objeto de estudo relativo a uma saber

específico” (MARTINO, 2001, p.63). A introdução do debate sobre a definição do objeto de estudo da Comunicação é precisamente o que pretendemos empreender a seguir.

1.3 O objeto da Comunicação

Começamos essa abordagem perguntando “O que consiste o objeto de estudo da comunicação?”. Como Martino (2001), acreditamos que responder a essa questão é um passo importante para mostrar “como uma disciplina pode legitimamente reivindicar o estudo dos processos comunicacionais de tal forma que não coincida com o objeto de nenhuma outra, e que por sua vez não fique ao nível da generalidade do objeto das ciências do homem ou da Filosofia” (p. 64).

Vera França (2010) acredita que “um campo científico - uma ciência, uma disciplina ou um determinado domínio do saber - se define antes de tudo pelo seu objeto” (2010, p.39). No caso da Comunicação, a resposta mais imediata ao questionamento sobre seu objeto advém de sua dimensão empírica, ou seja, do fato de as diferentes práticas comunicacionais constituírem “um objeto que está à nossa frente, disponível aos nossos sentidos, materializado em objetos e práticas que podemos ver, ouvir, tocar” (p.39). Contudo, a aparente certeza que os fatos sensíveis do mundo nos conferem quanto ao significado da comunicação é enganosa, pois os objetos de pesquisa ou de estudo de uma disciplina (ou ciência) nunca estão prontos à espera da simples observação. Pelo contrário, devem ser construídos a partir de um determinado ponto de vista.

Ou seja, se a primeira resposta para a discussão do objeto de estudo da comunicação remete a um objeto empírico, é importante notar que a palavra comunicação possui outra dimensão, sendo também “um conceito, uma forma de apreensão, uma representação dessas diferentes práticas – uma maneira de concebê-las e conhece-las” (FRANÇA, 2010, p.42). A segunda acepção seria, então, uma construção conceitual da comunicação, que busca avançar na definição do objeto de estudo ao agregar o ‘recorte teórico e epistemológico’ aos fatos da realidade concreta.

Tal posicionamento, de separar os objetos empíricos provenientes da observação do cotidiano, daqueles teoricamente construídos, transformados em objetos de pesquisa, é bastante

aceito no meio acadêmico. A ideia é formalizada com precisão por Bruyne, para quem “cada disciplina – sociologia, psicologia, etnologia, economia, etc. – não deve visar o conjunto do espaço epistêmico das ciências do homem, mas delimitar estritamente – metodologicamente – um campo de análise, um aspecto particular desse espaço” (BRUYNE, 1991, p. 26). Delimitar metodologicamente, quer dizer que os conhecimentos são sistematizados e isolados artificialmente, ou seja, em um nível abstrato de análise. O autor entende que é essencial situar a pesquisa em um campo epistemológico, ou seja, visar uma ‘objetividade de tipo científico’, pois a escolha epistêmica é a “recusa da atitude natural que coloca o mundo em si como objeto. Ela tem o efeito de arrancar o objeto científico do vivido, de pensar sua especificidade, de fazer sua teoria e sua verificação sistemática” (BRUYNE, 1991, p. 29).

Vera França identifica uma série de tensões no espaço acadêmico da comunicação – “na articulação de teorias; na relação entre teoria e prática; na diferenciação, pluralidade e movimentos de seus objetos” (FRANÇA, 2010, p.42). A autora também destaca a fragmentação do conjunto de teorias da comunicação, que busca dar conta de um universo vasto de práticas, a partir de aportes bastante heterogêneos. Somando-se todas essas dificuldades epistemológicas e metodológicas, a autora conclui que “o campo da comunicação ainda não constituiu com clareza seu objeto, nem sua metodologia” (FRANÇA, 2010, p.42) e, na impossibilidade de qualificar a área enquanto domínio científico, prefere a semântica de um espaço interdisciplinar.

De forma bastante objetiva, Braga afirma que há duas possibilidades para a definição do objeto de conhecimento da Comunicação, que ajudam a organizar a reflexão:

uma delas é a proposta de que o objeto da Comunicação é toda e qualquer “conversação” do espaço social. Ou melhor: o que há de propriamente “conversacional” e de troca (simbólica e de práticas interativas) nas diversas instâncias e situações da vida social. Em contraposição a esta visão da comunicação generalizada (mas ainda com ênfase nos processos comunicacionais – de trocas simbólicas e práticas, portanto), uma preferência mais circunscrita, enfocando apenas o que ocorre nos meios de comunicação social, MCS ou mídia (BRAGA, 2001, p. 15).

Para ele, as duas possibilidades apresentam vantagens e problemas. A ênfase nos meios de comunicação tem o risco de segmentar o objeto em “questões tecnológicas, ou jurídico-políticas, ou expressivo-interpretativas, ou outras” (BRAGA, 2001, p. 15). Além disso, ele acredita que por mais que façamos um esforço de reunir diversos ângulos de análise das formas pelas quais os meios de comunicação se manifestam “fica uma certa sensação de que outros processos sociais, que não comparecem em relação de contiguidade imediata com a mídia, estariam nos escapando à observação e portanto ao trabalho do conhecimento” (BRAGA, 2001, p. 16).

Consideradas essas questões, Braga prefere focar sua análise nas possibilidades e dificuldades de adoção da perspectiva ampla, ou seja, do objeto da comunicação enquanto conversação do espaço social. O autor vai, então, complementar que uma vez aceito o conceito, prefere a denominação de interação comunicacional para designar o fenômeno, pois o termo conversação pode sugerir um modelo “dialógico-simétrico-alternado-recíproco” que pode ser impreciso ou inexistente em algumas instâncias.

Avançando na definição, Braga ilustra a diferença de ponto de vista das disciplinas que se dedicam ao estudo da comunicação, pois

em todas as demais áreas observa-se a comunicação enquanto processo que faz funcionar alguma outra atividade ou instância de interesse social-humano – a literatura, a linguagem, a política, as trocas econômicas etc. No campo específico da Comunicação, inversamente, os diferentes objetivos e objetos do humano e do social é que seriam percebidos pelo ângulo prioritário da comunicação que os organiza e que deles decorre (BRAGA, 2001, p. 18).

Contudo, conforme observado pelo próprio autor, parece ser mais fácil defender teoricamente a possibilidade de um ângulo prioritário de análise para a comunicação – baseada na interação – do que desenvolver efetivamente essa ideia nas pesquisas da área. Não porque essa não seja coerente, mas porque é difícil imaginar que haverá uma distinção rigorosa desse ângulo preferencial e, muito menos que estes estejam explícitos. Além disso, ao sair das proximidades dos meios de comunicação, fica difícil evitar a confusão dos aspectos culturais com os comunicacionais. Ou seja, “ao passar dos meios às mediações, às vezes o que parece

haver de propriamente comunicacional nas relações dos usuários com a mídia parece se diluir no cultural” (BRAGA, 2001, p. 18).

Para Martino, o fato de as Ciências Humanas terem o homem, ser comunicativo por natureza, como objeto de estudo comum, “faz com que a análise dos processos comunicativos seja um ponto de passagem quase que obrigatório” para suas disciplinas constituintes, o que dificulta a delimitação mais precisa do objeto da comunicação (2010, p. 28). Porém, se a Comunicação almeja o reconhecimento de seu estatuto disciplinar, precisa ficar claro que não se trata apenas de um ponto de encontro de outros saberes.

Ele destaca que o problema não é novo, sendo corrente a opinião de que “uma visão retrospectiva dos estudos da área revelaria a oscilação do objeto da Comunicação entre os meios de comunicação e a cultura de massa” (MARTINO, 2001, p. 79). E acredita que, neste caso, duas observações se impõem: 1) rever mais atentamente o que as grandes escolas chamam de meios de comunicação; 2) essa oposição, artificial, deveria ser superada por uma análise que integre esses dois fatores, sem subordinar um termo ao outro (determinismo tecnológico x cultura).

Note-se que, em relação à Braga, permanece a aceção de objeto como sendo os meios de comunicação. Porém, o que Braga chama de interação comunicacional, em Martino desaparece e, no lugar, temos “Cultura de Massa”. Isso mostra quão válida é a preocupação de Braga de que os aspectos de estudo da interação comunicacional sejam subsumidos aos aspectos culturais, com suas premissas mais desenvolvidas.

Se Braga faz a escolha de uma perspectiva mais ampla para o objeto de estudo da comunicação, as interações comunicacionais, Martino opta pela perspectiva mais restrita, a dos meios de comunicação. Ou seja,

os processos comunicativos no interior da cultura de massa constituem certamente o objeto da Comunicação, mas a característica inalienável, e portanto mais própria a esta disciplina, reside na perspectiva que ela adota, ou seja, na interpretação desses processos tendo como base um quadro teórico dos meios de comunicação. Trata-se de uma leitura do social realizada a partir dos meios de comunicação, o que equivale a dizer que os meios de comunicação e cultura de massa não se opõem, nem podem ser reduzidos um ao outro, ao

contrário, eles exigem uma relação de reciprocidade e complementação (MARTINO, 2010, p. 31).

Assim, para esse autor, em linhas gerais isto já seria suficiente para caracterizar o objeto da Comunicação; mas ele ainda propõe vias para aprofundar a questão ao invocar-se outra dimensão do problema, referente à sua pertinência. Dessa derivariam duas questões, a saber: “1) o problema filosófico da comunicação enquanto fundamento do homem; 2) o problema histórico da tomada de significação dos processos comunicativos a partir da emergência de um tipo de organização coletiva determinada” (MARTINO, 2010, p. 31).

2. As teorias ‘da comunicação’

A partir de agora, temos em mente alguns objetos de estudo preferenciais da Comunicação, partindo dos pontos de vista de Braga e Martino: meios de comunicação, interação comunicacional e cultura de massa. Desse ponto de vista e, na medida em que entendemos a Comunicação como disciplina do conhecimento, mais relevante se torna a existência de teorias que possam subsidiar as inquirições e as inferências sobre os processos comunicacionais. Para Bruyne (1977), a teoria é o modo de construção do objeto de conhecimento científico, o que permite observar os fatos da realidade e, ao mesmo tempo, romper com as noções do senso comum (p. 101).

Se considerarmos que a pesquisa em comunicação pode ajudar a compreender os fenômenos comunicacionais e refletir sobre as mudanças que vem acontecendo na forma de interação mediada pelos dispositivos informáticos, na direção da constituição de um saber que privilegie o ponto de vista estritamente comunicacional, devemos valorizar as teorias da comunicação, pois “a teoria deve ser concebida em função da pesquisa, na direção da experiência do real em que ela confronta os fatos que ela própria suscitou com seu sistema de hipóteses” (BRUYNE, 1977, p. 103).

É fundamental, portanto, para o pesquisador – no nosso caso, em Comunicação-, que

a verdadeira função da teoria, concebida como parte integrante do processo metodológico, é a de ser o instrumento mais poderoso da ruptura epistemológica

face às pré-noções do senso comum, devido ao estabelecimento de um corpo de enunciados sistemático e autônomo, de uma linguagem com suas regras e sua dinâmica próprias que lhe asseguram um caráter de fecundidade (BRUYNE, 1977, p. 102).

Se, no começo deste capítulo, relatamos algumas críticas relativas ao domínio da comunicação, é bom que se diga que na discussão sobre as teorias que servem de fundamentação e que deveriam compor o arcabouço argumentativo de constituição da disciplina, há também muita controvérsia e espaço para reflexões. O debate sobre a constituição de um saber comunicacional passa, como dito, necessariamente pelo questionamento sobre a existência de teorias concebidas a partir de uma perspectiva centrada na comunicação. Tal debate poderia parecer ocioso. Contudo, uma revisão da bibliografia sobre as teorias ditas “da Comunicação”, revela uma carência em relação aos critérios de escolha e agrupamento desses materiais sob uma mesma esfera.

Observamos que a escolha e a organização de materiais no interior dos livros de teorias da comunicação são feitas a partir de perspectivas históricas, institucionais, ideológicas etc. Quando, na verdade, para que pudesse contribuir mais efetivamente para a fundamentação da área, uma organização tomada com bases epistemológicas seria mais adequada. Significa dizer, por exemplo, que não são feitos questionamento sobre o fato de essas teorias serem advindas (acopladas, conforme Tiago Quiroga) de outras áreas das Ciências Humanas e, muitas vezes, não terem sido reconhecidas ou reivindicadas como pertencentes à Comunicação.

Por isso acreditamos que a caracterização do conjunto de teorias que servem de base para o desenvolvimento das pesquisas na área se mostra problemática, não tanto pela diversidade de opiniões, mas pela ausência de uma explicitação dos motivos pelos quais algumas são elencadas e outras não, pelos autores de livros de “teorias da comunicação”. Esse fato é observado por Martino e ganha relevância, pois é a formação de uma literatura dedicada ao tema que vai nos permitir iniciar uma discussão em torno do que seriam as “teorias da comunicação” (2007, p. 16). Para o autor, publicações com essa proposta são relativamente recentes – não estavam disponíveis até o fim dos anos 60 – e reúnem em seu arcabouço, uma variedade de teorias que nunca haviam reivindicado pertencimento a uma ciência da comunicação.

Esse autor complementa que

se estes livros introduziram um corpus de teorias e nos ajudaram a nos familiarizar com a ideia da existência de teorias da comunicação, tal processo se deu de forma caótica, reforçado pela crença em uma área interdisciplinar, de modo que a literatura específica apresenta um espectro de teorias dificilmente conciliáveis. Ele está longe de poder apontar um núcleo de teorias que caracterize o saber comunicacional (MARTINO, 2007, p. 20).

Ainda segundo Martino, em grande parte, isso se deve ao fato de nunca ter havido uma preocupação em fazer a distinção entre teorias sobre comunicação e teorias da comunicação, ou seja, entre aquelas que se ocupam dos fenômenos comunicacionais no sentido amplo (que podem fazer parte de uma variedade de saberes distintos, como já discutimos anteriormente) e teorias comunicacionais que procurariam recortar a realidade e entendê-la a partir de uma análise centrada na comunicação (2007, p. 30).

Entendemos que não é aceitável tomar esses aportes teóricos alheios ao campo comunicacional e deles retirar o referencial teórico de nossa Área. Por isso entendemos que a revisão crítica das teorias, na perspectiva epistemológica relativa aos objetos da Comunicação, conforme citado anteriormente, é uma das prioridades para a reorganização dos estudos em comunicação, atribuindo o devido valor a cada assertiva e privilegiando o ponto de vista comunicacional.

Essa situação poderia ser um diagnóstico da fraca estruturação da área, não em termos institucionais, mas em termos de fundamentação teórica de seus trabalhos e pesquisas. Isso porque, na falta dessa reflexão e distinção do que são teorias “da” comunicação e teorias “sobre” a comunicação, estaríamos numa posição confortável de importação de reflexões e conclusões advindas de outras ciências mais estruturadas. Entretanto, apesar de ser uma posição confortável, essa situação se mostra extremamente prejudicial para a constituição disciplinar da Área, pois “o que está em jogo é sua autonomia, questionada em sua capacidade de gerar conhecimentos. Leia-se conhecimentos próprios, produzidos a partir de teorias da comunicação” (MARTINO, 2007, p. 37).

Ainda assim,

não obstante a disparidade de seus conteúdos e a debilidade epistemológica com a qual foram gerados – em particular, a incipiente definição do conceito de comunicação e a ausência de critérios de pertinência em relação à área -, os livros de teoria construíram a ideia de que devemos entender seus elementos constituintes como fazendo parte de um domínio de estudos (MARTINO, 2007, p. 29).

A problematização sobre a forma como os teóricos entendem essas questões passou a contrapor duas visões distintas sobre como a área da Comunicação se organiza, epistemologicamente falando: a existência de um campo interdisciplinar, atravessado por diversos saberes, convergência de teorias, e a de uma disciplina, embrionária, com produção de conteúdo própria e original.

É somente com essa nitidez e nível de problematização epistemológica que se pode almejar a constituição de um saber verdadeiramente comunicacional. Todas essas questões têm sido, com maior ou menor grau, deixadas de lado na maior parte das discussões sobre as teorias da comunicação. Tal comportamento, evidentemente, tem implicação na forma como se estrutura a visão dos próprios pesquisadores em relação ao campo de estudo.

Por tudo isso é que encontramos a situação incomum “da Comunicação como um campo bem desenvolvido no plano institucional (instituições de ensino, habilitações profissionais, periódicos especializados, associações científicas), sem nada dever às disciplinas mais desenvolvidas, salvo uma única coisa: as teorias” (MARTINO, 2007, p. 39).

Aspecto fundamental para nosso estudo, portanto, é que, a partir da definição dos objetos de estudo, devemos procurar favorecer a produção de teorias da comunicação, desenvolvendo uma proposição de epistemologia regional que, por outro lado, favorecerá a consolidação da área como uma disciplina do saber, especialmente se conseguir êxito em empregar o método científico para testar suas hipóteses.

Para finalizar, destacamos que nosso objetivo neste momento é destacar a fraca constituição epistemológica nas escolhas das teorias da comunicação que compõem parte da bibliografia sobre o tema em nosso campo de estudos. Esse é o motivo pelo qual não vamos aqui empreender qualquer esforço para enumerar teorias da comunicação e relacioná-las com nossos

objetos. Entendemos que isso é uma tarefa bastante complexa e que não se constitui em nosso foco, merecendo uma atenção dedicada em trabalhos futuros.

3. Considerações Finais

Esse breve panorama teórico tem o objetivo de introduzir algumas das principais discussões empreendidas, hoje, na constituição da Comunicação enquanto disciplina do saber, na definição de seu objeto de estudo e das teorias que dão suporte à pesquisa e ao pensamento da área. Como bem resume Tiago Quiroga, todas essas questões nos colocam no centro de um conjunto de discussões reunidas, hoje, sob a denominação de uma epistemologia da comunicação, que seria uma “espécie de órbita em torno da qual se encontram congregados os diversos esforços na compreensão da “lógica própria do mundo científico”, em especial, aquelas que permeiam as práticas científicas em comunicação” (QUIROGA, 2010, p. 142).

Dessa forma, percebemos a necessidade de uma “revisão epistemológica” com dois objetivos básicos: o primeiro de explicitar o objeto de estudo da comunicação, uma vez que situamos nosso trabalho nesse âmbito do conhecimento humano, sendo necessário eliminar, já de início, todas as ambiguidades inerentes a esse primeiro recorte. O segundo objetivo, intimamente relacionado ao primeiro, trata da possibilidade de situar o presente estudo na tradição de pesquisa da Comunicação. Isto é, para que seja coerente, devemos ter clareza se nosso objeto de pesquisa é válido a partir de uma perspectiva estritamente amparada pelas teorias da Comunicação.

Dito isso, destacamos a perspectiva que anima nossa pesquisa, que é aquela de investigação dos estudos sobre a cibercultura. A circunscrição do termo será feita no próximo capítulo mas é preciso dizer que entendemos que este é um objeto de estudo que nos coloca diretamente no centro dos debates atuais da pesquisa em Comunicação. Se observarmos as perspectivas colocadas por autores como Braga e Martino – ressalvadas as diferenças de abordagens, mas mantidas as provocações temáticas – podemos afirmar que o debate da cibercultura está relacionado tanto às questões que envolvem os estudos dos meios de comunicação, visto que o fator “técnica” faz parte dos debates dos autores dedicados à cibercultura e ao ciberespaço; como também aos estudos que tratam dos aspectos da “cultura de

massa” e das diversas formas de “interação comunicacional”. Esses dois últimos aspectos serão abordados no quarto capítulo.

Dessa forma, consideramos a cibercultura uma perspectiva rica para o debate sobre os objetos da comunicação na sociedade contemporânea e o estudo do conhecimento gerado em torno dessa dinâmica, sendo por esse caminho que pretendemos desenvolver nossas problematizações. Destacamos que, metodologicamente, a opção será pela investigação das formas e aberturas pelas quais – partindo de uma referência dos estudos sobre a epistemologia geral e da comunicação – podemos propor uma epistemologia da cibercultura e o que isso significa. Percebemos que esta seria uma nova perspectiva para os estudos de comunicação e, por isso, vislumbramos um campo favorável para a discussão de argumentos que têm sido colocados para interpretação do papel da Comunicação na sociedade contemporânea. Antes, porém, será feito um resgate da constituição do termo cibercultura e a forma como o sentido do mesmo foi sofrendo alterações e tomando uma significação que hoje encontramos na maior parte dos trabalhos dedicados ao assunto.

CAPÍTULO III - CIBERCULTURA: HISTÓRICO E CONCEITOS

Neste capítulo, faremos um resgate das circunstâncias históricas e sociais em que a cibercultura surge e se desenvolve, passando por alterações de sentido e incorporando as mudanças pelas quais a tecnologia e a sociedade (bases de seu significado) também foram se transformando. Algumas discussões que relacionam a cibercultura com os estudos de comunicação também serão feitas aqui.

Assim, ratificamos o entendimento da cibercultura como uma área de estudos que nos coloca diretamente no centro dos debates atuais da pesquisa em Comunicação, permitindo uma visão completa dos objetos de estudos anteriormente destacados (meios, interação e cultura de massa) e, dessa forma, favorecendo a reflexão sobre fatores que influenciam na dinâmica comunicacional de nossa atualidade. Teremos a possibilidade de avaliar mais detidamente esse ambiente no próximo capítulo. Antes, precisamos construir um referencial sobre a cibercultura, seus conceitos e os estudos que passaram a ser desenvolvidos especialmente com o advento da internet.

Destacamos que, em diversos momentos do presente capítulo, o trabalho de resgate histórico e o de circunscrição do termo se confundem, de modo que a divisão “Histórico” e “Conceito” é proposta exclusivamente para efeitos de organização.

1. Cibernética: a origem

A formalização do termo cibernética foi proposta por Norbert Wiener, numa obra publicada em 1948, no período pós Segunda Guerra Mundial, com um título que revela muito sobre as ideias que vinham sendo desenvolvidas por ele e pelo grupo de cientistas com quem mantinha colaboração em pesquisas: “*Cybernetics: or control and communication in the animal and the machine*”, ou seja, “*Cibernética: ou controle e comunicação nos animais e nas máquinas*” (1948).

Segundo Philippe Breton (1991), a palavra cibernética já havia sido utilizada por A. M. Àmpere, em 1831, no sentido de “meio de governar”. Contudo, é em Wiener que ela ganha um poder reflexivo maior e notoriedade. Para Breton, havia pouca ou nenhuma novidade na obra de 1948 de Wiener, e sua originalidade “estava em reunir noções elaboradas em campos esparsos e propor a criação de um novo domínio em torno das duas noções agregadoras de comunicação e controle” (BRETON, 1991, p. 157).

Com a cibernética, Wiener não buscava fundar uma nova ciência, mas congregar questões e estudos que estavam dispersos, quase perdidos, nas interfaces entre diversos campos estabelecidos (Ibidem). Por esse motivo, o domínio da cibernética se apresentava como profundamente transdisciplinar, forma que Wiener acreditava ser a melhor para o progresso da ciência, ou seja, especialistas em diversos saberes trabalhando juntos e podendo compreender o todo e as implicações de seus estudos noutras áreas da ciência. Em geral, as pesquisas orbitavam em torno de temas como redes elétricas, engenharia mecânica e da comunicação, lógica, matemática (especialmente estatística), biologia e neurociência (chegando até economia – teoria dos jogos, psicologia, sociologia e antropologia).

De acordo com Philippe Breton, rapidamente, a cibernética tornou-se o lugar onde os cientistas podiam colocar toda espécie de questões fora de suas especialidades, mas com sólido embasamento técnico, matemático e, muitas vezes, empírico. E, sob o impulso de seu fundador,

foi a oportunidade para uma reflexão acalorada sobre assuntos de alcance muito abrangente. A partir dos problemas de controle e de comando era possível interrogar-se a respeito dos fenômenos de tomada de decisão, em matéria política, econômica e social. O estudo da comunicação e da informação fazia surgir novas questões sobre a natureza da linguagem ou sobre o conhecimento. As novas máquinas. Concebidas à imagem do cérebro humano, relançava as eternas interrogações sobre a natureza do homem (BRETON, 1991, p. 158).

Uma palavra fundamental para a cibernética, que ganha destaque nos escritos de Wiener, é a realimentação (tradução do termo inglês feedback). Para o autor, esse seria um dos mecanismos essenciais do comportamento organizado e inteligente. É um mecanismo informacional. Ou seja, para qualquer tarefa que seja necessária, tomar um copo d’água, por

exemplo, a ação física (ou de qualquer outra natureza) é complementada por um componente informacional (feedback) que guiará o corpo até seu objetivo – beber a água. Por isso, “realimentação é igualmente sinônimo de processo de controle, tomado aqui no sentido anglo-saxônico de ‘comando’ ou, melhor, de ‘pilotagem’” (BRETON, 1991, p. 153).

Ou seja, o mecanismo de feedback relaciona os dois conceitos fundamentais da cibernética – controle e comunicação – e, assim, ajuda a esclarecer melhor suas intenções: Wiener – físico e matemático que havia colaborado no esforço de guerra, aprimorando sistemas de artilharia antiaérea – procurava desenvolver mecanismos e processos que possuísem a capacidade de corrigir falhas e erros inerentes às suas atividades, tornando-os mais precisos. No curso de seus estudos, ele observou que os novos computadores que já começavam a ser desenvolvidos, não eram apenas aparatos para o desempenho de tarefas brutas e repetitivas; pelo contrário, eram mecanismos mais sofisticados, capazes de desenvolver atividades intelectuais, podendo substituir a presença humana em determinados casos, de forma a aumentar sua velocidade e reduzir falhas. É importante destacar, contudo, que Wiener via o uso de máquinas em lugar do ser humano como vantajoso apenas em algumas atividades e muito cedo se juntou ao campo dos que “desejavam uma profunda reflexão sobre a utilização das descobertas científicas e das invenções técnicas, principalmente com finalidades de destruição ou de opressão” (BRETON, 1991, p. 156).

Wiener entendia que esse universo que se abria pelo desenvolvimento da tecnologia e das máquinas/computadores, trazia possibilidades boas e más (WIENER, 1948, p. 37). Por exemplo, se por um lado o desenvolvimento de máquinas para a realização de atividades desagradáveis ou perigosas poderia ser boa, por outro implicaria na concorrência e na eventual perda de emprego por parte de algumas classes de trabalhadores. O que o autor defendia é que o controle das descobertas científicas não ficasse subjugado às regras do mercado e do dinheiro – fato que, no entanto, já começava a ser observado. Da mesma forma, o controle dos meios de comunicação era considerado por Wiener como o fator com o maior potencial de desequilíbrio em uma grande comunidade (ou sociedade) e deveria ser combatido. Essa ideia será importante no embasamento teórico dos movimentos de contracultura que aconteceriam anos depois, iniciados nos Estados Unidos, além de ser uma das questões-chave para o desenvolvimento da microinformática, como veremos mais a frente.

Boa parte da justificativa inicial para a constituição da cibernética é baseada nas comparações entre mecanismos maquinísticos e processos do corpo humano, especialmente aqueles ligados ao sistema nervoso, como as sinapses, a memória etc. Os pesquisadores buscavam traçar paralelos entre a forma que a informação podia circular e ser armazenada em cada uma dessas esferas. Nesse sentido, é interessante notar que Wiener declara que a ideia de relacionar o conceito de Entropia ao fluxo de informações, nos sistemas que eles analisavam, ocorreu tanto a ele como a Claude Shannon praticamente no mesmo período. Shannon formalizou a ideia na “*Teoria Matemática da Comunicação*”, de 1949.

Entretanto, para Rüdiger, é em Norbert Wiener que encontramos a consistência filosófica da Teoria do fluxo de informação,

na medida em que, só nos seus escritos, pelo menos inicialmente, o termo adquire, além do cunho instrumental, o caráter de base reflexiva para o lançamento de uma nova metafísica, a metafísica do pós-humanismo, que não por acaso, acabará, inclusive por inseminar a cibercultura (Rüdiger, 2008).

Se o caráter agregador, a abrangência e a riqueza de ideias novas foram o combustível para o sucesso inicial da cibernética, o passar dos anos viu o interesse dos cientistas declinar, por diversos motivos: o receio de que a cibernética englobasse todas as outras especialidades, o desenvolvimento de materiais mais especulativos e menos consistentes por profissionais oportunistas, dissensões internas no grupo de fundadores, entre outras questões (BRETON, 1991, pp. 158-159). A cibernética como idealizada por Wiener chegaria ao fim na década de 1960, com a morte do matemático e com o desenvolvimento de áreas como a informática, a inteligência artificial, bem como outras teorias inicialmente abarcadas pela cibernética, por caminhos separados. É importante notar que a separação entre o desenvolvimento dos estudos da cibernética e dos primeiros movimentos relacionados à informática pode ser atribuída, em parte, pela postura convicta de Wiener contra a instituição militar, iniciada ainda na década de 1940. Ainda que a informática caminhasse para se tornar uma técnica de manipulação da informação e que a cibernética envolvesse uma reflexão sobre as finalidades da utilização das técnicas no mundo moderno, a posição de Wiener o distanciava de praticamente todas as pesquisas relativas a computadores – justamente quando começavam a se tornar operacionais – pois a quase

totalidade desses estudos ou eram organizados ou financiados pelo exército, que percebia claramente o interesse estratégico em controlar esse processo (BRETON, 1991, p. 163).

Por fim, além dos trabalhos de Wiener e McCulloch, a cibernética atingiu tamanha extensão que foi responsável por alimentar tanto o imaginário dos partidários do controle social generalizado quanto o dos contestadores antimilitaristas que inventaram a microinformática (BRETON, 1991, p. 159).

1.1 Cibercultura: da cibernética à ficção científica

Se, então, a cibernética surge com Norbert Wiener, o uso do termo cibercultura será feito pela primeira vez por uma adepta dos princípios do domínio fundado por ele. De acordo com o “Oxford English Dictionary”, foi de Alice Mary Hilton o primeiro uso registrado do termo cibercultura (cyberculture) em 1963, quando a engenheira e empresária norte-americana escreveu o seguinte: “In the era of cyberculture, all the plows pull themselves and the fried chickens fly right onto our plates”, ou “Na era da cibercultura, todos os arados puxam a si mesmos e os frangos fritos voam direto para nossos pratos” (HILTON, 1963, p. 16, tradução nossa).

Conforme Rüdiger (2011), Hilton, fundadora do Instituto de Pesquisas Ciberculturais em 1964, foi pioneira “ao usar a expressão com sentido enfático, referindo-se com ela a uma exigência ética da nova era da automação e das máquinas inteligentes” (RÜDIGER, 2011, p. 8). Com efeito, em outro escrito, de 1964, intitulado “*An ethos for the age of cyberculture*”, ou “Uma ética para a era da cibercultura”, a autora define o que entende por cibercultura como uma composição entre cibernética, a ciência do controle, e cultura, o modo de vida de uma sociedade (HILTON, 1964, p. 139, tradução nossa).

Adotando uma postura entusiasta, quase ingênua, frente às possibilidades advindas com a “revolução cibercultura” e seus elevados níveis de automação, Hilton acreditava que um novo mundo de abundância poderia ser alcançado com o comportamento (ou a ética) certo, em que o tempo dos seres humanos seria liberado do trabalho duro e braçal para o desempenho atividades mais elevadas – que ainda deveriam ser definidas (HILTON, 1964, p. 141). A autora sugere

também que o desenvolvimento tecnológico daria origem a uma “cibernação” de proporções planetárias e que, nela, uma situação espiritualmente regressiva, só será evitada com a promoção do que chamou de cibercultura (Rüdiger, 2011, p. 8).

Rüdiger ainda cita dois usos posteriores do termo cibercultura: o primeiro, feito por Thomas Helvey, em 1971, para classificar uma subdisciplina que seria inspirada na cibernética (ou se constituiria num ramo desta) e procurava interpretar a sociedade – ou melhor, a conduta social humana – a partir de conceitos como densidade informacional e feedback, transpostos diretamente do domínio inaugurado por Norbert Wiener (RÜDIGER, 2011, p. 9).

É importante destacar que o próprio Wiener – mesmo entendendo que o estudo da sociedade seria um campo com profundas implicações a partir da noção de comunicação aberta pela cibernética – se mostrava resistente à utilização das reflexões do recém-criado domínio em experimentos sociológicos e econômicos, por exemplo. Esse posicionamento não era por preconceito ou por subestimar a importância das ciências humanas, mas sim porque considerava que os dados disponíveis para tal empreendimento eram escassos e que qualquer afirmação coerente vinda sobre “controle e comunicação” dentro de uma sociedade deveria advir de observações sistemáticas por um grande espaço de tempo, para que então fosse possível extrair padrões de comparação. Além disso, acreditava que as ciências humanas eram um terreno pobre para experimentos utilizando o método matemático-estatístico que era o preferido pela cibernética naquele momento (WIENER, 1948, p. 34). Contudo, o autor expressava a vontade de que, algum dia, esses preceitos de utilização da cibernética para analisar os fenômenos sociais fossem formalizados por outros pesquisadores. Essa parece ter sido a tentativa de Thomas Helvey, que de toda forma, não alcançou grande notoriedade.

O segundo uso posterior da cibercultura citado por Rüdiger teria sido feito em 1982, no livro *Common culture and the great tradition*, em que o folclorista americano Marshall Fishwick, usa o termo para classificar o declínio da cultura e das tradições populares e a substituição do homem pelas máquinas nas mais variadas esferas (RÜDIGER, 2011, p. 9).

Para Eliza Culea (2012), após duas décadas de pouca repercussão, o termo *cyberculture* recebeu um empurrão repentino no interesse acadêmico em 1984, após a publicação por William Gibson de seu romance de ficção científica *Neuromancer*, que se tornou um clássico do gênero.

O entusiasmo veio principalmente de uma palavra encontrada no final do segundo Capítulo: *cyberspace* (ciberespaço). O termo foi definido pelo próprio autor como

uma alucinação consensual vivida diariamente por bilhões de operadores legítimos, em cada nação, por crianças sendo instruídas em conceitos matemáticos... Uma representação gráfica dos dados abstraídos dos bancos de todo computador no sistema humano. Complexidade impensável. Linhas de luz variantes no não-espaço da mente, aglomerados e constelações de dados. Como as luzes de uma cidade... (GIBSON, 1984, p. 37, tradução nossa).

Ainda de acordo com Culea, posteriormente se descobriu que Gibson, cuja obra influenciou toda uma geração de programadores, ainda produzia seus capítulos numa máquina de escrever antiga e manual e desconhecia as pesquisas que estavam sendo desenvolvidas pela ARPANET, que logo em seguida trariam ao mundo a internet (2012).

Para melhor avaliarmos a afirmação de que houve um intervalo de quase 20 anos entre as ideias propostas por Alice Hilton até que um interesse acadêmico mais acentuado fosse despertado pelo romance *cyberculture* de Gibson, propomos empreender uma busca pelo termo *cyberculture*, na grafia em inglês, no site “WorldCat” (www.worldcat.org), considerado o maior catálogo bibliográfico do mundo. Não se trata de um dado preciso, mas pode constituir um indicador inicial para problematizar a assertiva de Culea.

Ao efetuar tal busca, observar-se que nos vinte anos que sucederam a publicação de *An ethos for the age of cyberculture* de Hilton, em 1964, há apenas quatro registros (sendo um registro incorreto) de livros ou artigos publicados e que, de alguma forma, citaram o termo *cyberculture*, sendo que nenhum desses foi escrito pelos autores apontados por Rüdiger – Thomas Helvey e Marshall Fischwick.

Entre 1984 e 1990, não foi publicado nenhum livro ou artigo que tenha sido catalogado pelo site, contendo o termo *cyberculture*. Acreditamos que isso não é suficiente para contradizer a afirmação de Eliza Culea, pois um intervalo de seis anos para que um livro (*Neuromancer*, neste caso) ganhe notoriedade, repercussão e passe a motivar debates e influenciar a produção de outros autores é, na maior parte das vezes, um tempo bastante curto. Em 1990, então, começam a aparecer alguns trabalhos dedicados a temas ligados à cibercultura como *Cyberpunk* (Marianne

Trench), *Ética e humanidades no mundo digital* (Alan Liu) entre outros. Já em 1993, observa-se uma quantidade maior de atenção despendida nos temas da cibercultura, com obras como *Cyberculture* (Damon Johnson), *Art & Cyberculture* (Phillipe Bell) e, principalmente, *Flame Wars: the discourse of cyberculture* (Mark Dery). Já no ano seguinte, 1994, estão catalogadas 22 obras (livros, artigos etc.), de autores como Mark Dery, Arturo Escobar, Ralph Schroeder, entre outros, observando-se uma quantidade crescente de trabalhos lançados nos anos seguintes, consolidando a temática da cibercultura na produção acadêmica.

Se realizarmos outra busca, no mesmo site, em relação ao termo *cyberspace* (ciberespaço), ao qual Eliza Culea atribui o “boom” do interesse na cibercultura após a publicação de *Neuromancer*, em 1984, encontramos uma situação semelhante. De 1984 até 1989, temos 15 obras publicadas que citaram o termo, sendo que a grande maioria são reedições do livro de Gibson, ou o lançamento das outras duas partes de sua trilogia: *Count Zero* e *Mona Lisa Overdrive*. Já em 1990, foram catalogados 47 textos relacionados ao ciberespaço, com uma grande profusão de autores, entre os quais Arturo Escobar, Sadie Plant, Bruce Sterling, que viriam a se tornar destacados comentaristas do ambiente virtual e participantes ativos das primeiras comunidades e grupos formados na Internet (e até antes dela) como a WELL – Whole Earth ‘Lectronic Link.

Acreditamos ser interessante procurar entender como um romance de ficção científica pode ter influenciado o caminho da pesquisa científica no campo das tecnologias da comunicação. Rob Kitchin, na introdução ao capítulo final de seu livro *The Atlas of Cyberspace*, oferece a explicação de que as visões alternativas de ciberespaço fornecidas por escritores, cineastas, artistas e arquitetos são importantes por proporcionam uma esfera crítica na qual se pode questionar e tensionar os novos conceitos. Às vezes, essas reflexões artísticas tornam-se inspiração para o âmbito acadêmico (KITCHIN, 2001).

O impacto que a obra de William Gibson teve no meio acadêmico e na difusão do interesse na cibercultura é reforçado pelo convite que recebeu do MIT, Instituto de Tecnologia de Massachusetts, em 1990, para participar de uma conferência intitulada “Cyberspace: First Space”. Em seu ensaio de quatro páginas com o título “*Academy Leader*” (Líder da Academia), Gibson afirma que ele apenas formulou a palavra ciberespaço a partir de componentes prontos e

disponíveis, criando um conceito “liso e oco”, que uma vez proferido, aguardava para receber significado. O termo estava agora fora de suas mãos e tinha uma vida própria, moldada por seus muitos usuários (CULEA, 2012).

2. Conceitos de Cibercultura

O caminho traçado até aqui para explicar as raízes da cibercultura iniciou-se na cibernética de Norbert Wiener, que objetivava o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e comunicação em seres vivos e nas máquinas. Passando pela cibercultura de Alice Hilton, na forma de uma nova ética necessária para se viver num mundo utópico em que as máquinas fariam o trabalho e as pessoas deveriam se dedicar a atividades mais elevadas. Em seguida, chegamos à ficção científica, que despertou o interesse pela cibercultura, movendo o eixo de discussão de um aspecto ético para o conjunto de fenômenos que aconteciam no ambiente caracterizado pelo neologismo “ciberespaço”, de William Gibson. Como forma de complementar esse breve resgate histórico dos eventos que contribuíram para o surgimento da cibercultura, acreditamos ser adequado explicitar a visão de alguns autores quanto às definições correntes para tal conceito e a amplitude das reflexões que cada explicação proporciona. Mais do que identificar significados, entretanto, é preciso discuti-los a partir de sua contextualização em relação à realidade contemporânea. Essa atitude permite evitar cristalizações ou modismos em relação aos termos trabalhados. Esse procedimento é importante, pois, como defende o físico David Bohm (1980, p. 51), o sentido de uma palavra não é resultado de escolhas pessoais, mas de um “espírito” do tempo que o elege.

Na definição etimológica, então, o prefixo "ciber" parece ser o elo entre a técnica e os processos de sociabilidade. Apresenta-se em diferentes significados – ciberespaço, cibercultura, ciberpunk, cibersexo, entre outros, como operador da experiência virtual referente ao substantivo vinculado. Se retrocedermos até as origens combinadas do grego (kybernan ou kubernan) e do latim (colere) é possível melhor compreender o sentido subjacente do termo que se concretiza na rotina digitalizada. Na vertente grega, emerge o significado "arte de governar e pilotar", atribuindo ao prefixo o inerente caráter de controle; na vertente latina colere reflete a ideia de cultivar e revolver a terra e, mais adiante, evolui para a ideia de habitar e cuidar da natureza em

cultivo. É a ação humana (ordenada, metódica e, portanto, controladora) sobre os frutos de sua natureza, materiais e intelectuais (CORREA, 2010). Tal etimologia permaneceu em seu significado fundante no decorrer da evolução histórica dos processos de ordenação técnica dos frutos intelectuais gerados pelo homem.

Hoje, o conjunto de objetos abrangidos pelo conceito de cibercultura é bastante amplo, sendo que ainda não há uma definição universalmente aceita, ficando as especificidades temáticas determinadas por cada autor que se dedica a seu estudo. O que parece ser comum a todos, no entanto, é a preocupação com a relação entre as pessoas com as tecnologias digitais e a forma como esses elementos influenciam, conformam ou transtornam (para usar uma expressão de Philippe Breton) a comunicação entre os indivíduos e na forma como estes apreendem a realidade cotidiana.

Rüdiger, por exemplo, define cibercultura como

a formação prática e simbólica, que expressa e, às vezes, articula para o homem comum as circunstâncias coletivas que vão surgindo agora, com a progressiva informatização da era maquinística que nasce no século XVII. Expressão do capitalismo avançado da virada do milênio e da tecnologia que com ele se associa (Rüdiger: 2007, p. 176).

Apesar de ser uma definição abrangente, com uma dimensão histórica importante e uma contextualização perspicaz relativa à associação da evolução tecnológica com o capitalismo, é preciso explorar um pouco melhor as circunstâncias que o termo busca traduzir.

Para a ABCiber – Associação Brasileira dos Pesquisadores em Cibercultura, a cibercultura seria a “categoria referente às configurações socioculturais contemporâneas articuladas por tecnologias e redes digitais”.

André Lemos acredita que a cibercultura nasce com a microinformática em meados dos anos 70 e, “embora a expressão deva muito à cibernética, não é, no sentido exato, correlata a essa ciência... antes, a cibercultura surge como os impactos socioculturais da microinformática” (LEMONS, 2002, p. 101). Para o autor, o que vai marcar o ponto de distinção da cibercultura em relação ao que vinha sendo pensado até então, não é o desenvolvimento tecnológico, mas uma

atitude que, no meio dos anos 70, influenciada pela contracultura americana, acena contra o poder tecnocrático até então concentrado numa associação de governos e grandes empresas.

Para problematizar essas afirmações de Lemos sobre o surgimento da cibercultura estar diretamente relacionado com a revolução microinformática, buscaremos entender em esta se configurou. Há extensa bibliografia sobre o tema, de modo que não buscamos aqui uma análise exaustiva.

3. A contribuição da microinformática

A posição de André Lemos tem inspiração e segue a linha do entendimento de Philippe Breton no livro *História da Informática* (1991), em que este último identifica três fases de desenvolvimento da informática, que teriam se sucedido desde a década de 1940: a primeira, que se confunde com a cibernética, foi a que estabeleceu os princípios iniciais e as descobertas – como o código binário, a Teoria Matemática da Informação etc. – e presenciou o surgimento do computador. A segunda, que abrangeu as décadas de 1960 e 1970, foi marcada pelos grandes sistemas centralizados (mainframes), que favoreceram muito a organização e a burocracia em governos e grandes corporações, além de romper com princípios da cibernética, seguindo seu próprio caminho. A terceira informática, da época em que Breton escreve (1987, na primeira edição), seria aquela que surge com a microinformática e a popularização do computador e das redes para o cidadão comum.

Procuraremos entender melhor como essas passagens aconteceram e de que forma a concepção de cibercultura foi sendo forjada e modificada no âmbito dessas profundas mudanças pelas quais passou a sociedade.

3.1 Microinformática e a ruptura histórica

Circunstâncias históricas, como a preocupação com a defesa dos territórios no período da Guerra Fria, explicam o fato do computador e das redes de computadores desenvolverem-se inicialmente no domínio militar. Os debates sobre uma possível futura guerra davam conta de

que ela seria baseada muito mais em cálculos, precisão, velocidade e inteligência do que havia sido até então.

Nos Estados Unidos, nas décadas de 1940 e, principalmente, 1950, os centros de pesquisa universitários tiveram papel preponderante na criação do computador e da informática, contando com financiamentos governamentais, especialmente das Forças Armadas para esse fim. O grande impulso criativo era para o desenvolvimento de sistemas de defesas e outros aparatos ligados á situações extremas como eventuais guerras. A década de 1950 marcou o início da fase de utilização dos computadores por indústrias e empresas de prestação de serviços de grande porte. Toda a técnica desenvolvida no período anterior com financiamento público foi então colocada à disposição de empresas como a IBM para a produção de computadores para uso institucional e a continuidade do aprimoramento tecnológico. Na década seguinte (1960), a informática difundiu-se na sociedade sob a forma de grandes sistemas centralizados, extremamente complexos, que progressivamente tornaram-se os agentes em torno dos quais as maiores empresas e os principais governos se organizavam (BRETON, 1991). A importância do financiamento militar diminui e os avanços na informática passam a ser regulados pelas leis do mercado econômico.

Com isso, igualmente, a sociedade civil passou a se conhecer melhor, ou seja, ter acesso a dados que permitiam identificar os problemas ligados à dinâmica de crescimento do campo e dos aglomerados urbanos. O desenvolvimento dos instrumentos para cálculos estatísticos permitiu avaliar o aumento populacional, a circulação monetária, as trocas econômicas, os deslocamentos de pessoas (migrações) e as demais questões mensuráveis que marcavam o cotidiano de uma sociedade de consumo em expansão. As relações se tornavam mais densas, abundantes e ágeis.

Então, em meados da década de 1970, acontece um importante movimento de ruptura em relação à forma como esse desenvolvimento da informática vinha acontecendo, um verdadeiro realinhamento de propósitos, com o desenvolvimento do microcomputador por jovens universitários americanos. Segundo Philippe Breton:

A invenção do microcomputador pelos radicais californianos... tinha por objetivo explícito abrir uma brecha na centralização e na posse de preciosas 'informações' por alguns privilegiados. A 'guerrilha' microinformática, em parte, recebeu seus louros. Ela se constituiu em uma espécie de revolução

dentro da revolução e seu radicalismo esteve, em grande parte, na origem do nascimento da ‘cultura informática’, compartilhada por um grande público e fator de democratização da vida social e do saber (BRETON, 1991, pp. 235-6).

Para os propósitos daqueles ligados ao mercado da computação, tal situação constituiu-se de expediente extremamente produtivo. A informática que no período anterior era considerada como uma ameaça às liberdades, ligada a estruturas burocráticas estatais invasivas e cercada de segredos e restrições militares, passa a ter, como o advento do microcomputador, uma imagem muito mais amena, carismática, agregadora. “Para as gerações nascidas na década de sessenta, informática e liberdade são, desde então, sinônimas” (BRETON, 1991, p. 236).

Ou seja, por mais que seja uma ruptura, o surgimento da microinformática pouco mudou no sentido de estruturas vigentes: as mesmas grandes empresas de computadores que produziram os servidores e mainframes nos anos anteriores continuaram operando, adaptando-se à linha de produção do microcomputador. É possível observar, inclusive, um aumento do mercado nas mãos da IBM, com o acionamento da lei antitruste e a batalha jurídica que se arrastou por dez anos, acabando por inocentar a ‘gigante azul’. Por outro lado, em função da revolução da microinformática e da explosão do número de computadores ‘pessoais’ nos países mais ricos, a forma de ver e se relacionar com a informática havia mudado de uma forma irreversível, com sérias consequências para a sociedade. Muito nos interessa, especialmente, a formação de uma “cultura informática” (BRETON, 1991, p. 236), que entendemos ser bastante congruente com o conceito de cibercultura, na forma como alguns autores entendem.

Como analisa André Lemos, “mais do que simples inovações técnicas, o nascimento da microinformática (e da cibercultura) é fruto de movimentos sociais” (LEMOS, 2008, p. 105). Assim como Breton, o autor resgata esse momento e destaca que não é exagero afirmar que a cibercultura surge com a microinformática, como uma mobilização social e uma espécie de ‘guerrilha’ dos primeiros usuários especialistas (hackers, entre outros) contra a estrutura burocrática de uma tecnocracia das classes dominantes que surgia para reforçar paradigmas e ideologias da modernidade: progresso, desenvolvimento, modos de vida, códigos morais.

Se a cibercultura surge com o desenvolvimento da microinformática, é importante perceber que esta vai permitir a circulação de um fluxo gigantesco de mensagens, o que, de certa

forma, acaba por favorecer a democratização do acesso à informação, mesmo que ainda hoje exista uma grande fatia de pessoas digitalmente excluídas, especialmente em países mais pobres. Apesar dessa característica de favorecimento à difusão ampla de informações no ciberespaço, há cada vez mais forças (governos, empresas, pessoas etc.) que procuram influenciar a forma como as pessoas interagem no ‘mundo virtual’.

4. A internet

Quando Philippe Breton escreveu “*História da Informática*”, em 1987, a internet ainda não havia sido ligada. Mas já havia alguma experiência com computadores em rede, seja em empresas, ou em universidades. Assim, elemento fundamental para o desenvolvimento da cibercultura e sobre o qual ainda não falamos, procuraremos preencher aqui a lacuna do desenvolvimento da internet. É bom que se diga, inicialmente, que a indústria de telecomunicações sempre observou muito de perto os avanços da informática, tendo sido grande o fluxo de profissionais e ideias entre as duas áreas.

Se o desenvolvimento da microinformática teve sua importância ao favorecer a democratização do acesso à tecnologia para o cidadão comum, é a internet que permitirá a ‘conexão planetária’, alterando definitivamente certas formas de se comunicar, obter informações, tomar conhecimento de opiniões e culturas ao redor do mundo, entre muitas outras aplicações. A simultaneidade e interatividade, assim como a emissão descentralizada, fazem da internet algo bem diferente das mídias de massa. “A internet não é uma mídia, mas um novo ambiente midiático, uma incubadora espontânea de instrumentos de comunicação, um sistema auto-organizante criativo” (LEMOS, 2002, p. 123).

A internet apresenta uma multiplicidade de aplicações: tanto é utilizada para a propagação de grandes quantidades de conteúdos qualificados de uma fonte única para um contingente de “espectadores” (inclusive simulando emissoras de rádio e tv e, assim, exibindo características fundamentais dos mass media), como é utilizada por um contingente gigantesco de usuários amadores ao redor do mundo, diariamente, em relações que nada tem a ver com os modelos emissor-receptor, numa profusão de pontos de vista, produção e compartilhamento de

informações, de forma que não se tem nem mesmo a noção exata de seu potencial e dos rumos que tomará num futuro próximo. Ou seja, assim como André Lemos, acreditamos não ser adequado classificar a internet exclusivamente como um meio de comunicação de massa, mesmo que do ponto de vista operativo ela tenha capacidade de desempenhar esse papel.

Manuel Castells (2010), um dos autores mais citados quando se trata de comunicação na internet, afirma que ela é um instrumento de liberdade e de autonomia, em contraposição ao fato de que o poder sempre foi baseado no controle das pessoas por meio do controle da informação e da comunicação. “Mas isto acaba, porque a internet não pode ser controlada” (CASTELLS, 2003, p. 8). E mais, quanto aos usos sociais ele destaca que, por todo o planeta, atividades econômicas, sociais, políticas e culturais essenciais estão sendo estruturadas pela internet e em torno dela. E, de fato, “ser excluído dessas redes é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e em nossa cultura” (CASTELLS, 2003, p. 8).

André Lemos tem uma visão semelhante e defende que a internet cria “uma revolução sem precedentes na história da humanidade” ao permitir a troca de informações de forma instantânea e planetária. E reafirma que a internet, ao menos em sua configuração atual, “não é resultado somente de uma estratégia tecnocrática de cima para baixo, mas produto de uma apropriação social” (LEMOS, 2008, p. 116). Ainda em linha com o pensamento de Castells, o autor destaca que a rede age como “potencial descentralizadora do poder tecno-industrial-mediático, por ser de difícil controle por parte de governos, empresas etc.” (LEMOS, 2008, p. 117).

Então, se a Internet inaugura um espaço de comunicação inovador, inclusivo, dinâmico, universal e transparente (LÉVY, 1999) é porque as formas de comunicação que ela favorece apresentam sensíveis diferenças em relação a seus predecessores (rádio, televisão, cinema etc.). Agora, potencializa-se o aspecto interacional da comunicação, que destaca a possibilidade da troca, do compartilhamento de pontos de vista e percepções entre os interlocutores, além da construção coletiva de conteúdo e significados. Esses são os fatores que, em boa medida, explicam o caráter de difícil controle da comunicação na internet: as fontes de emissão e recepção são múltiplas e fluídas.

É preciso dizer que a história do desenvolvimento da internet se confunde, em boa medida, com a evolução da microinformática. Há uma série de inovações técnicas que começaram, especialmente a partir da década de 60, e que favoreceram o surgimento dos computadores pessoais que conhecemos hoje. De maneira simplificada, poderíamos citar como exemplos: a redução do tamanho dos aparelhos, melhoria das funcionalidades e desenvolvimento de interfaces gráficas mais agradáveis. Ao mesmo tempo, trabalhos realizados em diferentes centros de ensino e pesquisa no mundo todo produziram descobertas que, somadas, foram capazes de viabilizar um intercâmbio digital de informações cada vez maior, culminando com o aparecimento das redes precursoras da atual internet.

Quanto às motivações, mesmo que hoje haja muita discussão de que a expansão da rede tenha como fator preponderante o comercial, o surgimento da internet foi resultado, em grande parte, da estratégia do governo americano de descentralizar a localização dos grandes sistemas militares de defesa e, ao mesmo tempo, permitir uma rápida comunicação entre eles. Essa afirmação pode ser comprovada pelo fato de que a rede mundial de computadores nasceu num ambiente acadêmico com financiamento da Advanced Research Projects Agency (ARPA), uma agência militar de pesquisas ligada ao Departamento de Defesa norte-americano, criada em 1958 para enfrentar a chamada Guerra Fria que os Estados Unidos travavam com a então União soviética. Dessas pesquisas surgiu a Arpanet, precursora da internet (OLIVEIRA, 2011, p. 24).

No Brasil, os primeiros sinais da internet começaram a chegar em janeiro de 1991, nos computadores do Centro de Processamento de Dados da FAPESP – Faculdade de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Isso foi possível porque a Faculdade já estava conectada a uma instituição de ensino dos EUA, o Fermilab – laboratório de física de altas energias, por meio da Bitnet, uma das redes que precederam a internet. O objetivo dessa ligação era a troca de dados e o contato entre os pesquisadores (OLIVEIRA, Idem, p. 20).

Nenhum dos envolvidos no desenvolvimento inicial da internet fazia ideia do gigante que viria a se tornar a rede mundial de computadores, no decorrer de poucos anos, a partir do início de sua exploração comercial. Hoje, algumas das maiores empresas do mundo simplesmente só existem em decorrência da internet, como é o caso do Google e do Facebook, fato esse que coloca em evidência a importância do capitalismo na conformação do ciberespaço.

5. A cibercultura no Brasil

Propomo-nos a resgatar a entrada da cibercultura no cenário brasileiro de discussões, buscando entender como se deu o início dos questionamentos. A primeira ideia para empreender tal estudo é efetuar nova busca no site WorldCat, agora pelo termo cibercultura, na versão em português. Se fizermos isso, como resultado, obtemos 23 resultados entre 1990 e 1997. Entre livros, artigos e vídeos, nenhum em português, a quase totalidade resultante de traduções para o espanhol – uma vez que o vocábulo naquela língua é o mesmo que no português – de obras americanas como *Escape Velocity*, de Mark Dery. É a partir de 1998 que se observa uma maior concentração de trabalhos que abordam a temática. Naquele ano, foram catalogadas 13 obras, agora já com o aparecimento de autores importantes fora dos Estados Unidos (como Galindo Cáceres, Carlos Fajardo, José Antonio Millán), especialmente em língua espanhola.

Somente em 1999 vamos encontrar, no catálogo virtual, as primeiras obras na Língua Portuguesa. Aqui temos alguns destaques interessantes: a tradução para o português do livro *Cibercultura*, de Pierre Lévy; a publicação da Tese de Doutorado de Eugenio Trivinho (orientado por Ciro Marcondes), com o título *Cyberspace: crítica da nova comunicação*; e a publicação do livro *Para navegar no século XXI/21: tecnologias do imaginário e cibercultura*, uma coletânea de textos que resulta das reflexões e do intercâmbio promovido pelo Núcleo de Tecnologias do Imaginário, da PUCRS e que contempla visões de pensadores como Edgar Morin, Michel Maffesoli, Gianni Vattimo, Jean Baudrillard, Lucien Sfez, Pierre Lévy, André Lemos, Juremir Machado da Silva, Paul Virilio, entre outros.

A partir daí há um incremento na quantidade de trabalhos que abordam a temática, sendo que o ano com maior número de textos catalogados e que tratam da cibercultura é 2005 com 20 trabalhos. Vemos a chegada de outros autores importantes em relação à temática, como Francisco Rüdier, Suely Fragoso, Erick Felinto, além da publicação de André Lemos, *Cibercultura*, mesmo nome do livro de Pierre Levy, com primeira versão em português de 1999.

Uma forma de validar essa busca pelas primeiras obras relevantes que tratem da cibercultura no Brasil é fazer uma pesquisa na bibliografia das publicações tidas como iniciais e observar quais foram as influências nessas obras, ou seja, que Referências Bibliográficas são citadas pelos autores e se ligam à cibercultura. Nesse sentido, devemos restringir essa busca a

textos publicados no Brasil, de maneira a marcar a entrada desses no país e tentar identificar os movimentos aí existentes.

A título de ilustração, faremos isso a seguir com as seguintes obras: *Imagem Máquina* (1993) de André Parente (org.), *Cibercultura* (2002) de André Lemos e *Introdução às Teorias da Cibercultura* (2007) de Francisco Rüdiger. Vejamos os resultados:

- a) Quanto a *Imagem-Máquina: A Era das Tecnologias do Virtual* (1993), organizado por André Parente, não encontramos nenhuma referência que seja dedicada ao estudo dos conceitos e fenômenos do ciberespaço e da cibercultura, indicando que essas ainda não eram preocupações que chegavam ao Brasil, mesmo reunindo 23 textos que tratam de tecnologia e comunicação de autores de diversos países. Evidentemente, os textos coletados nessa obra tratam de diversos temas relevantes para a discussão das comunicações mediadas e das tecnologias da comunicação. O que não está presente é, destaque-se, o conceito de cibercultura. As temáticas se encontram, dessa forma, desenvolvidas a partir de outros pontos de vista e matrizes teóricas.
- b) No livro *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*, de André Lemos, publicado em 2002, encontramos apenas o livro de Pierre Lévy, de mesmo nome, que trata deste tema de forma direta. A maior parte da influência do autor nesta obra vem de escritores europeus, considerando que seu Doutorado foi realizado na França, com muitas referências a outras áreas das Ciências Sociais.
- c) Já Francisco Rüdiger em seu *Introdução às Teorias da Cibercultura*, de 2004 (segunda edição, revista e ampliada em 2007), conta com os dois autores – André Lemos e Pierre Lévy, ambos com seus respectivos livros que tratam da Cibercultura. Além deles, apresenta em suas Referências, a obra *Deus no Ciberespaço* (2001) de Reinhold Esterbauer; *A Religião das Máquinas* (2005) de Erick Felinto e *As tecnologias do Imaginário* (2003), de Juremir Machado da Silva. Todos esses promovem em seu interior, alguma discussão relacionada com o ciberespaço ou a cibercultura. Desses, contudo, inferimos que apenas o livro de Esterbauer poderia ter influenciado o Rüdiger em sua problematização da cibercultura, visto que é o único dos livros citados que foi publicado antes de Rüdiger escrever *Elementos para a*

Crítica da Cibercultura, outra obra sua que já tratava dessa problemática. Contudo, essa obra inicial sobre a cibercultura não apresenta as Referências Bibliográficas organizadas, inviabilizando qualquer conclusão a respeito.

Vale ressaltar, ainda, outras questões relevantes quanto ao estudo da cibercultura no Brasil: a primeira seria a existência de uma coleção com o nome Cibercultura, da Editora Sulina, que reúne um conjunto de autores que se dedicariam, em suas obras, a abordar essa problemática e os seus desdobramentos. São eles: Alex Primo, Analice de Lima Palombini, Rousiley Celi Moreira Maia, Suely Fragoso, Fernanda Bruno, Eugênio Trivinho, Adriana Braga, Luís Carlos Lopes, Adriana Amaral, Erick Felinto, André Parente, Juremir Machado da Silva, Raquel recuero, Vinícius Andrade Pereira, Francisco Rüdiger, Mark Dery, Francisco Menezes Martins, Dominique Wolton, Federico Casalegno, Denize Correa Araujo e André Lemos (Editora Sulina, 2013).

Além disso, verifica-se a existência de um Grupo de Trabalho (GT), intitulado “Comunicação e Cibercultura” no âmbito da Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Seu coordenador é Erick Felinto e o vice-coordenador é Juremir Machado. De acordo com a descrição encontrada no site da Compós (www.compos.org.br)

o GT Comunicação e Cibercultura tem por objetivo debater trabalhos na intersecção da comunicação e da cibercultura. Por cibercultura compreendem-se as relações emergentes entre as tecnologias de comunicação e informação (TICs) e a cultura contemporânea. Busca-se, assim, entender o papel das TICs em interface com os problemas da comunicação sob diversas perspectivas (histórica, sociológica, filosófica, política, estética, imaginária, material, etc.) (COMPOS, 2013).

Da mesma forma, Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, organizado anualmente pela Intercom desde 1977, é o maior evento da Comunicação no Brasil e conta com a participação de estudantes de graduação, pós-graduação, mestres, doutores, que podem apresentar produções acadêmicas, científicas ou não, em vários eventos que compõem o Congresso. A Intercom possui o Grupo de Pesquisa “Cibercultura” – que anteriormente era

chamado Núcleo de Pesquisa Tecnologias da Informação e da Comunicação, no período entre 2001-2010.

5.1 Cibercultura e epistemologia no Brasil

Acreditamos ser adequado detalhar brevemente algumas das contribuições dos primeiros autores críticos das comunicações mediadas por computador no Brasil, ainda que os mesmos não se enquadrem (ou não sejam passíveis de enquadramento) como teóricos da cibercultura. Entendemos que, em diversos momentos, essa divisão é meramente formal, visto que o histórico de desenvolvimento da internet e das comunicações digitais não é monopólio dos pesquisadores da cibercultura, embora suas contribuições sejam muito destacadas no contexto da pesquisa acadêmica, tanto no Brasil como em outros países. Na impossibilidade de um tratamento mais amplo das contribuições pioneiras de cada autor, procuraremos dedicar algumas linhas com aquilo que mais se vincula ao nosso estudo.

Assim, começamos por destacar um dos autores destacados na proposição de um campo de estudos chamado cibercultura e cujas reflexões são também importantes para o presente trabalho: Erick Felinto. Tal importância reside nas ideias do autor quanto à complexidade e a amplitude dos temas que são hoje enquadrados dentro da pesquisa acadêmica em cibercultura. Atento à pluralidade de saberes que se cruzam nesses estudos, Felinto acredita na pertinência da vinculação entre cibercultura e comunicação. O grande trabalho que reside nessa aproximação é quanto ao esforço epistemológico e metodológico de se definir os objetos de estudo. Abordaremos novamente essa questão no próximo item deste capítulo. Outra contribuição importante deste autor é revisar a literatura do campo da cibercultura, estabelecendo bases teóricas para as pesquisas futuras. Para um melhor detalhamento dessas questões, indicamos seu artigo *Sem Mapas para esses Territórios: a Cibercultura como Campo de Conhecimento*, apresentado no Congresso Intercom 2007. Podemos citar, ainda, *A religião das máquinas: ensaios sobre o imaginário da cibercultura* (2005), outra obra de destaque do autor.

Antônio Fausto Neto é um autor que esteve entre os primeiros críticos das comunicações mediadas por computador. Professor da Unisinos e co-fundador da COMPÓS, foi organizador do

livro *Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade* (2001) e, já nessa obra, problematizava a percepção das pessoas em relação à internet, especialmente seu caráter anárquico e libertário. Fausto neto desenvolveu importantes reflexões sobre as teorias da comunicação e sobre o que chamou de “mídiatização”, ou seja, o alastramento da mídia nas relações sociais. O autor tem, ainda, trabalhos sobre a televisão e sua dinâmica, com muitas obras publicadas, especialmente avaliando aspectos políticos relacionados ao uso desses meios. Isso pode ser observado em obras como *Mídiatização, prática social: prática do sentido* (2006), *O impeachment da televisão* (1995), *Ensinando à TV Escola* (2001), *Desconstruindo os sentidos* (2001), *O mundo das mídias* (2004) entre muitas outras.

Alex Primo, atualmente professor do Programa de Pós-Graduação da UFRGS, é outro autor destacado da cibercultura. Desde 1997, quando publicou o artigo *A emergência das comunidades virtuais*, tem se dedicado ao estudo das dinâmicas comunicacionais do ciberespaço, especialmente nas análises das interações – tendo publicado o livro *Interação Mediada por Computador: comunicação, cibercultura e cognição* (2008), obra de referência na análise dos aspectos intrínsecos ao ato comunicacional, ou seja, o que acontece durante uma comunicação mediada pelo computador, tanto na relação interagente-computador, como entre os atores propriamente ditos. Ultimamente, tem publicado textos nos quais faz análises baseadas na teoria ator-rede.

Juremir Machado é autor de diversas obras que trabalham a temática das tecnologias da comunicação e informação (TICs) com artigos e livros destacados como *As tecnologias do imaginário* (2003) e *A sociedade midiocre, passagem ao hiperespetacular, o fim do direito autoral, do livro e da escrita* (2012), entre muitos outros. O jornalista formado na PUCRS também realizou diversas entrevistas com personalidades mundiais dos estudos das comunicações mediadas e da internet, demonstrando também uma preocupação epistemológica com os temas da sociedade contemporânea e o incentivo à discussão teórica a partir de múltiplos pontos de vista. Entre essas personalidades por ele entrevistadas podemos destacar Lipovetsky, Pierre Bourdieu, Edgar Morin e Jean Baudrillard – esses dois últimos, juntos com Michel Maffesoli, seus orientadores de pós-doutorado pela Université Paris V – René Descartes.

Atualmente Professor Titular de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da UFBA e Professor Catedrático Visitante na UBI (Portugal), Marcos Palácios é um pesquisador experiente – com publicações em diversos idiomas – das novas tecnologias da comunicação, cibercultura, internet e jornalismo online. Juntamente com o André Lemos, criou o Grupo Ciberpesquisa, pioneiro no Brasil em estudos de Cibercultura no ano de 1996, além de ser membro do Conselho Científico da ABCiber. Entre as pesquisas desenvolvidas nas últimas três décadas, podemos encontrar temas como o ensino de Teoria da Comunicação no Brasil, Comunicação Comunitária, Jornalismo Digital, uso da Internet na educação etc. Ou seja, questões que evidenciam a preocupação de Palácios com a constituição teórica da comunicação, bem como com o papel das tecnologias nessa dinâmica. Destacam-se publicações como *A Área de Comunicação Na Internet: Um Mapa Para Pesquisadores de Primeira Viagem* (1996) e *Janelas do Ciberespaço: Comunicação e Cibercultura* (2001).

Encerramos esse breve apanhado de autores destacados da cibercultura (e da epistemologia da comunicação) com Eugênio Trivinho, professor do PPG da PUC-SP, onde também atua como Coordenador Geral do Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura. Em 1995, contribuiu para fundar e coordenou, até 2002, o Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Tecnológica (atual Comunicação e Cibercultura) da COMPÓS. Além disso, contribuiu para a criação da ABCiber. Autor de vários ensaios de crítica da comunicação, da civilização mediática, da cultura pós-moderna e da cibercultura, publicou, entre outras obras, *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada* (2007), *O mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual* (2001) e *Redes: obliterações no fim de século* (1998). Desde 1996 produz reflexões e obras sobre as tecnologias e a comunicação. É um dos mais conhecidos autores da cibercultura no país.

6. Comunicação e Cibercultura

Apesar de estarmos tratando das questões relacionadas à cibercultura a partir de uma perspectiva comunicacional, não fizemos até agora nenhuma justificativa acerca dessa aproximação. Aqui, então, destacaremos brevemente essa perspectiva a partir dos trabalhos desenvolvidos por dois autores: Erick Felinto e Sandra Montardo. Esses pontos de vista ilustram

possíveis caminhos a serem seguidos para tal justificação, com a ressalva de que no capítulo 5 voltaremos a este tema com outra abordagem que consideramos válida, a partir de uma reflexão epistemológica, articulada com as proposições constantes no decorrer do estudo.

Erick Felinto escreveu um artigo denominado *Sem mapas para esses territórios* (2007), em que se propõe a oferecer uma cartografia inicial do território constituído pela comunicação e pela cibercultura, avaliando as bases de aproximação entre as duas áreas a partir de um diagnóstico do conjunto dos estudos e abordagens correntes sobre a cibercultura. Sugere, assim, a proposição de três definições para a cibercultura: a) como domínio das comunicações, práticas e percepções sociais ligadas às tecnologias informacionais; b) como conjunto de narrativas ficcionais que expressam uma visão de mundo cibercultura; e c) como campo das apreensões teóricas a respeito da cultura contemporânea e meios digitais de comunicação. Ao observarmos o detalhamento que o autor propõe para cada uma dessas definições, temos, respectivamente: comportamentos e formas discursivas em chats e construção de identidade na internet; ficção científica pós-moderna, cinema, literatura e especulações utópicas sobre o futuro cibercultura; e literatura acadêmica sobre a cibercultura e produção dos teóricos.

Como a contribuição de Felinto se baseia em sugerir definições da cibercultura, perde-se a oportunidade de promover uma reflexão sobre quais seriam os objetos de estudo da cibercultura e sua interação com os da comunicação, este sim um exercício que, entendemos, pode esclarecer questões sobre a ligação entre as duas áreas. Ainda que o autor expresse a insuficiência de mapear a cibercultura apenas por este expediente, não consegue avançar em outras proposições consistentes sobre como evoluir para melhor compreender as relações aí estabelecidas. Dessa forma, o artigo pouco acrescenta para a discussão da ligação entre comunicação e cibercultura; na realidade, assume-se uma divisão da cibercultura cuja fundamentação não se encontra explícita e que coloca no mesmo patamar, temáticas tão díspares quanto literatura acadêmica, ficção científica e análises das práticas em ferramentas como chats, sem que tenhamos subsídios para avaliar de onde parte tal ideia. O autor afirma, ainda, que “essas três definições de cibercultura envolvem, de maneira direta ou indireta, problemas que podem legitimamente caracterizar-se como da alçada da comunicação” (p. 8). Porém, em nenhum momento, discute os objetos da comunicação, suas teorias e a reflexão epistemológica

que seria tão preciosa para justificar a aproximação entre as áreas, de forma que não sabemos exatamente a que se prende essa afirmativa.

Sandra Montardo é outra autora que propõe analisar onde se encontra a interseção entre comunicação e cibercultura. Articulando conceitos de forma social e tragédia da cultura de Georg Simmel, com a ideia de comunicação em dupla hélice de Dominique Wolton, busca entender como a comunicação pode se inscrever no âmbito da cibercultura, levando-se em conta um conceito de comunicação versátil que relaciona a dinâmica entre as tecnologias de comunicação e de informação com a fragmentação da subjetividade inerente à cibercultura.

A contribuição da autora nesta linha de raciocínio está contida no artigo *Comunicação como forma social* (2005). Para ela a relação entre as duas áreas já está institucionalizada, provavelmente pela inserção das tecnologias de informação e comunicação no mundo contemporâneo, “de forma a contemplar questões relativas à comunicação mediada por computador, bem como a sua influencia na indústria de comunicação e na sociedade” (p. 2). A autora desenvolve uma sequencia de relações entre teorias e proposições da comunicação e da cibercultura que envolvem temas como: interação social, mediação tecnológica, meios de comunicação generalizada (ou de massa), laços sociais, modernidade e pós-modernidade, teoria do agir comunicacional, comunicação normativa e funcional, técnica, ciência, tecnologia, dinheiro, poder, espaço, tempo, cibercultura como irracionalidade pós-moderna etc. Os autores principais que fornecem os subsídios para essas discussões são: Simmel, Habermas, Wolton, Marc-Riev, Flichy, Lemos, Levy e Dubey.

A conclusão da autora é de que a comunicação como forma social se insere no ambiente fragmentado da cibercultura como garantia da viabilidade da socialização. Entendemos que sua abordagem é bastante abrangente e pertinente no que se refere aos objetos de estudo da comunicação, pois aborda a cultura de massa, a interação mediada e os meios de comunicação generalizada, colocando a discussão num nível propriamente epistemológico, ao abordar as teorias que podem relacionar todas essas dinâmicas. Além disso, coloca em pauta na discussão da cibercultura, fatores como tecnologia e influencia do dinheiro nas dinâmicas comunicacionais contemporâneas. Destacamos que todos esses elementos se encontram também em nossas

reflexões, motivo pelo qual entendemos que a contribuição de Sandra Montardo é relevante para nossa pesquisa.

7. Perspectiva cibercultural

Considerando, ainda, os objetivos de uma pesquisa desta natureza, acreditamos ser importante avançar um pouco mais nas indagações e identificar, adicionalmente às contribuições já citadas, o que tais contribuições abrem de perspectivas e abordagens para o estudo da comunicação em nosso tempo que não seja objeto de estudo de outras áreas ou tradições de pesquisa. Ou seja, há contribuições e reflexões exclusivas daqueles que pesquisam as TICs (tecnologias da informação e comunicação) a partir de uma perspectiva cibercultura? Temos algumas breves contribuições sobre o assunto, advindas de nossa interpretação do referencial teórico e da análise temática.

De forma geral, verificamos que o estudo da cibercultura teve uma fase de grande expansão, entre os fins da década de 1990 e início dos anos 2000, em diversos países como Estados Unidos, França e também Brasil, quando autores dedicados à pesquisa acadêmica das novas tecnologias conseguiram reunir uma série de estudos, princípios teóricos e constatações advindas das CMCs. Esses estudos iniciais versavam especialmente sobre a história do desenvolvimento do computador e da internet, a formação de subculturas e grupos específicos especialmente influenciados por movimentos de contestação do monopólio da informação e que viram na computação uma nova forma de visibilidade (neoludistas, cyberpunks, hackers etc.). Outras obras versavam sobre a formação das comunidades virtuais e o entendimento de como as teorias de redes sociais existentes até então poderiam auxiliar na compreensão das relações desterritorializadas características do ciberespaço. Também havia espaço para as renovadas discussões sobre as relações entre o homem e a técnica que reavivaram a polêmica entre defensores e opositores da tecnologia; tínhamos, ainda, estudos sobre interação mediada, discursos e linguagem; simulação, identidade, capital social; corpo e extensão, *cyborgs*, inteligência artificial etc. Entendemos, dessa forma, que uma das grandes vantagens, se poderíamos dizer isso, dos estudos de cibercultura é considerar esse conjunto de acontecimentos e contribuições teóricas como interligado, um referencial teórico de onde se parte para

argumentar sobre a dinâmica comunicacional contemporânea, pela relação do homem com os computadores ligados em redes e das pessoas entre si, por meio desse aparato. Esses elementos da tradição de pesquisa da cibercultura, portanto, funcionam como arcabouço teórico de sustentação para as diversas inquirições possíveis, ainda que não tenham atingido um grau de formalização e um *status* de Teorias da Comunicação.

Uma observação da produção de livros escritos nos últimos 10 anos e que se destaquem como referência para o estudo das tecnologias da comunicação dentro de uma perspectiva estritamente da cibercultura revelará uma quantidade reduzida de títulos. Tal questão não se constitui atestado de que nada de interessante tem sido desenvolvido, mas pode indicar que aquelas obras iniciais foram as de maior repercussão e carga teórica, constituindo-se em clássicos do estudo da cibercultura e que, atualmente, encontramos-nos em momento de renovação da base teórica de pesquisa das tecnologias digitais de comunicação, ao menos no que se refere àquele ponto de vista destacado. Isso, de forma alguma, significa que os estudos sobre computadores e internet como meios de comunicação tenham arrefecido; basta ver a elevada produção de artigos das universidades brasileiras ou americanas, por exemplo. Entretanto, os temas e linhas de pesquisa não têm variado muito dentro dessas perspectivas mencionadas.

Outra das questões que percebemos é que diversos autores que não se enquadram como estudiosos da cibercultura costumam se utilizar dessas propostas teóricas mencionadas anteriormente, uma vez que não há latifúndios ou terrenos cercados quando falamos em conhecimentos. Além disso, essa é uma boa indicação de que as contribuições aportadas pelo debate da cibercultura são pertinentes e ajudam no desvelamento das relações sociais contemporâneas. Assim, os pesquisadores que procuram investigar as tecnologias da comunicação e, entrando em contato com as ideias dos estudos ciberculturais, acabam encontrando um aglomerado de ideias e estudos, uma tradição que, contudo, não se formaliza em teorias amplamente aceitas, ainda que boa parte das discussões iniciais sobre o novo estágio de interação mediada por computadores e tecnologias da comunicação tenha partido de acadêmicos que o faziam numa perspectiva de exploração do ciberespaço e da cibercultura.

8. Considerações Finais

Neste capítulo, procuramos estabelecer os marcos históricos que nos permitem mapear o surgimento da cibercultura e a forma como seu tratamento foi sendo alterado pela interação do conceito com a sociedade. Uma vez que as ideias são lançadas, apropriadas pela coletividade, elas atingem níveis de significação diferenciados e que retratam a forma de entender determinado fenômeno de uma Era.

Também tivemos como objetivo apresentar a entrada do debate sobre a cibercultura no Brasil, fato que está intimamente relacionado com outra ponderação feita aqui: sobre a aproximação, quase automática, feita entre comunicação e cibercultura. Princípios uma avaliação sobre o motivo dessa identificação e em que bases ela pode ser entendida.

Apesar de alguns autores afirmarem que a cibercultura teria apenas seu nome vinculado tenuemente à cibernética, um estudo atento da obra de Norbert Wiener vai revelar o início de inúmeras discussões sobre a influência da tecnologia e da comunicação na sociedade, temas que ainda hoje despertam forte interesse de estudiosos das mais variadas especialidades. Tanto na amplitude de reflexão que permite, como na própria contribuição para a evolução de diversas tecnologias, especialmente a informática, a contribuição de Wiener e seu grupo foi decisiva.

Ao falarmos da contribuição da cibernética, entretanto, precisamos sempre colocar a contribuição da microinformática no mesmo patamar, pois foi um movimento que atuou em duas frentes com intuito de disseminar para toda sociedade a possibilidade do uso dos computadores: tanto foi um movimento ideológico de quebrar barreiras e lutar contra o monopólio da informação, como também foi um movimento de produção técnica e criativa de engenheiros e “micreiros” para desenvolver as ferramentas que permitissem os computadores tornarem-se pessoais, com interface amigável e simples manuseio para o cidadão comum.

O estudo desempenhado aqui em relação à cibercultura e suas bases teóricas, seu percurso histórico, suas relações com a técnica presente em computadores e na internet, e os aspectos relacionados às interações mediadas e dinâmicas da sociedade contemporânea são todos elementos que ajudam a construir não somente o quadro de referência, mas também favorecem a

articulação dos objetos de estudo da comunicação, em nosso caminho para a proposição de uma forma de pensar a epistemologia a partir da cibercultura.

No próximo capítulo, vamos continuar as discussões sobre a cibercultura, buscando tanto o entendimento do momento atual e dos fatores que influem decisivamente no fluxo de informações na sociedade, exigindo uma atualização do conceito e das abordagens de uma perspectiva centrada na cibercultura, como também procurando melhor entender essas variáveis que definimos aqui como: tecnologia, globalização e capitalismo.

CAPÍTULO IV – CIBERCULTURA E ATUALIDADE

Qual a importância de estudarmos, hoje, a cibercultura? Essa pergunta foi parcialmente respondida nos capítulos anteriores. Primeiro, quando propusemos a discussão epistemológica do que significa estudar comunicação atualmente, ou seja, quais são os objetos da comunicação e como seus estudos tem se renovado a partir da interação mediada por computadores e redes informáticas? Evidentemente, tal assertiva revela a necessidade de explicitar as bases teóricas de aproximação entre as duas áreas: a cibercultura e a comunicação, expediente que principiamos no capítulo anterior e que será retomada novamente mais adiante.

O segundo momento em que destacamos a importância de estudar a cibercultura na atualidade foi aquele em que procuramos detalhar e dissecar o termo, entendendo que a cibercultura significa, basicamente, as circunstâncias e desdobramentos culturais que aparecem com o uso massivo desse aparato tecnológico de comunicação mediada. Uma cultura que tem seus traços característicos, sua linguagem, seus grupos, seus desentendimentos e, naturalmente, disputas de poder social, político e econômico. Essa é, evidentemente, uma visão simplificada da cibercultura, uma vez que as consequências da formação dessa cultura digitalizada têm implicações no cotidiano de grande parte da população mundial: no trabalho, no estudo, nos relacionamentos interpessoais, convivemos naturalmente com os dispositivos tecnológicos; nossa interação com eles já é trivial, na maioria das vezes nem chega mais a ser percebida. Contudo, as consequências dessa naturalização da tecnologia e sua incorporação em nossa rotina têm implicações que devem ser estudadas, como parte de um processo de desenvolvimento humano. Seu entendimento contribui para o entendimento de nossa sociedade e do papel que a comunicação exerce como agenciadora de todas essas questões. É também por todos esses motivos que começamos a sugerir que a cibercultura não seja apenas uma construção prática (ou seja, dos fatos observáveis no cotidiano) e simbólica, como sugere Rüdiger, mas que também possa ser tomada como um campo de estudos que aborda os objetos da comunicação a partir de algumas perspectivas específicas que unem atualidade, complexidade, tecnologia etc.

Uma vez que tratamos dos aspectos históricos, simbólicos e teóricos no capítulo anterior, nas próximas páginas buscaremos analisar detidamente quais são as circunstâncias que tem

influência na cibercultura de forma prática, basicamente atuando como forças de expansão e restrição para seu desenvolvimento e para o livre fluxo de informações. Ou seja, pretendemos dedicar as discussões a seguir para entender como a cibercultura se apresenta na sociedade contemporânea, no atual estágio de desenvolvimento em que nos encontramos. Para isso, investigamos três fenômenos centrais dos estudos em Comunicação hoje: a tecnologia, a “sociedade de consumo” (enquanto expressão do capitalismo, do dinheiro) e a globalização. Com esse percurso, pretendemos contribuir com o debate sobre a constituição de um conhecimento da comunicação em nosso tempo.

1. Tecnologia

Antes de iniciar, entendemos ser necessário destacar que nosso objetivo aqui não é traçar um panorama completo das discussões que envolvem a tecnologia, desde os primeiros autores até os dias de hoje. Seria um trabalho muito grande e que não se constitui o foco de nossos estudos.

Dito isso, é importante destacar que já havíamos introduzido a discussão sobre alguns aspectos da tecnologia no capítulo anterior, quando tratarmos dos conceitos originadores da cibercultura. Desde o despertar do pensamento cibernético, havia uma reflexão sobre o desenvolvimento da tecnologia e da forma pela qual o homem poderia utilizar os elementos – naturais e também aqueles por ele criado – para alcançar uma organização social mais coerente, com menos falhas, sofrimento e incertezas.

O pensamento associado ao desenvolvimento da técnica é comumente chamado de pensamento tecnológico e entendemos ser importante debater os conhecimentos gerados a partir dessa perspectiva.

1.1 O pensamento tecnológico

Val Dusek identifica quatro caracterizações para a tecnologia: (a) a tecnologia como instrumental; (b) a tecnologia como regras; (c) a tecnologia como sistema; e (d) a tecnologia como ciência aplicada.

A primeira, da tecnologia instrumental, é bastante intuitiva e diz respeito às ferramentas e máquinas que o homem utiliza para facilitar suas atividades (computadores, foguetes etc.). Apesar da simplicidade da definição, há algumas restrições que impedem sua plena aceitação, como nos casos em que não seriam necessários esses utensílios para a existência da tecnologia (psicológica, por exemplo).

Como regra, a tecnologia poderia ser resumida na centralidade dos padrões ‘meios-fins’, desenvolvidos sistematicamente. Ou seja, os procedimentos que empregam as ferramentas e máquinas são mais importantes do que estas, pois governam a sua utilização. É o que Jacques Ellul chama de técnicas aquiescentes a regras (DUSEK, 2009, p. 48).

Já na perspectiva da tecnologia como sistema, Dusek considera que “para que um artefato ou peça de instrumental seja tecnologia, ele precisa ser colocado no contexto das pessoas que o usam, que o mantém e reparam. Isto dá origem ao sistema tecnológico, que inclui o instrumental, assim como as habilidades humanas necessárias para operá-lo e mantê-lo” (DUSEK, 2009, p. 50).

O autor continua a construção do conceito afirmando que “definir a tecnologia simplesmente como ciência aplicada é enganoso histórica e sistematicamente” (p. 50) uma vez que houve inúmeras invenções que se desenvolveram sem um conhecimento propriamente científico de seus inventores; seja pela inexistência da ciência – que, baseada em métodos e na noção de experimento controlado, dataria do século XVII – ou, ainda, seja pelo fato de seus princípios não serem do conhecimento de tais inventores.

É interessante notar que essa noção não restringe a tecnologia como algo estritamente dependente da ciência, pois, embora hoje a associação dessas duas perspectivas seja

considerável, tendo inclusive originado o conceito de tecnociência, há diversas correntes que ponderam o fato de não ser obrigatório haver ciência para que se tenha tecnologia. Um exemplo famoso é o de Thomas Edison (1847-1931) que fez inúmeras descobertas no campo da eletricidade, mesmo sem ter conhecimento da teoria eletromagnética. Dusek combina essas definições na seguinte acepção da tecnologia: “a aplicação de conhecimento científico ou de outro tipo a tarefas práticas por sistemas ordenados que envolvem pessoas e organizações, habilidades produtivas, coisas vivas e máquinas” (2009, p. 53). Para o autor, “quando incluimos a publicidade, a propaganda, a administração governamental e todo o resto, é mais fácil perceber como o sistema da tecnologia pode controlar o indivíduo, não vice-versa, como no caso das ferramentas simples” (Ibid.).

1.2 Tecnologia na perspectiva filosófica

A amplitude dos estudos que tratam do fenômeno técnico é grande. Para uma caracterização adequada, André Lemos, por exemplo, propõe uma abordagem multidisciplinar que passa pela filosofia crítica da técnica, pela perspectiva etno-zoológica de André Leroi-Gourhan e filosófica de Bernard Stiegler, pela abordagem genealógica e gestáltica de G. Simondon, pela filosofia da técnica de M. Heidegger e, por fim, pela perspectiva socioantropológica de J. Ellul, L. Mumford e O. Spengler (2008, p. 15).

Neste trabalho, não objetivamos analisar todas essas diferentes formas de abordagem do fenômeno. Por outro lado, pretendemos destacar algumas caracterizações que nos ajudam a ter uma ideia geral sobre a técnica e a tecnologia. Acerca dessas duas acepções, é bom destacar que muitos autores procuram estabelecer uma distinção. O próprio André Lemos afirma que há muita confusão entre os termos e, para ele, tecnologia seria a técnica moderna, e surge a partir da “naturalização dos objetos técnicos e da sua fusão com a ciência” (2008, p. 37).

Portanto, sob a denominação de Filosofia da Tecnologia, encontramos um conjunto de ideias, reflexões e correntes de estudo que tem buscado, nas últimas décadas, dar conta das questões relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, especialmente das relações entre a tecnologia e a sociedade. Como toda forma de explicar os fenômenos da existência, é composta de conceitos e modos de pensar muito distintos, por vezes conflitantes. Afastando-se de tais

polêmicas, o interesse deste trabalho de investigação é avaliar como os estudiosos percebem a evolução da tecnologia no seio das culturas humanas.

Ao resgatar as primeiras reflexões sobre a técnica, Andrew Feenberg, explica que a palavra *techne* vem do grego e quer dizer o conhecimento ou a disciplina que se associa com uma forma de *poiesis* (atividade prática de fazer ou produzir algo). Por exemplo, a medicina é uma técnica cujo objetivo é curar o doente; a carpintaria uma técnica cujo propósito é construir a partir da madeira. Para filósofos da Grécia antiga, cada técnica possui um propósito e um significado para os artefatos, e que orientam sua produção. As *technai* (plural de *techne*) mostram a "maneira correta" de fazer coisas. Embora os artefatos dependam da atividade humana, o conhecimento contido nas *technai* não é passível de opinião ou intenção subjetiva e os propósitos das coisas que são feitas compartilham dessa objetividade (FEENBERG, 2003, p. 2).

Para Val Dusek, diferente dos ramos mais tradicionais, a filosofia da tecnologia possui uma existência relativamente nova. Os primeiros importantes expoentes dessa corrente de pensamento teriam sido Francis Bacon, por volta de 1600, e Karl Marx, no começo do século XIX (2009, p. 16).

Já para Andrew Feenberg, a filosofia da tecnologia começa com os gregos e seria o fundamento de toda a filosofia ocidental, pois os gregos interpretavam o ser como tal, através do conceito de fabricação técnica. A tecnologia tem um baixo estado na alta cultura das sociedades modernas, mas estava, de fato, já na origem dessa cultura e, a se crer nos gregos, contém a chave da compreensão do ser como um todo (2003, p. 4).

Dusek acredita que foi somente a partir das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki que uma consciência mais crítica em relação à tecnologia aflorou. Ou seja, até a tecnologia ter mostrado sua face mais cruel, por meio de dispositivos tecno-científicos de destruição em massa, provavelmente vigorava, no senso comum, a ideia de tecnologia neutra, nem boa nem má – o que é, por vezes, chamado de filosofia instrumentalista da tecnologia e acaba sendo adotado irrefletidamente por muitas pessoas. O advento das bombas atômicas, então, colocava um novo dilema ético para a humanidade, sobre o uso da tecnologia e sobre o direito que teriam os seres humanos de levar adiante determinados empreendimentos em relação aos quais não tinha o completo domínio (2009, p. 10).

Ainda de acordo com este autor, a maior parte do desinteresse inicial dos filósofos pela tecnologia seria devido à premissa de que esta é a “simples aplicação da ciência e que a tecnologia é sempre benéfica” (2009, p. 9). Ou seja, nesse contexto, havia pouco espaço para discussões a respeito. A situação estava ‘dada’.

Feenberg, por sua vez, acredita que “a ciência e a tecnologia partem do mesmo tipo de pensamento racional baseado na observação empírica e conhecimento de causalidade natural, mas a tecnologia não está relacionada com a verdade e sim com a utilidade” (2003, p. 1). Para este autor, a filosofia da tecnologia pertence à autoconsciência de uma sociedade como a nossa e ensina a refletir sobre o que tomamos como assegurado, notadamente a modernidade racional.

Ainda de acordo com Feenberg, as sociedades modernas – especialmente a partir do século XVIII – emergem do questionamento das formas tradicionais de pensamento e obrigam que as instituições se justifiquem como úteis para a humanidade. E, sob o impacto dessa demanda, “a ciência e a tecnologia se tornaram a base para as novas crenças”, influenciando decisivamente a cultura e colocando-se como a escolha ‘racional’. Nessa perspectiva, “a tecnologia torna-se onipresente na vida cotidiana e os modos técnicos de pensamento passam a predominar acima de todos os outros” (2003, p. 1).

Organizando os tipos de debates dos quais os filósofos da tecnologia se ocupam hoje, Feenberg também identifica quatro ‘formas’ de encarar essa discussão:

A Tecnologia é:	Autônoma	Humanamente Controlada
Neutra (separação completa entre meios e fins)	Determinismo (por exemplo: a teoria da modernização)	Instrumentalismo (fé liberal no progresso)
Carregada de Valores (meios formam um modo de vida que inclui fins)	Substantivismo (meios e fins ligados em sistemas)	Teoria Crítica (escolha de sistemas de meios-fins alternativos)

Essas quatro perspectivas seriam: instrumentalismo, determinismo, substantivismo e teoria crítica, conforme destacado em negrito no quadro acima criado por esse autor.

O instrumentalismo segue a mesma ideia da ‘tecnologia instrumental’ citada por Dusek, mas para Feenberg, ele é resultado do encontro entre a o controle humano e a neutralidade de tecnologia, de forma que esta seja apenas um instrumento para satisfazer nossas necessidades.

O próximo quadro é o do determinismo, com a visão de que a força motriz da história é o desenvolvimento tecnológico. De acordo com o autor, os deterministas acreditam que a tecnologia não é controlada humanamente e, na verdade, molda a sociedade às exigências de eficiência e do progresso.

Seguindo, temos a junção da ‘tecnologia carregada de valores’ com a ‘tecnologia autônoma’, gerando o ‘substantivismo’ que, segundo Feenberg, é uma posição mais complexa e interessante do que as duas primeiras, por atribuir valores substantivos à tecnologia, ou seja, ela não seria neutra. Basicamente, a perspectiva substantivista afirma que a escolha por um caminho de aceitação do desenvolvimento tecnológico, leva a uma sociedade tecnológica, “um tipo específico de sociedade dedicada a valores tais como a eficiência e o poder” (2003, p. 7). Essa posição é comparada por Feenberg com o dinheiro, que fora de seu lugar, corrompe e diminui pessoas e coisas. Esse posicionamento é interessante e relevante, sendo que trataremos deste tema mais a frente no capítulo.

Existem semelhanças entre essa perspectiva e o determinismo, mas para esse último, a visão sobre tecnologia é mais otimista e progressista. No substantivismo, ainda segundo o autor, a visão é mais crítica e a tecnologia autônoma é vista como malévola e ameaçadora. Para Feenberg, o filósofo alemão Martin Heidegger foi o mais famoso teórico substantivista, que sustentou – entre muitas outras ideias – que a modernidade se caracteriza pelo triunfo da tecnologia sobre todos os valores (2003, p. 8). Não abordaremos mais do pensamento de Heidegger neste trabalho, pela vastidão e profundidade, mas é importante saber que suas contribuições tiveram e tem, ainda hoje, muita influência nos estudos sobre técnica e tecnologia.

O último dos quadros apresentados por Feenberg é o da teoria crítica e seria aquele em que o próprio autor se enquadra. Essa teoria reconhece o potencial catastrófico do desenvolvimento tecnológico ressaltado pelo substantivismo, mas entende que é possível a criação de instituições mais adequadas para um controle humano desse processo, apesar de o próprio autor não fornecer indicações muito claras de como se daria tal processo.

Deve-se observar que essa perspectiva é formada pela junção da visão instrumental (a tecnologia é controlável em algum sentido, não como ferramenta, mas como estrutura para estilos de vida) com a premissa substantivista da tecnologia carregada de valores. A tecnologia limita ou fixa certas premissas para o desenvolvimento, como a eficiência, mas permite a escolha entre estilos de vida diferentes, de acordo com objetivos distintos.

Esta forma de ver o desenvolvimento tecnológico permite pensar além das opções deterministas, vislumbrando o estado mais avançado do ponto de vista social e ético, em que podemos chegar num futuro não muito distante, desde que passemos a ter uma relação mais madura e reflexiva em relação à tecnologia, efetivamente permitindo a participação das pessoas em todo o processo. Como conclui Feenberg, “é preciso assumir uma altura muito grande para, abaixando o olhar ao gênero humano, deixar de ver a diferença entre armas eficientes e remédios eficientes, propaganda eficiente e eficiente educação, exploração eficiente e eficiente pesquisa” (2003, p. 10).

As ideias dos dois autores que focamos até aqui no capítulo – Val Dusek e Andrew Feenberg-, proporcionam uma linha crítica para a discussão da tecnologia, explicitando de forma clara e articulada as principais variáveis envolvidas desde o princípio da discussão sobre a técnica. Acreditamos que os trabalhos que se dediquem ao estudo da cibercultura não podem deixar de considerar as implicações do ‘pensamento tecnológico’ e sua evolução no decorrer do tempo, uma vez que nos fornecem parte da base teórica a partir da qual podemos discutir hoje as relações entre as pessoas, a internet e os computadores pessoais. Ou, como afirma André Lemos, “não podemos compreender os paradoxos, as potencialidades e os conflitos da tecnologia na atualidade sem uma visão da história da tecnologia e de seus simbolismos respectivos; sem ter percorrido as principais correntes da filosofia da técnica” (2008, p. 26).

Acreditamos que essas abordagens desenvolvidas até aqui nos forneçam um bom quadro de referência a partir do qual pensar a tecnologia para além das disposições deterministas, de seu uso instrumental, com uma carga teórica interessante e ampla, que considera os diversos aspectos de uma complexidade real em que se encontram as sociedades atuais.

Para finalizar este breve apanhado dos elementos essenciais discutidos pela filosofia da tecnologia, destacamos o trabalho de Francisco Rüdiger. Também atento às possibilidades de

reflexões dentro da temática da cibercultura, ele apresenta uma análise crítica do desenvolvimento tecnológico, considerando todos esses autores e alguns outros. Entretanto, o que nos interessa de seu ponto de vista – para o momento – é uma clara vinculação que esse autor faz entre o desenvolvimento tecnológico e o progresso capitalista.

Ora, no capítulo anterior destacamos historicamente – com base nas percepções de Wiener e Breton – o momento em que os grandes investimentos em tecnologia de computadores movem-se dos projetos militares de defesa dos EUA para os projetos de expansão das comunicações e manipulação de dados em empresas – especialmente as grandes multinacionais que começavam a surgir por volta das décadas de 1950 e 1960.

Hoje, com os sistemas de fluxo e acúmulo de dados bastante evoluídos e estabilizados, boa parte dos investimentos em tecnologia e inovação (pesquisa e desenvolvimento como muitos gostam de chamar) das grandes corporações se voltam cada vez mais para o trabalho de inovação em produtos para o consumo, seja na busca de novas funcionalidades, seja no nível estético. Falaremos amplamente sobre a ‘sociedade de consumo’ – que é bastante estimulada a partir dessa base de desenvolvimento tecnológico e econômico – mais a frente neste capítulo.

Rüdiger avalia que, na perspectiva de um pensamento tecnológico, “a tecnologia exerce uma grande influência, a principal, no destino da humanidade e que o progresso da técnica tem um cunho – em última instância – independente relativamente a outros fatores intervenientes na vida em sociedade” (2007, p. 16).

Esse autor identifica, ainda, uma classificação dos teóricos, estudiosos e críticos do pensamento tecnológico em duas correntes: os prometeicos seriam aqueles que “defendem – às vezes pouco racionalmente – a faculdade emancipatória e beneficente da técnica moderna” (2007, p. 17). Já os fáusticos seriam os que, por outro lado, passaram a ver a tecnologia como “uma armadilha montada para si mesma pela humanidade progressista” (p. 18).

Finalizamos este trecho com Gordon Graham que resume nosso próprio entendimento em face de todos os conceitos aqui apresentados ao afirmar que “precisamos, antes de mais nada, evitar a crença de que as novidades tecnológicas são positivas apenas por serem novas, ou são negativas apenas por serem tecnológicas” (GRAHAM, 1999, p. 14-16).

1.3 Tecnologia: prós e contras

Para Val Dusek, muitos autores tentaram caracterizar a essência humana. Para alguns, o aspecto fundamental de caracterização do homem seria sua capacidade de criar ferramentas. Outros, negando que a confecção de ferramentas seja central para a natureza humana, afirmaram que a mente, a linguagem ou o simbolismo são as características mais importantes de um ser humano (2009, p. 152).

Ainda de acordo com Dusek, a perspectiva adotada por esses autores depende da postura de cada um deles em relação à tecnologia. Aqueles que a enxergam como benéfica classificam os humanos primariamente como fabricantes de ferramentas. Por outro lado, os que veem mais perigo na tecnologia tendem a enfatizar a mente humana ou a linguagem, em oposição ao tecnicismo (2009, p. 152).

Concordamos com Rüdiger, quando este afirma que seria demasiadamente grande a tarefa de recapitular o enfrentamento que, há séculos, opõe os porta-vozes da tendência humanista às expressões do tecnicismo moderno. O autor, contudo, nota que “desde a eclosão da polêmica sobre a cultura de massa no período entre-Guerras, pelo menos, o fato é que, embora os termos da perspectiva estejam muito claros, o humanismo está em posição defensiva, senão perdido diante do oponente todo-poderoso que representa o tecnicismo” (2007, p. 118).

Ao resumir a perspectiva de diversos autores sobre o tema, Rüdiger afirma que o pensamento humanista busca chamar a atenção para os excessos do avanço do tecnicismo e do maquinismo na sociedade cotidiana, alertando para a necessidade de um posicionamento mais maduro e responsável frente a esse processo. Contudo, ele pondera se essa ideia não estaria ultrapassada pelos fatos do mundo, pelas evidências da realidade histórica (2007, p. 119).

Trazendo à tona sua já explicitada posição que privilegia a análise econômica, Rüdiger afirma que “as subculturas científica e humanística, como outras tantas, estão agora subsumidas ao movimento da indústria cultural e da nova tecnocultura (a cibercultura)” (idem, p. 120).

O autor ressalva, entretanto, que há alternativas intelectuais ao pensamento tecnológico. E afirma que a questão não é ser contra ou a favor da influência da tecnologia nas culturas contemporâneas, “mas pensar a maneira como ela pode ser direcionada de modo a criar uma

sociedade mais avançada e a ajudar um maior número de pessoas a desenvolver livre e criativamente sua individualidade” (Rüdiger, 2007, p. 121). Tal observação, notamos, se assemelha ao princípio crítico de Feenberg.

Rüdiger conclui, então, que o estudo da cibercultura deve fugir dessas posições doutrinárias, seja de oposição ou de louvor, buscando uma atitude mais crítica, analítica, com uma reflexão que mantenha distância tanto do humanismo quanto do pensamento tecnológico (p. 122).

Nessa linha, André Lemos acredita que no estágio em que nos encontramos

a tecnologia e a sociedade não podem mais ser reduzidas às análises unilaterais que se desenvolveram durante os séculos da modernidade industrialista, e não precisamos insistir muito sobre a saturação dos paradigmas científicos e os impasses de seus métodos, para nos darmos conta desse estado de coisas (p. 25).

É, de fato, necessário desvelar nosso novo paradigma sociocultural e os elementos que o constituem e que, naturalmente, vão além das determinações da tecnologia.

Para continuar com a investigação dos elementos que influenciam na conformação de nossa civilização contemporânea, em que a cibercultura se coloca em novo patamar de importância, abrangência compreensão, que trataremos agora do estudo do capitalismo e do consumo e porque tal variável nos interessaria.

2. Capitalismo e consumo

Interessa-nos aqui, especialmente, investigar de que forma o desenvolvimento tecnológico que, como vimos, há muitas décadas passou a ser regido pelo interesse comercial das empresas, influencia na organização social e nas formas de interação no ciberespaço. Para alguns autores, um dos principais símbolos do triunfo do capitalismo estaria expresso, na sociedade contemporânea, no fato de a tecnologia ser um elemento dominante, senão definidor, do ambiente em que vivemos.

Antes, porém, consideramos ser útil articular algumas definições básicas acerca do capitalismo e a busca da identificação de como este tem influenciado a sociedade contemporânea, em especial no que concerne à comunicação. Dentro dessa abordagem, introduziremos a problemática do consumo que, hoje, se mostra como um das consequências do desenvolvimento capitalista nas culturas mundiais.

Não temos a pretensão de fazer um resgate histórico completo do desenvolvimento do capitalismo desde seu nascimento na Europa (principalmente quanto à literatura econômica especializada), uma vez que esses pontos já foram exaustivamente debatidos, especialmente no decorrer dos últimos cem anos. Na verdade, faremos um breve resgate de algumas ideias que são necessárias às nossas problematizações.

Assim, de acordo com o Bobbio (1983), há duas principais conotações que poderiam ser atribuídas ao termo capitalismo. Uma mais restrita que designaria o capitalismo como sendo uma parte (o subsistema econômico) de um todo mais amplo e complexo que se preferiria chamar, por exemplo, de sociedade industrial, sociedade complexa etc. A outra acepção seria mais ampla e teria a pretensão de qualificar a sociedade no seu todo como formação social, historicamente qualificada, de forma determinante, pelo seu modo de produção. Nesse sentido, capitalismo designa, então, uma "relação social" geral (BOBBIO: 1983, p. 151).

Para complementar esses conceitos, pode-se elencar algumas características que distinguem o capitalismo dos outros modos históricos de produção, a saber: a) propriedade privada dos meios de produção, que são operados por mão de obra assalariada e livre; b) sistema de mercado, baseado na iniciativa e na empresa privada, não necessariamente pessoal; c) processos de racionalização dos meios e métodos diretos e indiretos para a valorização do capital e a exploração das oportunidades de mercado para efeito de lucro (BOBBIO, 1983, p. 151).

Não é possível estabelecer uma ordem de prioridades entre tais elementos característicos do capitalismo, pois seus fatores constituintes estão intrinsecamente relacionados uns aos outros e podem gerar interpretações divergentes, de acordo com as formas de avaliação propostas. Ou seja,

um modelo que dá valor fundamental à relação trabalho assalariado-capital, segundo a tradição marxista, leva a leituras e a prognoses da dinâmica capitalista muito diferentes

dos modelos construídos sobre a prioridade dos processos de racionalização do agir, segundo a tradição weberiana (BOBBIO, 1983, p. 152).

De qualquer forma, acreditamos que o mais certo seria não limitar a definição e a circunscrição dos elementos característicos do capitalismo como um simples subsistema econômico, mas sim entendê-lo enquanto fenômeno social, político e histórico. Isso porque nenhum de seus elementos constituintes “pode existir sem fatores contextuais extra-econômicos, sejam estes imputáveis a puras relações de força de poder ou a pressupostos culturais mais profundos” (BOBBIO, 1983, p. 152).

Aqui, então, acreditamos ser importante fazer uma análise mais detalhada dessas duas tradições de interpretação do fenômeno capitalista citadas. De acordo com Afrânio Catani (1980), as teorias marxista e weberiana apresentam pontos de vista bastante distintos e se destacam como as mais relevantes entre as que buscam explicar os fundamentos e o funcionamento do capitalismo. A perspectiva de Max Weber é chamada de culturalista e a de Carl Marx tem sido classificada como histórica (CATANI, 1980, p. 8).

Para Marx, o capitalismo se baseia na relação entre trabalho assalariado e capital, mais especificamente na valorização do capital através da mais-valia extorquida ao trabalhador. Esse trabalho perderia seu valor logo que entra no mercado das mercadorias capitalistas, tornando-se ele mesmo uma mercadoria (BOBBIO, 1983, p. 152).

Quanto às suas condições de existência, o capitalismo requer a concentração dos meios de produção por uma determinada classe social, além da existência de outra classe, a dos trabalhadores, que depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver (CATANI, 1980, p. 9). É importante perceber que, pela linha de pensamento marxista, mesmo estando inserido num sistema de plena liberdade jurídica, o trabalhador é obrigado a vender ‘livremente’ sua força de trabalho aos donos do capital. Seria, ao mesmo tempo, um sistema de dependência e de dominação, mascarado por ideais de liberdade burguesa. Como consequência, teríamos que a organização do mercado econômico capitalista conformaria a própria estrutura da sociedade, ou seja, “nesta ótica, deve ser entendida a primazia do agir econômico a respeito das formas e da institucionalização do agir social” (BOBBIO, 1983, p. 152).

Estaria revelado, dessa forma, um dos princípios básicos de legitimação do sistema capitalista, pela necessidade que caracteriza a venda da força de trabalho por parte do trabalhador livre: se não há sistema capitalista, não há meio de subsistência. Assim, o sistema capitalista é legitimado em termos de função, não de domínio direto. “O domínio através da economia assume a forma de dependência funcional” (BOBBIO, 1983, p. 153).

Convém, ainda, observar um fundamento conceitual que consumiu boa parte das reflexões de Marx: o das contradições internas do sistema (CATANI, 1980, p. 71), como o fato de o capitalismo promover uma socialização do trabalho, ao mesmo tempo em que instaura uma privatização dos meios de produção, entre outras que levariam – no estágio final – a uma revolução do proletariado para que pudesse ser estabelecida uma nova ordem e uma divisão comunal dos lucros.

A perspectiva marxista seria histórica porque descreve de que maneira os requisitos para a existência do capitalismo foram historicamente estabelecidos a partir da transformação das relações econômicas dominantes no Feudalismo (CATANI, 1980, p. 9). Além do fato de que Marx buscou atribuir um caráter transitório a esse sistema de produção (BOBBIO, 1983, p. 153), considerando que ele era hegemônico naquele momento por conta de questões historicamente e socialmente localizadas e, dessa forma, teria seu período de desenvolvimento e, posteriormente, declínio e superação por outros modelos.

Por fim, cabe-nos apontar que a perspectiva marxista de “ruína do capitalismo” – inevitável pelo fundamento das contradições – mostrou-se incompleta no decorrer das últimas décadas, especialmente se observarmos o incrível poder de adaptação desse sistema. Mesmo com todas as crises que ocorreram no século passado, e com toda a desigualdade existente no mundo, o capitalismo continua sendo dominante na quase totalidade dos países, mesmo que com variantes expressivas, tendo superado a opção socialista – não a que foi idealizada, mas a que foi praticada – e aguardando ainda o advento de uma nova via para que possa sair de cena.

No início do século XX, as formulações de Marx tornaram-se a doutrina oficial do movimento operário, que toma grandes proporções e coloca em situação desconfortável o mundo ideológico e político do antigo liberalismo (BOBBIO, 1983, p. 153). A partir desse desafio de repensar as ciências sociais, alguns autores começam a desenvolver estudos sistemáticos sobre o

capitalismo. Entre esses, destaca-se Max Weber. Sua contribuição envolve, basicamente, duas questões: a identificação dos requisitos culturais que permitem o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo e a formalização da especificidade do capitalismo ocidental moderno na sua relação com outros modos de produção históricos e não ocidentais.

Em seus estudos, Weber identificou que fatores culturais – especialmente ligados à ética calvinista e amplamente difundidos pela Reforma Protestante – tiveram forte influência na difusão de uma conduta de vida favorável ao desenvolvimento capitalista, apoiando-se nos pressupostos de que a profissão era uma vocação e que o sucesso era uma expressão da vontade Divina (BOBBIO, 1983, p. 153). Em oposição à concepção católica de que o desprendimento em relação aos bens materiais era condição necessária à salvação, o protestantismo valorizava o trabalho profissional e o acúmulo de riquezas como meio de chegar ao paraíso (CATANI, 1980, p. 15). No entanto, com o passar do tempo, esse aspecto religioso foi sublevado por outras motivações menos ideológicas e mais “mundanas” como o desejo em possuir bens materiais (BOBBIO, 1983, p. 153).

Na sociedade moderna, a tradição weberiana colocaria o capitalismo como uma dimensão econômica centrada num racionalismo com forte dependência da burocracia administrativa e jurídica. Assim, “a essência desse capitalismo estaria nos processos de racionalização e otimização das oportunidades de mercado, inclusive o mercado do trabalho livre” (BOBBIO, 1983, p. 154).

Em relação à perspectiva marxista, Weber retira a importância da venda do trabalho assalariado e dos traços coercitivos da organização capitalista (condições de trabalho nas fábricas, por exemplo), considerando que tais elementos seriam apenas um dos aspectos de um todo mais complexo, caracterizado pelas “regras de troca geral”, esse sim, o fundamento principal do capitalismo (BOBBIO, 1983, p. 154). Esses conceitos permitem ilustrar que Weber recupera muitos dos argumentos do liberalismo, destacando que todas as regras são definidas pelo livre mercado, mas, ao mesmo tempo, tendo consciência de que o mercado é palco de infinitas disputas entre os homens e, portanto, fonte de tensões.

Contudo, o que era motivo de contradição para Marx (trabalho assalariado produzindo mercadorias e, estas, sendo trocadas por dinheiro), torna-se argumento de legitimidade do

sistema para Weber, uma vez que este último acreditava que “a crise do capitalismo não consiste em uma presumida contraditoriedade de seus elementos, mas na virtual extinção de sua dinâmica por obra de um poder burocrático” (BOBBIO, 1983, p. 154). Na linha da antiga tradição liberalista de Adam Smith, sem mercado livre, o pensamento weberiano acredita que somente sucederia o despotismo.

Conhecidas, então, as duas principais correntes teóricas do capitalismo, é importante dizer que há muita controvérsia em relação aos atributos fundamentais do capitalismo, sejam eles práticos ou ideológicos. Por isso, no decorrer da história, o sistema tem sido defendido e criticado por um número incontável de estudiosos, pesquisadores, escritores, políticos e economistas das mais diferentes escolas de pensamento e correntes ideológicas.

Aqueles que defendem o capitalismo exaltam sua capacidade de promover o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população, com mais disponibilidade de itens para a satisfação pessoal como alimentos, educação, lazer, habitação, vestuário e saúde. Além disso, há teóricos (como Keynes) que acreditavam que o capitalismo favoreceria a liberdade de “sobreviver e prosperar” (BELLAMY, 2003, p. 60).

Já para os que criticam o sistema, o capitalismo está associado a uma distribuição desigual de renda e, conseqüentemente, de poder, com uma tendência a distorções econômicas como o monopólio, além de um recorrente controle do governo por determinados setores hegemônicos da sociedade. Além disso, o capitalismo seria uma porta aberta para o imperialismo, guerras e várias formas de exploração econômica e cultural; a repressão dos trabalhadores e sindicalistas e fenômenos como a alienação social, discriminação, desemprego e instabilidade econômica. O capitalismo é considerado por muitos socialistas um sistema irracional em que a produção e a direção da economia não são planejadas, criando muitas incoerências e contradições internas, sob o pretexto de uma “autorregulação” sistêmica (BRANDER, 2006).

Concluída essa contextualização das principais correntes de entendimento do capitalismo, é hora de avançar nas discussões centrais das influências do capitalismo na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, entendemos que os autores tomados como referência para este Capítulo – Baudrillard, Lyotard, Giddens, Vattimo, Warnier, Passet, Sfez, Thompson, Sodré e Milton Santos – a nosso ver, tratam a influência do capital sobre os diversos aspectos do cotidiano, a partir diferentes e abrangentes perspectivas, das quais gostaríamos de destacar quatro, a saber: a) alastramento da influência do dinheiro em todos os campos da vida social e política; b) busca do dinheiro – e sua acumulação – como fim em si mesmo, o chamado fetichismo; c) propagação da ideia do consumo como forma de prazer supremo e realização de todas as necessidades do ser humano – outro fetichismo, o da mercadoria; e, por fim, d) a submissão dos conteúdos circulantes nos meios de comunicação em relação aos princípios do lucro, produtividade e audiência.

a) No que se refere à primeira abordagem – alastramento da influência do dinheiro em todos os campos da vida social e política – Rene Passet (2003) contribui de forma irônica ao afirmar que “transformado em critério universal, o dinheiro invade tudo: o esporte, os meios de comunicação, a arte, a saúde e até mesmo – segundo as más línguas – a política. Invadindo todas essas esferas, ele desvirtua sua natureza...” (PASSET, 2003, p. 64).

Para os meios de comunicação, uma das consequências dessa difusão da influência do dinheiro é a notória concentração de grandes porções do mercado midiático nas mãos de poucos grupos empresariais. Naturalmente, no sistema capitalista, essa é uma constante para inúmeros “ramos” econômicos, não somente da mídia. Essa observação serve, inclusive, de alerta para o fato de que, hoje, temos um “mercado” de produtos de comunicação e que este segue basicamente, *mutatis mutandis*, as mesmas influências do capitalismo global que os demais setores econômicos.

Thompson (2011) analisa o fato no decorrer da história dos meios de comunicação de massa e complementa que, além dessa aglutinação, os processos de crescimento e de consolidação dos grupos midiáticos assumem cada vez mais um caráter multimídia na medida em que “grandes corporações vão adquirindo participação crescente nos vários setores das indústrias da mídia, desde as edições de jornais locais e nacionais às transmissões televisivas via satélite, das publicações de livros e revistas à produção e distribuição de filmes” (THOMPSON, 2011, p. 112).

Isso explica em boa medida porque uma fatia considerável dos novos mercados midiáticos advindos com as inovações tecnológicas, como a internet, ficam com tradicionais empresas do setor de comunicações. Como exemplo, podemos citar os grandes sites (ou portais) da internet de grandes jornais de circulação nacional no Brasil, como *folha.com* e *estadao.com*. Ou ainda, a atuação das “Organizações Globo”, na transmissão de canais abertos de televisão, canais pagos na tv fechada, na produção de filmes para o cinema nacional, na manutenção de site na internet (especialmente para interação com os telespectadores), na editoração de livros etc.

b) Já em relação à segunda perspectiva – a busca do dinheiro como fim em si mesmo, Milton Santos (2011) aponta que ele, hoje, torna-se onipresente e “fundado numa ideologia, esse dinheiro sem medida se torna a medida geral, reforçando a vocação para considerar a acumulação como uma meta em si mesma”. Investigando os efeitos que esse quadro tem sobre as pessoas, ele vai além e afirma que essas condições criam um círculo vicioso “dentro do qual o medo e o desamparo se criam mutuamente e a busca desenfreada do dinheiro tanto é causa como consequência do desamparo e do medo” (SANTOS, 2011, p. 56).

Passet refaz o percurso histórico do desenvolvimento do capitalismo e, especialmente, analisa os postulados do liberalismo de Adam Smith, nos quais o dinheiro representaria simplesmente a outra face da troca, em relação à mercadoria; assim, contar moeda seria o mesmo que contar as riquezas “reais”, efetivamente produzidas por uma nação. Contudo, Passet observa que “um pouco mais tarde, no entanto, Keynes mostraria que o dinheiro também é desejado por si mesmo, e que esta ruptura de simetria em relação à economia ‘real’ pode ter consideráveis consequências para o equilíbrio econômico” (PASSET, 2003, p. 62). Por outro lado, o autor denuncia que o sistema é eficiente em propagar as virtudes de harmonia social do liberalismo/capitalismo e, por isso, para chegarmos à ideia de que “a busca do dinheiro, instrumento de felicidade de todos, é boa em si mesma, e que a ela podemos entregar-nos sem reservas, não há mais do que um passo a ser dado, e não custa nada. Eis então que o meio torna-se a finalidade” (PASSET, 2003, p. 63).

Percebe-se, então, que a discussão sobre a ansiedade na acumulação de capital não é nova e, ainda assim, o tema encontra-se em aberto. O dinheiro em estado puro, como classifica Milton Santos, se coloca institucionalmente na sociedade atual e, mais importante: pelo exposto até aqui,

é possível inferir que uma parte do sucesso do sistema capitalista parece vir exatamente da imagem de sucesso que ele passa daqueles que fazem parte do ‘jogo’ – ou seja, aqueles que conseguem, ou aceitam, sua inserção no sistema (cuja lógica produtiva é a da eficiência). Aí, já de saída, e de forma que poderíamos até classificar como ideológica, o próprio sistema se legitimaria e a busca pelo dinheiro se colocaria como meta de sucesso na sociedade como um todo – é a reedição da tendência indicada por Weber quanto à moral protestante; contudo, no lugar da salvação da alma, o trabalho e a riqueza significariam a satisfação do corpo.

Por fim, diríamos que qualquer proposta de legitimação que seja tão ousada a ponto de desejar passar uma determinada imagem de sucesso para todas as pessoas de uma sociedade, não poderia almejar fazê-lo sem a cumplicidade dos meios de comunicação, motivo pelo qual o controle da mídia tem sido motivo de tensões desde o surgimento das comunicações massivas, inicialmente sob controle dos Estados Nacionais e, posteriormente, distribuídas em concessão para grupos econômicos.

c) A forma pela qual essa imagem de sucesso capitalista é, hoje, mais contundentemente propagada é representada pelo “consumo”. Consideramos essa perspectiva tão importante que colocamos no título deste item, junto ao capitalismo. A discussão dessa terceira abordagem está centrada exatamente na propagação da ideia do consumo como forma de prazer supremo e realização de todas as necessidades do ser humano – chamado por alguns autores como “o fetichismo da mercadoria”.

A lógica seria a de que se não é possível defender o trabalho pelo que ele é, ou seja, desprovido de realização pessoal e prazer, então devemos valorizá-lo por aquilo que ele pode proporcionar: o dinheiro que permitirá ao trabalhador consumir e, assim, realizar-se, contribuindo assim para a legitimação dessa dinâmica.

Um dos primeiros e mais incisivos autores que tratam da questão do consumismo contemporâneo é Baudrillard. Já em 1968, ele relatava como o consumo surgia de forma institucionalizada, emaranhada na sociedade moderna “como modo ativo de relação (não só com os objetos, mas ainda com a coletividade e o mundo), como modo de atividade sistemática e de resposta global, que serve de base para todo nosso sistema cultural” (BAUDRILLARD, 1968, p. 11). É interessante notar o fato de que, na percepção de Baudrillard, a cultura passava a ser

influenciada pela ideia do consumo; ou seja, se considerarmos o que Warnier afirma, de que a cultura é como uma bússola que orienta o modo de agir para os indivíduos, poderíamos inferir que o consumo é, hoje, um dos comportamentos que guiam as ações em sociedade e que o capitalismo, de forma astuciosa e premeditada, inseriu diversas formas de comportamento no sistema cultural, cuja origem está numa questão econômica.

E haveria, então, uma cultura do consumo, em que a importância fundamental reside na ideia da novidade (BAUMAN, 1999, p. 92). Pois, se o indivíduo consumidor não tivesse qualquer interesse pela novidade, o consumo se resumiria às trocas dos bens existentes somente quando a “vida útil” daquele utensílio chegasse ao fim. E isso não parece ser o que acontece, ao menos em boa parte dos casos. É nessa perspectiva que surge a ideia de fetichismo, ou seja, um desejo nunca realizado, pois sempre haverá novos objetos, com cada vez mais apelo estético e menos atributos de qualidade ou de conteúdo. Esse entendimento nada tem de ideológico; simplesmente resulta da análise de que se a ideia central para a perpetuação da cultura do consumo é a novidade, também as empresas precisam se estruturar em torno dessa ideia e, assim, produzir em alta velocidade e em grandes quantidades, pois os objetos são todos descartáveis, perecíveis, voláteis.

Para Milton Santos, “o consumo, tornado um denominador comum para todos os indivíduos, atribui papel central ao dinheiro nas suas diversas manifestação; juntos, o dinheiro e o consumo aparecem como reguladores da vida individual” (SANTOS: 2011, p. 56).

Baudrillard diz, ainda, que “à nossa volta, existe hoje uma espécie de evidência fantástica do consumo e da abundância, criada pela multiplicação dos objetos, dos serviços e dos bens materiais, originando como que uma categoria de mutação fundamental na ecologia da espécie humana” (BAUDRILLARD, 1968, p. 15). Por isso, o consumo criaria como que uma áurea mística em torno dos objetos, especialmente os tecnológicos. E, com uns poucos trocados (ou muitos), é possível adquirir o fogo que o titã Prometeu roubou de Zeus; mas esse fogo proporciona apenas uma sensação de satisfação temporária, pois logo será lançada a versão 2.0.

Para que se tenha uma ideia da extensão do problema do consumo, numa palestra realizada durante o Fórum Internacional de Comunicação e Sustentabilidade 2012 (FICO.SU), em 20 de setembro de 2012, o Prêmio Nobel da Paz 2007, Mohan Munasinghe revelou

estimativas de que se todos os habitantes do planeta tivessem um padrão de consumo de uma família de classe média americana, seriam necessários, hoje, de 5 a 6 planetas Terra para suprir a demanda de recursos naturais. Ao mesmo tempo em que esse dado ilustra a insustentabilidade do estímulo irrestrito ao consumo, também aponta para o fato de que é preciso ter bastante cuidado ao atribuir que o consumo é uma lógica global, igualmente compartilhada por todas as nações nas mesmas condições e dimensões.

d) O último dos aspectos que queremos abordar, no momento, é o da influência do capitalismo nos conteúdos circulantes nos meios de comunicação; ou seja, de que forma preceitos como lucro e audiência interferem na qualidade daquilo que se veicula. Essa problemática foi estudada de forma notória pelos autores da chamada ‘Escola de Frankfurt’.

Os frankfurtianos utilizaram o termo “indústria cultural” para aludir à forma como elementos culturais estavam sendo inseridos num contexto de produção industrial de larga escala e de massificação, que não seria capaz de manter a qualidade e adequabilidade dos materiais para sua exposição à população. Warnier entende que “a escola de Frankfurt sublinhava os aspectos negativos da modernidade industrial, incapaz de transmitir uma cultura que atingisse os sujeitos em sua profundidade, reduzida ao pastiche, ao falso e à padronização superficial” (WARNIER, 2003, p. 27).

Tomando a televisão como objeto de análise, Passet destaca que “quando os índices de audiência reinam absolutos, os meios de comunicação já não tem como função difundir a arte, a cultura ou o divertimento, mas acumular receitas publicitárias...” (PASSET, 2003, p. 64). É interessante notar como essa posição é muito parecida, em significado, com a ideia de Adorno, um dos mais destacados representantes da Escola de Frankfurt, ao contrapor uma das teses de Walter Benjamin – seu amigo e a quem deveu boa parte de suas reflexões – sobre a função possivelmente revolucionária que este atribuía ao cinema. Adorno afirma que “tanto o cinema como também o rádio não devem ser tomados como arte, pois, o fato de não serem mais que negócios basta-lhes como ideologia” (ADORNO, 2000, p. 7).

Warnier acredita que essa relação – do dinheiro com os meios de comunicação – distorce o que poderiam ser as manifestações culturais se não houvesse a preponderância do capitalismo na definição de conteúdos e programações, uma vez que “desde o momento em que elas

emergem na zona de captação das indústrias culturais, as práticas artísticas, esportivas, religiosas e políticas são transformadas em espetáculo” (WARNIER, 2003, p. 85). E, num círculo vicioso, esse espetáculo busca audiência – seja na TV, no rádio ou na internet – para propagandas que, em geral, vão reforçar o consumo, da forma anteriormente mencionada.

Aqui, então, fazemos a ressalva de que consideramos o ciberespaço como sendo um ambiente que recebe essas mesmas influências – próprias da dinâmica capitalista-, uma vez que ele não é um “outro lugar” e sim uma continuidade da sociedade e da cultura que o produz, em que se desenrolam interações mediadas por dispositivos informáticos.

As discussões do Capítulo até aqui nos conferem um quadro de referência sobre as formas como o capitalismo se manifesta e interfere nas relações sociais cotidianas, favorecendo o que tem sido chamado por alguns estudiosos como ‘sociedade de consumo’. Para a pesquisa, importa as consequências disso para a comunicação.

Nesse sentido, acreditamos que há sinais preocupantes em relação ao espaço público da comunicação em rede pela Internet, se considerarmos uma perspectiva de livre circulação de informações. A cada dia, a invasão do ciberespaço por instituições que desejam “participar” dessa nova perspectiva de conectividade e compartilhamento de experiências cresce seguindo uma lógica capitalista. As próprias ferramentas de interação, cada vez mais são adquiridas por grandes grupos midiáticos ou, ainda, se tornam elas mesmas, gigantes corporativos com ações em bolsa e satisfações a dar aos acionistas (vide, por exemplo, o Facebook).

Na medida do avanço do capital no controle dessa engrenagem, o ambiente de interação ‘livre e global’ vai perdendo a característica de simplicidade existente no princípio, quando do lançamento dos computadores pessoais, e vai se parecendo mais e mais com um grande *shopping center* virtual, que disponibiliza desde aplicativos para acesso a contas bancárias até lojas e as mais diversas ‘soluções para empresas se conectarem às novas mídias e a um universo de consumidores’.

Por outro lado, mesmo diante dessa situação, “as pessoas possuem o poder de reinventar em sentido simbólico o caráter funcional dos aparatos tecnológicos” (RÜDIGER, 2007, p.136). Essa seria, em suma, a base de todas as discussões que empreendemos ao abordarmos o

problema da tecnologia. Por isso, a situação não está dada; a sociedade não tem de esperar por uma sublevação de todos os interesses sociais em benefício do capitalismo e do fetichismo tecnológico. Nem, tampouco, a evolução tecnológica é a culpa por todos os problemas da humanidade, degradação ambiental, queda da qualidade cultural dos conteúdos midiáticos ou fator de nossa derrocada final enquanto civilização. Navegar nesse mar agitado de conceitos e opiniões extremistas sobre a cibercultura, fugindo dos pré-conceitos e buscando de forma crítica entender as mudanças de comportamento que se revelam nas interações com as mídias sociais só é possível ancorando-se o estudo em sólidas bases teóricas.

A preponderância, já comentada, do capitalismo sobre os meios de comunicação da atualidade deixa aberturas nas quais a sociedade pode atuar para manter abertas as artérias por onde flui a informação. Há sinais – que precisam ser melhor investigados é bem verdade – de que o convívio e a interação constantes de grandes grupos com essas ferramentas em rede, por exemplo, podem permitir uma evolução nas formas de participação e, por consequência, uma disseminação do desejo de engajamento, além do fortalecimento do senso crítico de parte dos interatores, criando condições para o combate de alguns problemas da sociedade, pelo entendimento e problematização dos discursos hegemônicos de consumo e do tecnicismo. Seria uma espécie de transição para o virtual, do aprendizado democrático, vivido em algum momento da história por quase todas as nações do mundo “real”. Entretanto, com especificidades e características próprias do ciberespaço.

Por fim, observamos que, associado à tecnologia e à globalização, o capitalismo exerce forte influência sobre a cibercultura, que pela definição utilizada nesta pesquisa, é a formação que articula (de forma prática ou simbólica) todas essas situações – consumo, relações de poder, liberdade de expressão, monopólio da informação etc. – para o indivíduo contemporâneo. Em última análise, as tecnologias da comunicação (em especial a internet) são os espaços em que se expressam, de forma mais visível, essas influências.

3. Globalização

Se, então, fazemos uma opção de tomar a atualidade como o processo metodológico a organizar e fomentar as discussões e ideias acerca do mundo real e, no caso específico, em torno da comunicação, é preciso considerar o impacto do grande paradigma a influenciar de maneira definitiva a vida na sociedade contemporânea, ou seja, a globalização. Muniz Sodré define o fenômeno como, “a extraordinária aceleração da expansão do capital (o turbocapitalismo) esse processo tendencial de transnacionalização do sistema produtivo e de atualização do velho liberalismo de Adam Smith a que vem se chamando de globalização” (SODRÉ, 2008, p. 11). A seguir, observaremos outros pontos de vista que complementam essa definição.

Antes, é importante destacar que apresentamos a globalização aqui como esse fenômeno radicalmente centrado no capital e que reconfigura a velocidade nos deslocamentos de pessoas, mercadorias e informações através do globo e, assim, cria a ideia de uma compressão espacial de forma que até não vivenciada. Essa situação guarda uma relação muito próxima com o estágio de desenvolvimento dos meios de comunicação. Ou seja, poderíamos dizer que a comunicação é um dos alicerces da globalização. Esse é o motivo pelo qual o estudo que se propõe a analisar o fenômeno comunicacional a partir de uma matriz de atualidade, não pode negligenciar as influências da globalização nas variáveis de pesquisa.

A globalização, por ser um fenômeno espontâneo decorrente da evolução histórica do mercado capitalista, possui várias linhas teóricas que tentam explicar sua origem e seu impacto no mundo atual.

Assim, Warnier acredita que o processo de globalização, da forma como conhecemos hoje, teve seu início em eventos ocorridos nas últimas décadas do século XX e que retiraram os Estados Nacionais de uma relativa zona de conforto em que se encontravam, voltados que estavam para a regulação de seus mercados internos e protegidos das influências estrangeiras por medidas protecionistas keynesianas (WARNIER, 2003, p. 63). Entre os eventos que vieram a mudar esse panorama, o autor destaca: o surgimento das empresas multinacionais a partir da década de 1950 – fruto de uma necessidade dos países industrializados em expandir seus

mercados consumidores; as crises do petróleo na década de 1970 e a consequente disparada do preço da commodity – que gerou uma grande reserva de petrodólares para os países exportadores; o crescimento e a modernização das nações asiáticas (especialmente o Japão) – deslocando o eixo da hegemonia global; a explosão da mídia pela utilização dos satélites para comunicação comercial e transmissões através do globo, além do desmoronamento do regime socialista na ex-URSS – e, ainda, da abertura de mercado da China (WARNIER, 2003, p. 65).

A globalização dos fluxos midiáticos, financeiros, mercantis, migratórios e tecnológicos teria, então, se intensificado a partir da década de 1970 até chegar na configuração atual de uma “globalização da cultura” que é caracterizada

pelo encontro entre homens inscritos em culturas fragmentadas, locais, enraizadas na longa duração da história, por um lado, e pelos bens e serviços colocados no mercado por indústrias recentes e globalizadas por sistemas de trocas e de comunicação de grande capacidade, por outro lado (WARNIER, 2003, p. 67).

Essa acepção é importante em vários sentidos. Primeiro porque coloca a globalização como um acontecimento historicamente localizado, edificado a partir de decisões tomadas pelos países no decorrer das últimas décadas. Ao mesmo tempo, indica que esse processo foi fortemente influenciado pelo desenvolvimento tecnológico e pelas formas como os aparatos técnicos foram sendo apropriados pelas sociedades no percurso do desenvolvimento cultural de cada uma.

Outra questão importante levantada por essa definição é motivo dos mais diversos choques culturais e, conseqüentemente, causador de intolerância, incompreensão e equívocos de julgamento no que concerne ao contato entre grupos humanos distintos: o conflito entre a globalização e as tradições (regionais, étnicas, religiosas etc.). Hoje, os meios de comunicação via satélite e, especialmente a internet, colocam imediatamente em contato, culturas, hábitos e tradições que são completamente distintos. Por meio dessa tecnologia, tomamos conhecimento de práticas tribais que são, aos olhos ocidentais, inapropriadas e, por vezes, bárbaras (por exemplo, a prática da mutilação do clitóris de mulheres em países africanos).

Vê-se, então, que a globalização não é exclusivamente um fluxo mundial de capitais. Há outros importantes elementos envolvidos, como cultura, comunicação e tecnologia, que fazem parte desse grande paradigma da civilização contemporânea.

A partir da reflexão acerca das posições dos autores, e com vistas a facilitar o entendimento, acreditamos ser possível classificar duas formas de abordagem da globalização.

A primeira seria a globalização enquanto construção ideológica que é especialmente adotada por instituições econômicas, líderes políticos e empresas mundiais, e que destaca essencialmente o que de bom a constituição de um “mercado” mundial único (mesmo que heterogêneo) tem de benefício para a humanidade de uma forma geral. Entre essas qualidades, seus representantes poderiam citar: melhor divisão do trabalho (de acordo com as vocações locais), uma repartição mais eficiente da poupança global, elevação da qualidade e eficácia da produção, por conta da competição entre os países etc (PASSET, 2003, p. 19). René Passet dá a esse movimento, o nome de mundialismo e faz uma crítica no sentido de que, ao contrário da ideia que os ‘donos do poder’ querem passar, “não existe uma única relação possível de causalidade: a que conduz da liberação das trocas à abertura do espaço mundial” (2003, p. 23). Ou seja, a forma como estamos promovendo a globalização hoje, com todas as suas desigualdades e desequilíbrios, não é a única via possível para um futuro melhor para a comunidade humana.

Percebe-se que esse discurso, do mundialismo, encontra muito mais adeptos nos países desenvolvidos, especialmente Europa e Estados Unidos, uma vez que as condições históricas da “divisão do trabalho” os colocam numa posição comercialmente favorável, pois os bens tecnológicos (computadores, aparelhos médicos, aviões, carros etc.) tem para eles uma equivalência de troca bastante interessante. Por outro lado, a China – que não é um país desenvolvido – se beneficia hoje amplamente da ‘feira livre global’, não contente em vender seus produtos para o mercado interno e seus quase dois bilhões de consumidores. Uma mostra de que as coisas estão mudando e de que é, cada vez mais, inapropriado fazer generalizações.

O mais relevante é que essa acepção de globalização busca fundamentação em princípios econômicos e financeiros, mas procura também – de forma sagaz – extrapolar essa esfera de legitimação e propagar que esse é o movimento que pode garantir a melhoria na qualidade de

vida de todos os povos, pois o crescimento econômico (numa óbvia alusão ao sistema capitalista) é o principal motor do progresso da humanidade. Esse é o motivo de atribuímos uma conotação ideológica para tal entendimento da globalização, pois não há provas dessas suposições e, pior, os indícios apontam exatamente para o lado oposto. Ou seja, a globalização ‘per se’, enquanto processo de fluxo de capitais e mercadorias, sem uma atuação dos governos sobre a circulação do dinheiro, conduziria a um agravamento das diferenças e piora na distribuição da renda (PASSET, 2003, p. 19).

A segunda forma de abordagem, por outro lado, chamada por René Passet de mundialização, é analisada ao nível dos fatos, ou seja, das transformações culturais e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas, de forma natural e historicamente localizadas e que colocaram as empresas de várias partes do mundo conectadas e em relação de interdependência, apoiadas por uma crescente informatização e uma organização em rede em escala global. Esse processo não necessariamente demandava, segundo o autor, a política ultraliberal estabelecida na década de 1980. A mundialização seria, em última instância, a ampliação do campo das tecnologias humanas para o espaço planetário (PASSET, 2003, p. 24-25).

Interpretando esse ponto de vista, podemos inferir que a mundialização oferece vários caminhos possíveis, cujos desenvolvimentos dependerão de nossa tomada de posição ante aos desafios que se afiguram para a humanidade. Por outro lado, o mundialismo (chamado por Passet de pseudomundialismo) da forma como se afigura, ideologicamente centrado, ofereceria exclusivamente a via do ultraliberalismo como garantia de prosperidade.

De certa forma, para a cibercultura do período pós-revolução microinformática e pós-internet, a globalização sempre esteve presente. Na medida em que a rede mundial de computadores foi sendo conectada nos mais diversos países, imediatamente os usuários daquelas culturas puderam travar contato com pessoas ao redor do mundo. Contudo, o aperfeiçoamento das interfaces, o crescimento da comunidade de usuários e o maior interesse pelas culturas singulares fazem com que, hoje, esse intercâmbio seja muito mais intenso do que nos primórdios da internet. Disso resulta que o ambiente da cibercultura hoje é extremamente heterogêneo, complexo e cheio de possibilidades de comunicação, embora haja pesquisadores que contestam essas afirmações, dizendo que por mais possibilidades que existam de comunicação, geralmente

ficamos restritos a pequenos círculos de pessoas que já conhecemos. A isso, podemos somar as dificuldades estabelecidas pela barreira do idioma, um fato que tem se buscado amenizar.

A presente discussão toma lugar, então, no cerne dos debates atuais sobre a cibercultura, ao analisarmos de que forma os pesquisadores em comunicação tem entendido o papel da lógica de desenvolvimento capitalista e a globalização como propulsores da evolução da tecnologia, especialmente dos meios de comunicação, visto que esses se colocam como expoentes de tal dinâmica.

O pensamento mercadológico, além de estimular uma homogeneização de preferências, ideias e comportamentos – para justificar a produção em larga escala, também favorece o aparecimento de um fetichismo tecnológico, o culto ao estético em detrimento do conteúdo, que está intimamente relacionado com a geração de demanda ou provocação do desejo: “ser ou não ser” já não é mais a questão; “ter ou não ser”, sim. Essa dinâmica é a base do conceito de ‘kitsch’, conforme utilizado pela primeira vez por Edgar Morin e depois outros, para designar elementos artísticos, arquitetônicos, decorativos, literários, religiosos etc., submetidos à lógica da indústria cultural de reprodução em larga escala – perdendo assim sua autenticidade – para atendimento de uma necessidade psicossocial dos consumidores (SÊGA, 2008, p. 17).

De qualquer forma, o panorama da globalização contemporânea não pode apenas ser traçado como ‘apocalíptico’ e deve, necessariamente, passar por uma boa dose de relativização. Novamente é preciso ressaltar que a tecnologia, sozinha, não tem a capacidade de condenar o mundo. Em última análise, são as pessoas que decidem a utilidade dos meios técnicos; e elas podem reinventar essa utilidade para além de sua aplicação instrumental ou das finalidades previamente concebidas.

4. Considerações finais

É difícil fazer uma caracterização da sociedade contemporânea a partir de poucas variáveis. A complexidade de forças e interesses envolvidos na dinâmica social é grande e, na maior parte das vezes, inviabiliza a produção de retrato preciso. Ao focarmos adequadamente um

assunto para entender sua influência e amplitude, corremos o risco de deixar alguma outra temática sem a devida análise.

Por isso, este capítulo procurou esmiuçar algumas circunstâncias que nos parecem mais relevantes para o estudo da comunicação na atualidade, seja por sua ligação direta ao tema, seja pela sua influência na sociedade e no comportamento humano. Ou seja, para nosso estudo, importa especialmente destacar o desenvolvimento tecnológico e sua relação cotidiana com a sociedade, em especial as interações comunicacionais, as formas pelas quais as pessoas se apropriam dos meios de comunicação, dos computadores e da internet para se inserirem na cultura digital global.

Optamos, portanto, por traçar o quadro de referência das grandes influências na conformação da cibercultura, em sua forma prática e observável cotidianamente, a partir da questão econômica (o capital e a sociedade de consumo) como motor do desenvolvimento tecnológico. A nosso ver, na interação dessas variáveis temos o panorama definidor das tecnologias que são introduzidas e, posteriormente, apropriadas pela sociedade para inserção no ciberespaço. E, já sabido e bastante discutido, temos que esse espaço é ampliado e influenciado pela globalização, o fenômeno de encurtamento de distâncias que permite a miscigenação cultural em escala mundial, algo que era a até pouco tempo inimaginável.

Se historicamente a cibercultura teve inspiração em conceitos lançados pela cibernética de Wiener e pela microinformática da década de 1970, é preciso perceber que hoje os elementos que influenciam no desenvolvimento das redes telemáticas e das formas como as pessoas interagem no ciberespaço atingem essa complexidade global, assimilando num amálgama virtual elementos como tecnologia, estética, capitalismo, política, entre outros.

A mudança do patrocínio do desenvolvimento tecnológico – dos experimentos militares para a iniciativa empresarial – resultou numa evidente busca por pesquisas cujos resultados pudessem ser revertidos em vantagens competitivas e lucro. Essa tônica vigorou inabalável por vários anos, seguindo uma lógica praticamente linear de pesquisa, monopólio da tecnologia pelos conglomerados e venda dos subprodutos para a população. Naturalmente, esse processo não aconteceu mediante aceitação tácita pela sociedade, muito pelo contrário. A visão crítica, influenciada pelos ideais marxistas e desenvolvida, por exemplo, pelos teóricos da Escola de

Frankfurt, sempre denunciou essa tendência à mercantilização generalizada, não apenas dos objetos e mercadorias, mas também da cultura e da informação. Essas críticas, entretanto, não logravam impactar de forma decisiva o rumo que a evolução dos computadores, por exemplo, ocorria. Seguiu-se firmemente no propósito de aperfeiçoar os grandes servidores centrais das empresas, que guardavam dados estatísticos sobre a população, dados cadastrais de clientes, entre muitas outras finalidades. Ao mesmo tempo, não podemos nos esquecer, surgiram as grandes empresas de telefonia, geralmente com a exploração comercial dos serviços garantida via concessão estatal.

Para que uma mudança nos rumos do desenvolvimento da informática acontecesse, foi necessário um movimento a partir de dentro, advindo de um grupo de jovens ligados à indústria dos computadores. Eles iniciaram uma oposição ideológica ao monopólio da informação e da tecnologia, desenvolvendo as bases da microinformática que permitiriam a popularização global do computador.

Hoje, convivemos com essas duas tendências macrosociais: continuamos a presenciar o desenvolvimento tecnológico ancorado na expansão capitalista, no fetichismo da mercadoria, no consumo, na estética. De outro lado, observamos incontáveis iniciativas que buscam fazer uso consciente e consistente dos meios de comunicação para a divulgação de projetos regionais, discussão de temas relevantes para a sociedade, organização de manifestações em prol da democracia, entre muitas outras.

Essa percepção nos leva, minimamente, a evitar qualquer pré-julgamento ao pensarmos a cibercultura enquanto manifestação contemporânea da cultura que se desenvolveu a partir dos computadores e das redes globalmente conectadas. Se elementos como o desenvolvimento tecnológico e o poder do capital tem influência sobre esse sistema, devemos observar que outros elementos podem ter ainda mais força no que acontece no ciberespaço, como a opinião pública, por exemplo.

No próximo capítulo, procuramos fechar todas essas questões colocadas para debate no decorrer do trabalho, efetivamente analisando de que forma poderíamos conceber uma epistemologia da cibercultura, a partir dos diversos elementos aqui discutidos e, tão importante quanto, entender qual a importância de estabelecer essa construção.

CAPÍTULO V – EPISTEMOLOGIA DA CIBERCULTURA

O percurso das reflexões propostas neste trabalho nos trouxe até aqui com algumas aquisições conceituais e teóricas importantes. Partimos de uma avaliação das definições e dos pontos de vista sobre a epistemologia geral, ora compreendida como História e Filosofia das Ciências, em seu devir de desvelamento da verdade e produção de conhecimento, ora partindo de uma perspectiva “regional” para debater a construção de conhecimento a partir de áreas específicas do saber como a Física, a Química ou as Ciências Sociais.

Depois, vimos que há propostas de objetos preferenciais para o estudo da Comunicação, na busca pela disciplinarização e pela emancipação teórica do campo: para Braga, as interações comunicacionais e os meios de comunicação; para Martino, os meios de comunicação e a cultura de massa. A partir desses objetos, no entanto, observamos a escassez de teorias que sejam verdadeiramente “da Comunicação” e constatamos que boa parte dos aportes teóricos que subsidiam nossa área advém de outros saberes estabelecidos, carecendo ainda a Comunicação de uma produção de teorias que possam articular os seus objetos de estudo e mudar o patamar da discussão de campo, conferindo-lhe um grau mais elevado de cientificidade. Essas questões foram problematizadas com destaque no final do capítulo 2.

Estudamos o percurso histórico e principiamos a caracterização da cibercultura a partir de seus elementos fundantes, especialmente: a) a cibernética, que lhe conferiu as bases teóricas, e permitiu o início dos estudos que depois se ramificaram em áreas como a informática e a robótica; b) a revolução da microinformática, que tanto criou o suporte ideológico para oposição ao monopólio da informação e para uma maior disseminação dos computadores para as pessoas “não especialistas” em computação, como também serviu de ponto de partida para uma cultura característica formada pelos usuários e aficionados do mundo virtual, que daí em diante criaram elementos culturais característicos e até então inexistentes, iniciando a colonização e delimitação de fronteiras de um novo espaço, o ciberespaço. Essas foram algumas das discussões levantadas no capítulo 3.

Das visões teórica e simbólica da cibercultura, passamos – no quarto capítulo – a uma análise prática sobre como a sociedade atual se articula a partir de questões como a globalização,

o desenvolvimento tecnológico e o dinheiro. Isso porque consideramos que tais variáveis são influentes e estão na base do desenvolvimento do mundo virtual em nossos dias. Entre autores mais alarmistas e outros mais conformistas, vislumbramos que o fator econômico tem um peso bastante grande na conformação da cibercultura atual e cada vez menos esse ambiente lembra o espaço comunitário de troca de ideias dos primórdios das redes telemáticas, nos anos 80. Vimos, também, algumas das propostas que procuram justificar a aproximação entre os estudos de comunicação com a cibercultura.

A proposição de uma epistemologia da cibercultura não deve diferir grandemente da forma de se caracterizar a epistemologia da comunicação. Agora que já fizemos essa aproximação entre as duas temáticas, é preciso seguir adiante e identificar quais são, então, os objetos de estudo da epistemologia da cibercultura, enquanto área que engloba mais especificamente os aspectos comunicacionais advindos com a utilização dos computadores e redes telemáticas para a interação mediada e, ao mesmo tempo, está sujeita à interferência de diversos fatores externos como o desenvolvimento tecnológico, o dinheiro etc. Em qualquer das perspectivas que se tome, entre os objetos de estudo da comunicação que destacamos neste trabalho (meios de comunicação, cultura de massa e interação comunicacional), podemos desenvolver um estudo cibercultural. E não só isso: teremos, nos autores que se dedicam ao estudo da cultura digital, importantes insumos que nos permitem avançar no entendimento da comunicação em nossa atualidade.

1. As aberturas da epistemologia contemporânea

Entre as aberturas possíveis advindas com as formas contemporâneas de pensar a epistemologia, explicitadas no primeiro capítulo, há alguns caminhos que selecionamos para melhor problematização. São as visões de Edgar Morin e Bruno Latour. Ao mesmo tempo, vamos contrapor essas ideias com outras que se colocam numa direção mais “formal” para a epistemologia e que também não podem ser desconsideradas.

Morin (1999) discute o conhecimento a partir da ideia de abertura e complexificação do ponto de vista epistemológico, privilegiando o método científico, por sua estrutura de “verificação e refutação”, mas também defendendo a utilização de outras fontes cognitivas de

apreensão da realidade. Sua preocupação principal é discutir a formação do conhecimento a partir de uma visão multidimensional e, nessa linha, propõe analisar não somente os instrumentos do conhecimento, mas também as condições de produção. A epistemologia complexa não tem fundamentos (no sentido de alicerces rígidos previamente estabelecidos), sendo necessário aceitar que o conhecimento deve girar em torno do problema da verdade, por meio de verdades parciais e provisórias, buscando rearticular ou reorganizar o saber e exercitar um forte trabalho de reflexão sobre a forma de pensar toda sua dinâmica.

Para as nosso estudo, a forma de pensar a complexidade nos processos de produção de conhecimento de Morin é uma das possibilidades pertinentes. Considerando ser a cibercultura um fenômeno recente, advindo com a comunicação via computadores em rede, o conhecimento gerado em torno dessa dinâmica carece ainda de um patamar adequado de cientificidade, sendo benéfica a ação de submetê-lo à reflexão complexa que une: a) os conhecimentos empíricos (dimensão científica), em que estudaríamos as manifestações e interações cotidianas na internet; b) o conhecimento reflexivo (dimensão filosófica), que permite articular e comparar esses fatos com aquilo que já era observado, por exemplo, na comunicação presencial, ou problematizar a comunicação na internet em relação à televisão ou o rádio etc.; c) e, por fim, o conhecimento do valor do conhecimento (dimensão epistemológica), que parte dessas situações para constituir um circuito de conhecimento e reflexividade para a Comunicação (MORIN, 1999, p. 257).

Além dessa reflexividade, a noção de complexidade é bastante interessante para o estudo da cibercultura, uma vez que as relações advindas com a revolução da microinformática revelam implicações em diversos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais, comunicacionais, discursivos, publicitários, de segurança e sigilo, entre muitas outras. Da forma como vemos, a perspectiva da complexidade permite articular esses conhecimentos a partir de um ponto de vista da Comunicação e, por sua vez, a epistemologia complexa pode favorecer a reflexão sobre os conhecimentos aí gerados. Sempre lembrando que as hipóteses devem ser geradas a partir dos objetos da comunicação (e da cibercultura) elencados anteriormente. Por fim, vale destacar que a epistemologia complexa também engloba uma perspectiva de reorganização dos conhecimentos, de forma que o rico material produzido até aqui pelos pesquisadores da cibercultura poderia se beneficiar da reflexão epistemológica complexa, fortalecendo seus argumentos (ou ampliando suas dúvidas) e passando a um grau mais elevado de conhecimento.

Bruno Latour (1998) também problematiza a necessidade de abertura da construção do conhecimento a uma multiplicidade de instâncias, cuja inter-relação Morin chamaria de complexidade. Latour, entretanto, dedica-se mais detidamente sobre o conhecimento científico e nas dinâmicas – tanto internas quanto externas – que influenciam em sua progressão. Ao desenhar um quadro de interações entre os conhecimentos científicos e uma série de “intervenientes” de forma caótica, ele procura exatamente criticar o comportamento que procura fechar a ciência em métodos e racionalidades estanque.

O que interessa para Latour é a ciência viva, pois mesmo aquilo que ele chama de “ciência fechada ou caixa preta”, só se constitui dessa forma provisoriamente, por conta dos conhecimentos que se tem sobre o tema em determinado momento, e pode ser novamente aberto por alguma descoberta ou reorganização posterior das ideias. Importa, então, destacar a ciência em construção permanente, que utiliza seus métodos de proposição de hipóteses e testes, refutações que produzem verdades parciais, mas que está atenta às mudanças e influências que a ciência recebe. Esse seria praticamente o conceito da epistemologia complexa de Morin, mostrando novamente que as proposições se entrelaçam em algum momento.

Para nossos estudos, não somente a proposição de ciência aberta de Latour – que consideramos ser também adequada para tratar os estudos da cibercultura – como os estudos que ele desenvolve em relação às interações por meio de computadores são de relevância destacada. A própria defesa deste autor na existência de um campo de estudos denominado “ciência, tecnologia e sociedade” já nos permitiria desenvolver uma série de análises de proposições dos autores que tratam da cibercultura a partir dessas perspectivas. O próprio Latour fornece uma ferramenta para esta análise, a teoria “ator-rede”, que permite situar a dinâmica entre sujeitos humanos e não-humanos na produção de determinada experiência e que, hoje, vem sendo objeto de discussões e estudos em artigos publicados por autores da cibercultura como André Lemos.

Para concluir essa breve avaliação de como entendemos que o ponto de vista de Latour sobre a epistemologia pode agregar à nossa pesquisa, é possível identificar o período atual como de “construção” dos conhecimentos sobre a cibercultura, em que ainda estão sendo feitas as aproximações desta com a comunicação. Uma das questões que derivam da perspectiva desse autor seria intensificar o trabalho “laboratorial” dos estudos em comunicação, de certa forma

conferindo mais destaque para a atividade prática científica de análise e observação de dados. Isso, evidentemente, deve ser feito de forma adequada, teoricamente orientada, reflexivamente construída, para que não se corra o risco de um empirismo ingênuo.

2. Contraposição

Uma vez apresentadas essas posições, com dois dos pontos de vistas que nos colocam no caminho de pensar uma epistemologia mais aberta, complexa e dinâmica, é preciso observar duas questões. A primeira é a dificuldade de colocar em prática essa proposta, vez que não vislumbramos nenhuma obra de referência, nenhum autor que tenha procurado colocar essas perguntas sobre a construção do conhecimento a partir da cibercultura. São, inclusive, poucos os autores que se preocupam em formalizar a ligação entre a comunicação e a cibercultura, como fizemos anteriormente neste trabalho. A segunda questão refere-se ao fato de que essas formas mais contemporâneas de ver a epistemologia eventualmente se chocam com premissas mais conservadoras que, de certa forma, também são válidas na tentativa de conferir um rigor ao estudo do conhecimento científico.

Se observarmos, por exemplo, o que afirma Martino (2003), para quem

a epistemologia caracteriza-se por questões específicas e não por toda e qualquer relação ao conhecimento. É o estudo do conhecimento científico. Opõe-se à filosofia das ciências ao se ocupar de problemas mais específicos e próprios do conhecimento científico, como os de seu objeto, classificação, método – critérios de validade e operação – e de sua fundamentação lógica e ontológica (p. 69).

Percebemos certa divergência em relação ao pensamento de Morin, que de fato desenvolve a proposição de um conhecimento do conhecimento que articula ciências cognitivas e epistemologia, em direção a uma epistemologia complexa que leva em conta os problemas dos conhecimentos científicos relativos ao cérebro, à psicologia cognitiva, à inteligência artificial, à sociologia do conhecimento etc. Ou seja, inúmeras perspectivas envolvidas na análise e que a partir de certos pontos de vista, estariam fora das discussões de uma epistemologia clássica.

Latour, por sua parte, ao pensar na ciência viva, entende a interação de múltiplas esferas da sociedade entrelaçadas com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia; como vimos, chega a propor um campo de estudo que une essas três instâncias.

Essa questão não diferencia simplesmente os pontos de vista, mas também ilustra um problema de perspectiva. Martino trabalha a epistemologia na tentativa de constituição de um conhecimento científico para a Comunicação, uma busca pela disciplinarização dessa área. A preocupação por uma linha metódica mais robusta, naturalmente vai tentar afastar as perspectivas de complexidade e caos, uma vez que o próprio campo da Comunicação já possui elevada dose desses dois elementos.

Morin e Latour não destacam pontos de vista específicos ou privilegiados para a Comunicação. Fazem suas considerações a partir da perspectiva das ciências humanas mais estabelecidas como Filosofia, Psicologia, Sociologia e Antropologia. A busca deles, portanto, é de renovação, enquanto a de Martino é por formalização. Assim, não podemos dizer que qualquer das perspectivas seja mais válida que as demais, apenas devem ser relativizadas para que não nos afastemos dos objetivos do presente trabalho que é conferir um olhar privilegiado a partir da comunicação.

3. Epistemologia da cibercultura

Existe, ainda, outra possibilidade para articular esses conhecimentos e propor uma epistemologia da cibercultura e que envolve a opção de considerar que a epistemologia da cibercultura seria uma epistemologia regional, que articula elementos da Comunicação, mas de forma específica, integrando os três objetos anteriormente citados – que passam também a ser os objetos da cibercultura: interação comunicacional, meios de comunicação e cultura de massa.

Sendo esses os objetos de estudo da cibercultura, o passo seguinte deveria identificar o objeto de estudo da epistemologia da cibercultura. Este, por sua vez, só pode existir como produto da reflexão sobre os primeiros. Uma das possibilidades para empreender tal reflexão seria a partir do conceito de “gesto epistemológico”. De acordo com Wilton Barroso Filho, é o gesto epistemológico que pergunta o que é possível saber sobre do objeto, decompondo e

procurando regularidades, procedimentos formais, em suma, um fundamento ou princípio geral (2003, p. 4). Na obra do autor citado, essas questões emergem do texto literário; para nosso estudo, a investigação deve se debruçar sobre cada um dos objetos de estudo da cibercultura. Ou seja, na análise das interações comunicacionais, dos meios de comunicação e da cultura de massa, deveriam ser investigadas as regularidades, processos formais similares e princípios gerais acerca dos quais pudessem ser feitas algumas afirmações sobre a cibercultura numa perspectiva mais científica.

Seria possível “testar” essa proposição por meio da análise das obras dos autores da cibercultura: para cada objeto de estudo privilegiado da Comunicação, perguntaríamos o que é possível saber sobre este objeto, por exemplo, a interação comunicacional e, por outro lado, questionaríamos aquilo que já se sabe, dentro de nossa proposta de reorganização dos conhecimentos, buscando conferir um olhar crítico ao conteúdo aí produzido. Posteriormente seria necessário empreender uma reflexão em busca de generalizações ou, pelo menos, algumas regularidades observáveis. Entendemos que essa ação poderia beneficiar a própria produção das pesquisas dentro da área, uma vez que serviria para a organização dos debates e redução da dispersão, permitindo elevar o grau de cientificidade na forma de estudar a comunicação.

Desse procedimento resultaria uma epistemologia da cibercultura que pode, de fato, contribuir com o debate da comunicação, ao analisar o conjunto de conhecimentos produzidos em torno de seus objetos. De acordo com essa perspectiva, deveríamos investigar as obras dos autores que se dedicam ao estudo da cibercultura e procurar padrões de abordagens, de análise das situações estudadas.

Essa proposição encontra algumas dificuldades que devemos anunciar logo de início. Uma delas é que os autores que desenvolvem seus trabalhos sobre internet, cultura digital etc., nem sempre se colocam dentro de uma perspectiva declarada da cibercultura. Até aqui, nenhum grande problema, uma vez que poderíamos estabelecer critérios para classificar suas obras, de forma vinculada aos objetos, ou seja, se o autor escreve sobre interação comunicacional (CMC), internet como meio de comunicação e cultura de massa, teríamos como estudar seu trabalho na perspectiva da cibercultura.

A situação inversa talvez seja mais problemática: um autor declaradamente alinhado com o campo da cibercultura que não escreva sobre um dos objetos de estudo previamente elencados. Seria necessário um estudo abrangente para verificarmos quais seriam esses temas “marginais” abordados pelos estudiosos das dinâmicas do ciberespaço e entender se estas não poderiam mesmo ser enquadradas nos temas anteriores e, ainda, se seriam suficientes para expandir os objetos da cibercultura.

Como uma última reflexão sobre nossa proposição, é provável que o melhor caminho seja, ainda, uma interação entre as duas proposições, integrando a visão dos objetos de estudo com a complexidade, ainda que para alguns essa interação possa parecer problemática, uma vez que correntes mais contemporâneas de reflexão sobre o conhecimento tem defendido a necessidade de desprendimento de estruturas sobreviventes da modernidade, como a delimitação de campos de estudo, objetos de pesquisa etc.

Acreditamos que mapear a produção acadêmica e literária, os pontos de vista e as abordagens sobre a cibercultura nos apresenta um retrato do que o campo de estudos da cibercultura “é”. Refletir sobre a constituição de uma área de estudos sobre as tecnologias digitais de comunicação e a possibilidade de elencar objetos preferenciais está no plano do que a cibercultura “deveria ser”. Para que possamos evoluir em nossos estudos seria preciso unir, colocar em interação dinâmica, essas duas perspectivas. Só assim poderemos transitar por objetos, teorias, fenômenos e, a partir disso, propor hipóteses e testá-las, enriquecendo o referencial teórico e verdadeiramente constituindo um estudo comunicacional de nosso tempo em bases mais sólidas e epistemologicamente coerentes.

Após todas essas questões, vislumbramos que a forma mais adequada de entender a cibercultura não seja estritamente como uma construção abstrata ligada às tecnologias da comunicação e nem mesmo como uma cultura alternativa formada por usuários da internet, mas sim uma área de estudos com objetos próprios e que permite a elaboração de pesquisas em Comunicação. Nesse sentido, seria preciso uma avaliação mais adequada do ponto de vista semântico, ou seja, um campo de estudos pode ser denominado por uma palavra com o radical “cultura”? Se esta construção não for a mais adequada, quais seriam as alternativas? Seria o caso de retornarmos com a proposição da cibernética como o campo de estudos capaz de englobar

todas essas perspectivas? Essas são questões que escapam à nossa proposta neste trabalho, mas são questionamentos que certamente surgirão para aqueles que fizerem uma leitura mais dedicada de nossas proposições.

Além disso, o fato de considerarmos a cibercultura como um campo de estudos é reconhecer algo que já vem sendo feito na prática; muitos autores, estudantes e pesquisadores já vêm desenvolvendo pesquisas que ligam comunicação e cibercultura, aparentemente tomando esta última como um “subcampo” da Comunicação. Com isso, queremos dizer que as definições de cibercultura (termo) que apresentamos no capítulo 3 continuam válidas, mas um conceito é insuficiente para dar conta de tudo que está hoje vinculado à cibercultura, todas as dinâmicas, perspectivas, fenômenos, pontos de vista e, por que não, expectativas. Precisamos de algo mais do que uma definição etimológica para dar conta do que significa toda a massa crítica gerada em torno da ideia de cibercultura. E nossa proposta é configurar um campo de estudos vinculado aos objetos da comunicação.

Os resultados de tal opção ainda estão por ser completamente mapeados. No entanto, em termos de perspectivas para os estudos dos temas relacionados à comunicação mediada por computadores, entendemos que nossas discussões e ideias aqui postas servem como um bom ponto de partida, qualquer que seja o tema ligado à cibercultura e seus objetos, a partir de um referencial teórico em expansão. Acreditamos, ainda, que a forma aqui proposta, favorece-nos a perceber o que há de comunicacional nos estudos que têm sido desenvolvidos e essa clareza na forma de enxergar e interpretar os fenômenos, os objetos e as teorias da comunicação é fundamental para uma discussão epistemológica.

Note-se que neste trabalho procuramos, tanto quanto possível, mantermo-nos afastados de algumas polêmicas que envolvem os estudos da cibercultura. Entre elas, as críticas que o termo tem recebido quanto ao declínio de sua utilização e substituição por outras acepções como cultura digital ou estudos de internet. Não entraremos no mérito aqui dessas polêmicas e nem procuraremos dar respostas a elas, mas já deve ter ficado claro que, sabendo de tais questões e, ainda assim, tendo optado por sugerir uma epistemologia para a cibercultura, significa que entendemos que o vigor de produção de conhecimento em torno da comunicação supera essas dúvidas.

4. Considerações Finais

Entendemos que o mais importante a ser destacado aqui é se conseguimos fechar o ciclo, ou seja, avaliar se foi possível levar a cabo a proposta inicial deste trabalho que era de propor elementos para uma epistemologia da cibercultura. Do lugar de onde vemos, entendemos que sim, ainda que tenhamos plena consciência de que se trata de uma proposição bastante inicial. Contudo, percebemos coerência na proposição e, especialmente, um vigor característico de tudo aquilo que está começando e, neste sentido, carente de formulação em todos os níveis. Apesar de a internet ter mais de 20 anos de história, observamos que ela é, ainda, rica em produzir novas situações, novas possibilidades de interações etc.

É certo que há, ainda, muitas pontes a serem construídas, ou seja, muitos temas precisam ser objeto de um estudo mais dedicado, até mesmo os mais fundamentais como a ligação entre comunicação e cibercultura ou, ainda, a necessidade de insistir numa conceituação mais completa e de certa forma consensual para o termo cibercultura. E, também neste sentido, a perspectiva de estudo a partir dos objetos da comunicação e da cibercultura podem contribuir. Os elementos com os quais estamos contribuindo para o debate e a reflexão sobre os estudos em cibercultura visam exatamente permitir que o conhecimento na área seja desenvolvido já considerando uma instância reflexiva e epistemológica que permita uma autocrítica do conhecimento e, principalmente, de um ponto de vista que privilegia a comunicação, visto que trabalha e articula a partir de seus objetos. E, nesta linha, caberá ainda muitos estudos para melhor entender a dimensão e as propostas daquilo que se tem chamado de epistemologia contemporânea.

Alguns trabalhos recentes, inclusive de autores que escrevem sobre a cibercultura, têm atestado a “desintegração do objeto”, ou seu fim, como consequência da “morte do sujeito” e as necessidades contemporâneas de se desprender dessas estruturas impostas pela modernidade e que agora estariam dificultando a progressão dos conhecimentos. Se pudermos usar de certa licença poética, entendemos que seria o caso de ir ao necrotério e ver se o defunto ainda se encontra na geladeira, pois a questão nos parece um tanto quanto exagerada. Essas proposições sempre remetem de volta ao diálogo Popper-Adorno e às condições de existência de um debate epistemológico. Mas, antes de chegarmos ao extremo de contra-argumentar esse tipo de assertiva com a pergunta “Seria todo conhecimento produzido pela ciência até hoje uma fantasia?” é

importante também ter o interesse de dar atenção às assertivas mais fundamentadas que vão nessa linha e entender que elas podem ser sintoma de alguma discussão mais séria sobre os fundamentos do conhecimento que, agora que entramos neste mundo, devemos avaliar com a cautela necessária.

A seguir, faremos nossas conclusões sobre o trabalho, de forma que apresentaremos nossa visão geral sobre todo o seu percurso, de tentar distinguir elementos para uma epistemologia da cibercultura. Também daremos nossa visão de quais são as questões mais relevantes que estarão na pauta dos estudos ciberculturais nos próximos anos, não por um exercício de futurismo, mas por refletirem situações e dinâmicas sociais em curso e que precisam ser mais bem entendidas.

CONCLUSÃO

O principal motivo para a proposição e desenvolvimento desta pesquisa foi principiar um entendimento próprio sobre a cibercultura e que, conseqüentemente, pode servir como contribuição para os estudos atuais sobre este tema. O que desejávamos era encontrar a bibliografia mais sólida que nos permitisse entender o movimento que relaciona o computador e a internet com os diversos fenômenos contemporâneos de interação comunicacional: o bate-papo, a organização de movimentos sociais, a busca por informações, o ensino à distância, os plebiscitos online, a ligação de pessoas distantes, entre tantas outras.

Para chegar a esse objetivo, havia alguns caminhos possíveis. No princípio, optamos por selecionar uma das ferramentas mais populares utilizadas para interação na grande rede – um site de mídia social – e observar o comportamento dos usuários a partir de perspectivas como: suas motivações, interesses, popularidade, influência, formas de organização, discussões, profundidade dos temas etc. No decorrer desse percurso, no entanto, começamos a identificar uma série de questões relacionadas ao entendimento dessas dinâmicas, questões de abrangência tão vasta que demandavam um entendimento mais amplo de assuntos como: os estudos da técnica, a cibercultura, as teorias da comunicação (gênese histórica etc.), além de uma compreensão da epistemologia, tanto a geral como as regionais. Ou seja, percebemos oportunidades para estudo de aspectos mais fundamentais das tecnologias da comunicação e que permitiriam, a nosso ver, uma melhor capacitação para os debates aí contemplados.

Foi então que aprofundamos o trabalho de levantamento da bibliografia das obras e autores que estudam a cibercultura e, ao mesmo tempo, iniciamos estudos relacionados à discussão do objeto, estatuto, teorias e campo da comunicação, momento em que começamos a indagar a possibilidade de que esses estudos sobre a cibercultura pudessem contribuir para a discussão epistemológica da comunicação: havíamos, então, articulado os conceitos e problemáticas que compõem o “núcleo duro” de nossa pesquisa. Nossa forma de contribuir com os estudos de comunicação foi, portanto, propor uma discussão epistemológica sobre a cibercultura.

Não foram poucas as dificuldades do trabalho e boa parte delas poderiam ser resumidas numa alternância entre, por um lado, o excesso de pontos de vista e a vastidão da bibliografia em alguns momentos – como no estudo das reflexões sobre epistemologia; e, por outro lado, na escassez de materiais previamente desenvolvidos, quando tratávamos das relações entre a cibercultura e os objetos de estudo da comunicação, apenas para citar um exemplo. Por esse motivo, o trabalho além de percorrer um caminho expositivo, evidenciando algumas aquisições teóricas para a compreensão dos temas centrais (objetos da comunicação, conceitos e pontos de vista sobre a epistemologia e o histórico da cibercultura), também possui um caráter propositivo, quando buscamos, no último capítulo, prestar nossa contribuição ao ilustrar caminhos possíveis para se pensar, ao mesmo tempo, epistemologia e cibercultura. E uma das principais afirmativas que este trabalho de pesquisa nos permite fazer é que há, sim, muito a dizer e pensar a partir da união dessas problemáticas – cibercultura e epistemologia.

Essa constatação, por um lado, ilustra uma riqueza temática e novo ânimo possível para um estudo epistemológico sobre a comunicação contemporânea. Evidentemente, não o único esforço, pois muito tem sido pensado – inclusive no Brasil – sobre conhecimento, comunicação mediada e interações pela internet. As motivações para essas pesquisas são várias, desde o aspecto comercial – hoje já existem ferramentas de venda de produtos por meio de mídias sociais – até motivações acadêmicas que buscam exatamente aquilo que nos motivou a principiar o trabalho, ou seja, a tentativa de compreensão das dinâmicas comunicacionais atuais e todas as variáveis que aí têm colocado sua influência.

Por outro lado, nossa constatação anterior – riqueza na articulação epistemologia/cibercultura – também aponta para um problema considerável: o caráter incipiente tanto de nossas assertivas, como das produções que chegam a considerar tal articulação. Talvez pela característica de dispersão natural ao campo da comunicação, a centralidade da discussão epistemológica em relação à atualidade da dinâmica comunicacional ainda não tenha despertado o interesse de tantos pesquisadores. É certo que há, ainda, muitas pontes a serem construídas, ou seja, muitos temas precisam ser objeto de um estudo mais dedicado, até mesmo os mais fundamentais como a ligação entre comunicação e cibercultura ou, ainda, a necessidade de insistir numa conceituação mais completa e de certa forma consensual para o termo cibercultura.

Ainda assim, temos observado trabalhos solidamente construídos e que, pelo questionamento do estatuto disciplinar da comunicação – incluindo a discussão de um objeto de estudo próprio, uma visão de mundo particular – têm conseguido evoluir em importantes reflexões e, vislumbramos, há um futuro de pesquisa em tecnologias da comunicação que se dedicará à reflexão epistemológica. E, também neste sentido, a perspectiva de estudo a partir dos objetos da comunicação e da cibercultura pode ser útil. Isso porque os elementos com os quais acreditamos estar contribuindo para o debate e a reflexão sobre os estudos em cibercultura visam exatamente permitir que o conhecimento na área seja desenvolvido já considerando uma instância reflexiva e epistemológica que permita uma autocrítica do conhecimento e, principalmente, de um ponto de vista que privilegia a comunicação, visto que trabalha e se articula a partir de seus objetos. Assim, temos com esta pesquisa, uma obra verdadeiramente aberta, seja para reflexões futuras próprias, seja para o complemento, crítica ou oposição, por outras pesquisas.

A própria escolha que fizemos pela definição de epistemologia, ilustra essa perspectiva de trabalho e a forma como vemos o assunto, especialmente do ponto de vista de uma ciência da Comunicação: ou seja, a epistemologia seria a disciplina que se preocupa com o estudo do desenvolvimento do conhecimento científico e toma por objeto especialmente as ciências em via de se fazerem, em seu processo de formação e de estruturação progressiva. Além disso, entre as demais perspectivas elencadas para o estudo da epistemologia, destacamos a ideia de epistemologia complexa (e os princípios da complexidade de forma geral) como bastante adequada e rica para contribuir com a discussão epistemológica para a comunicação. Trata-se de um conceito que, apesar de incorporar parte do entendimento anterior sobre a epistemologia procura, sob diversos aspectos, integrar novos elementos à dinâmica de construção do conhecimento, de certa forma colocando o campo científico e acadêmico em interação mais direta com fatores externos e com a sociedade de maneira geral.

Se, como visto no decorrer do trabalho, fizemos a opção de considerar alguns objetos de estudo específicos para a comunicação, é porque entendemos que é necessário, em algum momento, certo consenso para que os estudos possam evoluir na direção da disciplinarização do campo. Essa é uma perspectiva, aliás, discutida por muitos autores, que remonta à noção de campo social. Ou seja, é impossível alcançar níveis mais elevados de cientificidade em qualquer

área, sem uma organização interna adequada (institucional e teórico-metodológica), bem como sem um mínimo de consenso em torno de alguns conceitos-chave ou axiomas fundamentais. Aqui, então, fizemos uma das relações mais importantes para nossa pesquisa, ao integrar a visão de alguns autores e adotar como objetos de estudo preferenciais da Comunicação, as seguintes temáticas: meios de comunicação, interação mediada e cultura de massa. E, ainda, observarmos que o debate da cibercultura está relacionado tanto às questões que envolvem os estudos dos meios de comunicação, visto que o fator “técnica” faz parte dos debates dos autores dedicados à cibercultura e ao ciberespaço; como também aos estudos que tratam dos aspectos da “cultura de massa” e das diversas formas de “interação comunicacional mediada”. Dessa forma, conseqüentemente, consideramos a cibercultura uma perspectiva rica para o debate sobre os objetos da comunicação na sociedade contemporânea e o estudo do conhecimento gerado em torno dessa dinâmica, a partir de uma perspectiva e de uma metodologia científicas.

Aliás, se historicamente a cibercultura teve inspiração em conceitos lançados pela cibernética de Wiener e pela microinformática da década de 1970, é preciso perceber que hoje os elementos que influenciam no desenvolvimento das redes telemáticas e das formas como as pessoas interagem no ciberespaço atingem essa complexidade global, assimilando num amálgama virtual elementos como tecnologia, estética, capitalismo, política, entre outros. A mudança do patrocínio do desenvolvimento tecnológico – dos experimentos militares para a iniciativa empresarial, ainda nos Estados Unidos das décadas de 1950 e 1960 – resultou numa evidente busca por pesquisas cujos resultados pudessem ser revertidos em vantagens competitivas e lucro.

Tudo isso para explicar que chegamos ao final deste trabalho caracterizando a cibercultura em dois caminhos distintos e inter-relacionados: como campo de estudos que trata dos objetos da comunicação sob uma perspectiva metodologicamente orientada para refletir a nossa atualidade; e como representação daquilo que em nossa sociedade se relaciona com interação mediada, computadores e internet. Com isso, não estamos delimitando a cibercultura como um momento histórico (pois este invariavelmente tenderia a acabar); nem como espaço em que ocorrem as trocas, pois a este ambiente atribuiríamos a epígrafe de ciberespaço. Buscamos, então, caracterizar a cibercultura a partir de um recorte vivo e dinâmico da sociedade, em que se destacam variáveis como tecnologia, dinheiro e globalização, todas essas apresentando

interdependências fortíssimas com os rumos e apropriações em relação às tecnologias da comunicação. A nosso ver, na interação dessas variáveis temos o panorama definidor do aparato que é introduzido e, posteriormente, apropriado pela sociedade.

Afinal, se por um lado ainda se observa uma forte concentração de meios de comunicação com alguns poucos conglomerados midiáticos ao redor do mundo, o advento e a expansão da cibercultura colocam novos jogadores no mercado e, de certa forma, abala algumas estruturas da comunicação formal e do entretenimento na medida em que permite que qualquer pessoa com um computador e uma ligação à internet pode se tornar um produtor de conteúdo e compartilhá-lo de forma gratuita com inúmeros usuários ao redor do globo. Basta ver o que tem acontecido com a indústria fonográfica pelo advento do formato de música em mp3. A grandiosidade e o alcance da internet influenciam tanto nas estratégias das empresas e governos – que não podem mais ignorar o poder de mobilização do ciberespaço – como também dos usuários, que vão se juntando em torno de interesses comuns, navegando por hiperlinks pelas diversas camadas da rede atrás de informações, entretenimento, ativismo político, crítica social, conversa fiada etc.

Não precisamos de muito esforço para concluir que a profusão temática nessa área será, ainda por muitos anos, bastante grande. Questões que já se encontram em discussão deverão ganhar ainda mais destaque a exigir um esforço extra dos pesquisadores no sentido de melhor entender movimentos como a mobilização a partir de redes sociais constituídas na internet e de que maneiras as tecnologias realmente atuam ou influenciam no resultado final dessas atividades.

Da mesma forma, o problema da segurança de dados, da identidade/anonimato na rede, censura à livre manifestação e expressão das ideias e, ainda, da captura de informações privadas (até espionagem etc.) será bastante crítico para usuários e empresas que circulam pela rede, não apenas em face dos crimes cibernéticos, mas também ao passo que evoluiu o debate em torno de uma ciberdemocracia, ou seja, a utilização da internet e dos computadores para decisões relevantes para a sociedade. E mais: como vão evoluir os questionamentos de até onde a internet pode se desenvolver se, com apenas 20 anos de existência, já promoveu tantos e tão amplos impactos em diversas e variadas estruturas como a economia, a política, a relação com as mídias, a música e a televisão, nas formas de comunicação mediada, manifestação política, estudo, erotismo, entre tantas implicações. São todas discussões que urgem e, para que delas possamos

extrair conclusões para além do senso comum, ratificamos a necessidade de uma reflexão crítica e epistemologicamente orientada. Já passou da hora de termos melhor entendimento desses conhecimentos gerados em torno da internet, de forma independente dos fenômenos que, a cada dia, vão se somando.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. *Os pensadores: Adorno. Textos Escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

BACHELARD, G. *A epistemologia*. Lisboa: Edições 70, 2006.

BACHELARD, G. *Epistemologia: trechos escolhidos por Dominique Lecourt*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARROSO FILHO, W. *Elementos para uma Epistemologia do Romance*. In: VI Colóquio: Filosofia e Literatura. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

BAUDRILLARD, J. *A sociedade do Consumo*. Lisboa: Edições 70, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

BELLAMY, R. MASON, A. *Political concepts*. New York: Manchester University, 2003.

BOBBIO, N. *Qual socialismo?: debate sobre uma alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004a.

BRAGA, J. L. *Constituição do campo da comunicação*. In: FAUSTO NETO, A; PRADO, J.L; PORTO, S. D (orgs.). *Campo da Comunicação: Caracterização, Problematizações e Perspectivas*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2001.

BRAGA, J. L. *Constituição do campo da comunicação*. São Leopoldo: Verso e Reverso, jan-abr 2011.

BRANDER, James A. *Government policy toward business*. 4th ed. Mississauga, Ontario: John Wiley & Sons Canada, Ltd., 2006. Print.

BRETON, Philippe. *História da Informática*. São Paulo: Unesp, 1991.

BRUYNE, Paul. et al. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

CARRILHO, M. M. *Epistemologia: posições e críticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

CATANI, A. M. *O que é capitalismo?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

CETINA, K. K. *Epistemic cultures: how the sciences make knowledge*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

CULEA, Eliza. *Cyberculture Theory Part 1: Origins and Science-Fiction*. Disponível em: <http://dnarchi.fr/culture/cyberculture-theory-part-1-origins-and-science-fiction/>. Acesso em: 14/11/2012.

DANCY, J. *Epistemologia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

DERY, Mark. *Escape Velocity*. New York: 1994, Grove Press.

DODGE, Martin. KITCHIN, Rob. *Atlas of Cyberspace*, London: Pearson Education, 2001.

DUSEK, Val. *Filosofia da tecnologia*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

ECO, HUMBERTO. *Obra Aberta*. São Paulo: Editora perspectiva, 1991.

FAUSTO NETO, Antonio. Mídiação, prática social: prática de sentido. In: Encontro anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPOS), 15, 2006, Bauru/SP. Anais eletrônicos.

FEENBERG, 2003 [Conferência pronunciada para os estudantes universitários de Komaba, junho, 2003, sob o título de “What is Philosophy of Technology?”. Tradução de Agustín Apaza, com revisão de Newton Ramos-de-Oliveira].

FELINTO, Erick. *A religião das máquinas: ensaios sobre o imaginário da cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

FELINTO, Erick. *Sem Mapas para esses Territórios: a Cibercultura como Campo de Conhecimento*. Santos: Intercom XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007.

FRANÇA, Vera Veiga. *O objeto da comunicação/A comunicação como objeto*. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

GIBSON, William. *Neuromancer*, New York: Ace Books, 1984.

GRAHAM, G. *The Internet: a philosophical inquiry*. New York: Routledge, 1999.

HILTON, Alice. M. *Logic, Computing Machines, and Automation*. Washington: Spartan Books, 1963.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

JAPIASSÚ, H. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1986, 4ª ed.

KUHN, T. *A tensão essencial*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LAKATOS, I. *O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica*. In: LAKATOS, I. e MUSGRAVE, A. (org.) *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979.

LAKATOS, I. *La metodología de los programas de investigación científica*. Madrid: Alianza, 1989.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador: EDUFBA, 2012.

LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LOPES, M. I. V. *O campo da comunicação: sua constituição, desafios e dilemas*. Porto Alegre: FAMECOS, nº 30, ago. 2006.

MARTINO, L. C. *As epistemologias contemporâneas e o lugar da comunicação*. In: LOPES, Maria Immacolata V. (Org.). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 69-104.

MARTINO, L.C.; Berger, C.R.; Craig, R.T. *Teorias da comunicação: muitas ou poucas?* São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

MARTINO, L. C. *Elementos para uma epistemologia da comunicação*. In: FAUSTO NETO, A; PRADO, J.L; PORTO, S. D (orgs.). *Campo da Comunicação: Caracterização, Problematizações e Perspectivas*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2001.

MARTINO, L. C. *Abordagens e representação do campo comunicacional*. São Paulo: *Comunicação, mídia e consumo*, vol. 3, n. 8, nov. 2006.

MARTINO, L.C.; Berger, C.R.; Craig, R.T. *Teorias da comunicação: muitas ou poucas?* São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

MARTINO, L. C. *De qual comunicação estamos falando?* In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, L. C.; FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010, pp. 11-25.

MONTARDO, Sandra. *Comunicação como forma social: proposta de interseção entre a comunicação e a cibercultura*. Rio de Janeiro: Intercom XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005.

MORIN, E. *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

PALACIOS, Marcos. *A área de comunicação na internet: um mapa para pesquisadores de primeira viagem*. *Comunicação e Política*, v. 3, n.1, p. 94-101, 1996.

PALACIOS, Marcos; LEMOS, André. *Janelas do Ciberespaço: Comunicação e Cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

PASSET, R. *Elogio da globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PIAGET, J. *A epistemologia genética*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PIAGET, J. *Sabedoria e ilusões da filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PIAGET, J. *Problemas de psicologia genética*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

POPPER, K. *A racionalidade das revoluções científicas*. In: CHACON, Vamireh. *Lógica das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 2004, 3ª ed.

POPPER, Karl. *A demarcação entre ciência e metafísica*. In: CARRILHO, Manuel M. *Epistemologia: posições e críticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

PRIGOGINE, I. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

PRIGOGINE, I. STENGERS, I. *A nova aliança*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991, p. 9

PRIMO, Alex. *A emergência das comunidades virtuais*. In: Intercom 1997 – XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1997, Santos. Anais. Disponível em <http://www.slideshare.net/AlexPrimo/a-emergencia-das-comunidades-virtuais>. Acesso em: 07/09/2013.

PRIMO, Alex. *Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura e cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

QUIROGA, T. *Teoria e episteme comunicacional*. In: FERREIRA, Giovandro Marcus et al. *Teorias da comunicação: trajetórias investigativas*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2010.

QUIROGA, T. *Pensando a episteme comunicacional*. 2ª edição. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2013.

RÜDIGER, Francisco. *As teorias da cibercultura*. Editora Sulina. Porto Alegre: 2011, p. 8.

RÜDIGER, Francisco. *Introdução às teorias da cibercultura*. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SANTAELLA, Lucia. *Comunicação e Pesquisa: projetos para mestrado e doutorado*. 2ª edição. São José do Rio Preto: Bluecom, 2010.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SÊGA, Christina Pedrazza. *O kitsch e suas dimensões*. Brasília: Casa das Musas, 2008.

SILVA, J. M. *As tecnologias do imaginário*. 1ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SILVA, J. M. *A sociedade midiocre, passagem ao hiperespetacular, o fim do direito autoral, do livro e da escrita*. 1ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SODRÉ, M. 2002. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, Ed. Vozes.

THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia*. Ed. Vozes, Petrópolis, 2011.

TRIVINHO, E. *Redes: obliterações no fim de século*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998.

TRIVINHO, E. *O mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

TRIVINHO, E. *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007.

WARNIER, J. *A mundialização da cultura*. Bauru – SP: EDUSC, 2003.

WEBER, M. *Sobre a teoria das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1977.

WIENER, Norbert. *Cybernetics: or control and communication in the animal and the machine*. John Willey & Sons, Inc. New York, 1948.